

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----  
----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, INICIADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2009.** -----  
----- **ACTA NÚMERO SETENTA E DOIS** -----

----- No dia 24 de Março de 2009, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas e Nelson Pinto Antunes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Belo Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Bravo Martins de Campos, Ana Patrícia de Lamy Barreiros, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Alfredo Delgado da Silva Preto, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Manuel Marques da Silva, Domingos Alves Pires, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Álvaro Bau, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Luís Português Borges da Silva, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rosa do Egipto, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Rui Roque, Lídia Marta Canha Fernandes, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da

Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui António Francisco Coelho, Rui José Silva Marques, Rui Manuel Pessanha da Silva, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, Manuel Fernando Dias de Almeida, Rosa Maria Carvalho da Silva, José Manuel Cal Gonçalves, António da Conceição Tavares, Pedro Gamito Cruz Santos, João Maria Martins Baioneto, José Marcelino Carvalho, José Carlos Alegre, Luís José Morales de Los Rios Coelho, Maria João Bernardino Correia, Romão da Conceição Bатуca Lavadinho, Cecília da Conceição Simões Sales, Jorge Manuel do Nascimento Fernandes, João Vitorino da Silva, João Diogo Santos Moura, Emília Cristina Serra, Luís Filipe da Costa Vieira da Silva. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Carlos Filipe Marques Lima, João Augusto Martins Taveira, João Miguel Martins Ferreira, José Joaquim Vieira Pires, Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo, José Guilherme Figueiredo Nobre Gusmão. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Vasco Valdez (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Tavares. -----

----- Henrique Freitas (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva. -----

----- David Valente (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Manuel Cal Gonçalves. -----

----- Rodrigo Mello Gonçalves (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Dias de Almeida. -----

----- Maria de Belém Roseira (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal José Carlos Alegre. -----

----- Hugo Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Coelho. -----

----- José Alexandre (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria João Correia. -----

----- Sérgio Cintra, Sousa Nascimento, João Pinheiro, Maria João Faria, Nuno Pintão, André Garcia, Maria da Piedade Mestre, Helena Ribeiro, Patrícia Mourão, Maria Teresa Matos, Vitória Melo, Carlos Poiães, Branca das Neves, Inês Drummond, Fátima Fonseca, Anabela Valente Pires, Fernando Gameiro, Pedro Lopes, América Coelho, Carlos Machado, António Amaral da Silva, Carlos Faria, Maria de Fátima Dias, Margarida Mota, Alexandra Bandeira, Margarida Velho, Carlos Castro, Maria Teresa Pires, José Oliveira Costa, Januário Costa, Diogo Leão, Alfredo Alves, Filipe Costa, Guilherme de Oliveira Martins, Carolina Tito de Moraes, António Rebelo, Joaquim Capucho, Emílio Rincon Peres, Luís Cavaco, Odete Ferrajota, Manuel Poças, Manuela Jeffree, Mário Paiva, João Valente Pires, Fátima Cavaco, Luís Novaes Tito, Pedro Costa, Teresa Estrela, Eurico Dias, António Rêgo, Deolinda Santos, Alberto Seguro Dias, António Lopes, Maria Antonina, David Amado, Alexandre Mateus,

Anabela Pilar, Bruno Inglês, Pereira da Costa, Catarina Martins, Alberto Pereira, Rute Florêncio, Osvaldo Sousa, Fernando Gonçalves, Ena Bonfim, Lurdes Menor, Artur Oliveira, Luís Silva, Susana Martins e Vítor Formiga, todos Deputados Municipais suplentes do PS, pediram a suspensão do mandato por um dia. (20 de Janeiro de 2009). -----

----- Deolinda Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Romão Lavadinho. -----

----- Ana Páscoa (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Cecília Sales. -----

----- Feliciano David e Silva Santos, Deputados Municipais suplentes do PCP, pediram a suspensão do mandato por um dia. (24 de Março de 2009) -----

----- Timóteo Macedo (BE), a partir de 23 de Março por tempo indeterminado por motivo de doença, sendo substituído pelo Deputado Municipal José Gusmão. -----

----- Heitor de Sousa (BE), prolongamento da suspensão até ao dia 25 de Março, sendo substituído pelo Deputado Municipal Jorge Manuel Nascimento Fernandes. ----

----- Telmo Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Vitorino da Silva. -----

----- Carlos Barroso (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Diogo Santos Moura. -----

----- João Gonçalves Pereira, Carlos Andrade, António Correia Alemão, Nuno Van Uden, João Lobo Machado e Tiago Pessoa, todos Deputados Municipais suplentes do CDS-PP, pediram a suspensão do mandato por um dia. (24 de Março de 2009) -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Idalina Flora (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, por Pedro Gamito Cruz Santos. -----

----- João Mourato Grave (PSD), Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, por Luís Filipe da Costa Vieira da Silva. -----

----- Filipe Pontes (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Sé, por João Baioneto. -

----- João Nuno Ferro (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Lapa, por José Marcelino Carvalho. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Rodrigo Gonçalves da Silva (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, relativamente à reunião realizada no dia 17 de Março de 2009.

----- João Martins Ferreira (PSD), relativamente à presente reunião. -----

----- Carlos Lima (PCP), relativamente à presente reunião. -----

----- Às 15 horas e 15 minutos, constatada a existência de *quorum*, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião, começando por cumprimentar a Câmara, os Senhores Deputados Municipais, o público presente e os Senhores funcionários, após o que abriu o período destinado à intervenção do público. -----

#### **INTERVENÇÃO DOPÚBLICO** -----

----- **O Sr. João Jorge Duarte Loureiro**, morador na Rua João Graça Barreto, lote 28A – r/chão dtº, 1950-102 Lisboa, disse que a razão da sua intervenção tinha a ver

com um assunto que pessoalmente considerava gravíssimo, porventura outros não, que era relacionado com a Associação Cultural Palco Oriental, da qual é Presidente. --

----- Referiu que a Associação teve um processo em Tribunal que se iniciara em 2001 e culminara em 2008, desfavoravelmente à Associação. -----

----- Mas pelo meio disso tudo houve vários episódios. Quando a Associação foi colocada em tribunal, ganhara em 1ª Instância o edifício onde estava sedeada, na Calçada Duque de Lafões, n.º 78, na Freguesia do Beato. Depois a Relação e o Supremo, através de uma simples palavra chamada “ânimos”, derrotaram a Associação. -----

----- Portanto, todo um trabalho laboral e artístico implementado na zona oriental de Lisboa, mais propriamente na Freguesia do Beato, via-se na iminência de ir por água abaixo, isto é, desaparecer como desaparecera o Grémio Lisbonense e o Cinema Quarteto. E o Parque Oriental de certeza iria desaparecer porque a justiça foi tendenciosa e agira de má-fé com uma simples palavra chamada “ânimos”. -----

----- Disse, ainda, que o Parque Oriental estava nas referidas instalações desde 1979, portanto há 30 anos, e durante todo esse tempo interviu culturalmente nessa zona. Em 25 de Abril de 1974 a entidade proprietária do imóvel, a Associação de Serviço Social, abandonara o edifício, nunca mais lá voltara nem o reivindicara, nunca mais quisera saber de nada. O parque Oriental mantivera o edifício, beneficiara-o fisicamente, e beneficiara também culturalmente toda uma zona que nessa matéria era empobrecida como muito bem sabiam. -----

----- A entidade proprietária doara o edifício, em 1999, à Igreja de São Bartolomeu do Beato, que nunca fizera nada pelo edifício, não gastara nele um único cêntimo até à data, enquanto o Palco Oriental lá gastara dezenas de milhares de euros para dar cultura a uma zona tão degradada, dar cultura a Lisboa onde cada vez mais tendia a desaparecer a cultura local. -----

----- Por fim, disse que a Associação de Serviço Social era presidida pelo Dr. Baltazar Brito Correia que foi quem fizera a doação à igreja. Uma acta cheia de irregularidades, onde não havia termo de posse, ou seja, as pessoas não assinaram a sua posse, onde a Direcção era constituída por quatro elementos quando a lei dizia que tinha que ser um número ímpar, e o Conselho Fiscal por dois elementos quando a lei dizia também que tinha que ser um número ímpar. Não sabia se o Dr. Baltazar Brito Correia ainda era Deputado da Assembleia Municipal de Lisboa, mas sabia que foi Presidente dessa Associação e que foi esse douto catedrático de Direito, que fizera essa acta. -----

----- (Entregou CD's à Mesa pedindo também a sua distribuição aos líderes dos Grupos Municipais). -----

----- **O Sr. António Joaquim Carvalho**, morador na Av. D. Carlos I, n.º 100 - 4º piso, 1200 Lisboa, disse que vinha para intervir num sentido, mas depois de uma conversa com a Sra. Vereadora Ana Sara Brito alterara a sua intervenção, pelo que apenas queria dizer que aguardava que a Sra. Vereadora cumprisse com a sua palavra porque lhe prometera que, dentro de poucos dias, iria ter uma solução. -----

----- E porque acreditava nas palavras que pela Sra. Vereadora directamente lhe foram ditas, nada mais acrescentava e ficava então a aguardar pelo cumprimento da promessa. -----

----- **A Sra. D. Maria Helena Pereira Farinhas**, moradora na Rua Cândido de Oliveira, lote 3 – 1º Letra D, 1800-047 Lisboa, disse que falava em nome da Comissão de Moradores das ruas Cândido de Oliveira e Acúrcio Pereira, para expor a situação de uma senhora, proprietária da fracção do lote 22 – cave B, uma senhora de 66 anos, viúva, que vivia sozinha e que tinha uma infiltração de água na sua casa há cerca de um ano. -----

----- Disse que essa senhora já recorrera a tudo quanto lhe foi possível: aos bombeiros, à Polícia Municipal, à administração do condomínio, à GEBALIS, aos Seguros, mas até hoje, passado que estava cerca de um ano, encontrava-se privada de cozinhar porque a água caía-lhe em cima da chaminé, do fogão, do esquentador, enfim, estava privada de fazer qualquer uso da sua cozinha. Ela vivia só num T1, tinha os armários completamente apodrecidos à entrada da porta, na rua como podia ser comprovado, e já não sabia mais a quem recorrer. -----

----- Referiu que a Comissão de Moradores teve conhecimento da situação há cerca de um mês. Entretanto dirigira-se à GEBALIS, nos Olivais, onde foi muito mal recebida, muito mal atendida, ao fim de meia hora de espera ninguém soubera dizer o que se passava, não era encontrado processo, o assunto não constava em parte nenhuma, e então foi-lhes dado o número do telefone da sede da GEBALIS, junto ao RALIS. Ela própria telefonara para lá, no dia 4 de Março, exigira falar com uma pessoa responsável que lhe desse informação, e foi-lhe dito que a única pessoa que a podia atender era o Sr. Arqtº João Gomes, que efectivamente a atendera, foi muito cordial, muito simpático até, e depois de lhe ter exposto o assunto ele dissera-lhe para deixar o contacto que ia procurar ver o que se passava e já lhe ligava. Só que, até hoje, dia 24 de Março, continuava à espera da resposta do Sr. arquitecto e de uma resposta da GEBALIS. -----

----- Disse, ainda, que essa senhora tem sido constantemente maltratada, tem sido constantemente violentada, porque marcavam reuniões, diziam-lhe que iam a casa fazer uma vistoria para ver o que se passava, a senhora faltava ao trabalho para ficar em casa à espera e ninguém aparecia. Depois voltava a ir à GEBALIS, diziam-lhe que iam, que aguardasse um telefonema. A última vez que se deslocaram, um engenheiro e um fiscal, à casa dessa senhora foi há cerca de dois meses e disseram-lhe então que iam informar todos os inquilinos do lote a fim de se combinar um dia para fechar a água para se fazer um teste e ver de onde de facto vinha a água. Mas, até hoje, ninguém recebera nenhuma comunicação, nenhum assunto foi tratado, e gostaria que alguém dos presentes lhe dissesse se se sujeitaria a uma situação dessas durante um ano. -----

----- Por fim, disse que a Câmara era proprietária da fracção que estava a provocar a infiltração na casa dessa senhora, e era a conselho do advogado da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais que ali estavam presentes, porquanto foi ele que lhes dissera para irem dar conhecimento do problema à Câmara, para que depois não

houvesse desculpa de que ninguém tinha conhecimento. Estavam presentes os Srs. Vereadores dos vários partidos, e todos os representantes da Assembleia. Só esperavam que a Câmara rapidamente resolvesse o assunto, porque esta era uma situação desumana. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que isto era a Assembleia Municipal e não a Câmara Municipal, e, portanto, estes senhores que estavam presentes a trabalhar com a senhora munícipe eram Deputados Municipais e não o Executivo municipal, embora o Executivo municipal também estivesse ali presente, mas a Assembleia Municipal não tinha nenhuma competência na matéria que acabara de expor. -----

----- De todo o modo, uma assessora da Sra. Vereadora Ana Sara Brito iria recebê-la de imediato para se inteirar do que se passava. -----

----- **A Sra. D. Cláudia Sofia Fernandes**, moradora na Rua Rui Grácio, lote 370 A, escada E – 3º dtº, 1950-154 Lisboa, disse que teve que fugir de casa porque o seu pai lhe dava grandes tarefas. Foi apresentando queixas na polícia e a polícia aconselhara-a a deixar a habitação, e visto que era uma habitação social que fizesse um pedido de desdobramento, o que efectivamente fizera em 2004. -----

----- Entretanto casara e o seu marido tinha um cancro, um problema que como se sabia era grave e por isso não convinha que andassem, como andavam, hoje aqui e amanhã ali à espera de uma caridade da Sra. Presidente e da Sra. Vereadora. -----

----- Referiu que tem uma filha doente com um sopro no coração e com mais problemas, que estava a fazer terapia da fala porque derivado a ter engravidado sem saber do cancro do seu marido, tinha alguns problemas de saúde. Por isso, o que pedia à Sra. Presidente era que lhe desse uma resposta, porquanto andava nisto já desde 2004. -----

----- Disse, ainda, que a sua filha tinha relatórios médicos, que já deixara na Assembleia no mês passado, a Sra. Vereadora disse-lhe que ia passar o seu processo para a GEBALIS mas já estivera na GEBALIS e disseram-lhe que era com a Sra. Vereadora. Pedia que a ajudassem porque a sua filha estava a ser acompanhada por uma psicóloga, que já lá a chamara a perguntar quando iria dar uma casa à sua filha porque a sua filha ia para a escola dizer que não tinha uma casa. A menina estava a viver aquilo que nenhuma criança de quatro anos devia viver. A psicóloga já lhe disse que tinha que dar uma solução a isso, mas estava a viver de caridade e já lhe disseram que tinha que deixar a casa até ao fim do mês. -----

----- **A Senhora Presidente** disse à munícipe que já tinha sido recebida na Assembleia, e a Assembleia já endereçara ao Gabinete a Sra. Vereadora a sua situação. -----

----- Recordou à munícipe que lhe dissera no dia em que a recebera, que foi há muito pouco tempo, que a Assembleia, tal como não se cansava ali de dizer para não dar expectativas a ninguém, não tinha competências nessa matéria. O que podia era encaminhar essas situações para o Executivo, e depois fiscalizar e acompanhar. Era isso que a Assembleia Municipal fazia. -----

----- Portanto, recebera-a e encaminhara o seu assunto para a Sra. Vereadora que por sua vez o encaminhara para a GEBALIS. -----

----- **O Sr. Gonçalo Rodrigo Ferreira Gomes**, morador na Av. Virgílio Ferreira, lote 771 – r/chão dtº, 1900-338 Lisboa, disse que vinha falar de um desdobramento porque há seis anos andava numa guerra com a GEBALIS por via disso. Na altura tinha dois filhos e disseram-lhe que não tinha hipótese de vir a ter casa, mas via pessoas a quem eram dadas uma, duas, três casas. No mesmo prédio deram três casas, e ele há cerca de uma semana tivera que dormir na rua mais os seus quatro filhos. -----

----- Disse que tinha papeis em como já entregara tudo na GEBALIS, e mandara também uma carta para a Sra. Vereadora e ainda não recebera nenhuma resposta. -----

----- Portanto, na GEBALIS diziam que não davam desdobramentos a ninguém e via a GEBALIS dar milhares de desdobramentos. Aliás, na sede da GEBALIS uma senhora que o atendera dissera-lhe que quantos processos mandasse era quantos ela negava. ---

----- **A Senhora Presidente** pediu ao munícipe que entregasse a documentação que tinha consigo que a Mesa a encaminharia, porque, tal como referira nos casos anteriores, não era matéria da competência da Assembleia. -----

---- **A Sra. D. Ângela Marisa Alves de Carvalho**, moradora na Rua Reis Pinto, lote 4 – 5º D, 1750-400 Lisboa, disse que estava junta com o seu marido há cinco anos e tinham uma filha de dez meses, o seu marido foi criado por uma tia dela, que neste momento estava numa clínica com um cancro em fase terminal. A tia não queria ir para um lar, e como soube que ela estava doente foi para casa dela em 2007, saindo então da casa da sua cunhada, que tinha cinco filhos um dos quais uma menina com leucemia que precisamente devido à doença precisava de muita tranquilidade. -----

----- Portanto, estivera a tomar conta da sua tia até ao mês passado, altura em que ela foi internada no Hospital de Santa Maria nos cuidados paliativos. Não sabia o que se tinha passado no hospital, o facto era que ela foi agora internada numa clínica, em fase terminal. Disseram-lhe já que provavelmente não passaria esta semana, e como estava na casa dela e o seu marido estava na ficha da irmã, portanto na casa de onde saíram anteriormente, não sabiam se podiam ficar agora na casa da tia ou se tinham que aguardar o desdobramento através da casa da irmã. -----

----- **A Senhora Presidente** disse à munícipe que a assessora da Sra. Vereadora Ana Sara Brito iria já recebê-la, tão logo acabasse a sua intervenção. -----

----- **A Sra. D. Lisandra Patrícia Carreira Esteves**, moradora na Rua Manuel Lopes, lote 5 – 5º A, Alta de Lisboa, 1750/343 Lisboa, disse que vinha fazer um pedido de habitação, ou um desdobramento, porque ficara sem a sua filha por não ter habitação. Ela estava entregue aos seus pais justamente por não ter uma casa. -----

----- Disse que foi obrigada a rebentar uma casa porque andava de casa em casa. Os sogros puseram-na na rua, não se dava com os seus pais porque a sua mãe é doente e o seu pai também. Sabia que mais dia menos dia ia para a rua, os seus pais são doentes e daqui a algum tempo vão morrer, e para onde iria a sua filha? Para uma instituição? ---

----- **A Senhora Presidente** mandou que uma das senhoras funcionárias recolhesse o nome e número do processo para apurarem o que se passava com o caso desta munícipe. Porque, repetiu, a Assembleia Municipal não tinha competências nessa matéria. -----

----- **A Sra. D. Maria Madalena Semedo Andrade**, moradora na Av. Virgílio Ferreira, lote 731 – 3º esqº, 1950-340 Lisboa, disse que morava numa habitação social que foi cedida à sua mãe, há seis anos pedira um desdobramento mas a GEBALIS nunca lhes dera resposta. Entretanto escrevera uma carta para a Câmara, em 2007, mas até agora também não lhe disseram nada. -----

----- Disse que é mãe solteira, tem três filhos que dormiam consigo no mesmo quarto, e eram onze a viver lá em casa. -----

----- Portanto, o que pretendia era saber quem a podia ajudar a resolver o seu problema. -----

----- **A Senhora Presidente** pediu à munícipe que deixasse junto das senhoras funcionárias o seu nome, número do processo se o tivesse consigo, e contacto, para que se apurasse o que se podia fazer. -----

----- **O Sr. José Augusto da Silva**, morador na Rua João Graça Barreto, 43 D – 1º dtº, 1950-149 Lisboa, leu a exposição que a seguir se transcreve: -----

----- “Somos a Associação de Moradores do Bairro do Vale Fundão-Marvila, anteriormente designado por Bairro da Prodac, e pretendemos aqui colocar algumas questões importantes relativas ao nosso bairro. -----

----- Começaria por referir que este bairro foi construído nos anos de 1970 a 1973, e pretendia servir como referência para futuras soluções de realojamento dos grandes aglomerados de barracas que já existiam na cidade de Lisboa. -----

----- No entanto, a experiência não foi totalmente concretizada já que apenas se realojaram 540 famílias das aproximadamente duas mil que então viviam no antigo Bairro Chinês. -----

----- Para a construção deste bairro foi importante a contribuição dos moradores que, para além de se associarem em finais de 1969 e começarem a pagar mensalmente uma taxa de 300\$00 para amortização do custo da sua casa, assumiram também a responsabilidade de procederem aos acabamentos das suas casas, uma vez que estas lhes seriam entregues em forma de esqueleto, como efectivamente foram. -----

----- Empenhadas que estavam estas pessoas em terem uma nova casa, no final de 1973, as 540 habitações estavam prontas e a servir os novos moradores deste bairro. --

----- Entretanto as duas partes envolvidas na construção do bairro já tinham elaborado e assinado um contrato em que ficou estabelecido que a propriedade da habitação passaria para os moradores, por escritura pública, passados que fossem 12 anos, contra o pagamento, por cada cabeça de casal, de uma taxa de amortização, conforme a tipologia de habitação - 1, 2, ou 3 - que suportaria os custos de construção. -----

----- Ora, passados que estão 25 anos sobre a data fixada para a celebração da escritura de propriedade, a mesma não foi realizada, continuando os moradores a pagar à Câmara Municipal de Lisboa a mesma taxa de amortização de custo da habitação. -----

----- E o mais grave, é que parece que a Câmara Municipal se alheou da situação e do que está escrito, já que quando algum morador se dirige aos serviços da Câmara Municipal de Lisboa para saber algo sobre o seu bairro ou sobre a sua casa, a informação que recebe é que a casa já é sua! -----



----- Como se esta informação incorrecta não bastasse, também nós Associação de Moradores, nas últimas reuniões que realizámos com os serviços do Património e com os serviços do Urbanismo, não tivemos melhor sorte com as respostas relativas ao processo do nosso bairro, antes pelo contrário. Em cada serviço onde reunimos sempre acrescentaram mais um problema ao que já tínhamos. -----

----- Desde referências ao PDM Simplificado, a habitações a demolir para abrirem novas ruas, ou à exigência de documentação relativa a herdeiros que não se percebe muito bem para que servem, a Câmara age como se não conhecesse uma situação que lhe é colocada há mais de três décadas. -----

----- Estamos perante um problema de fácil solução mas que, pelos vistos, se tem tornado um problema complexo para quem tem que o resolver e parece não querer ou não estar autorizado para tal. -----

----- Nos últimos oito anos foram feitas aos moradores dezenas de promessas. Foi até promovido um estudo e apresentada uma planta em plena campanha eleitoral. Estudo, esse, que não passou disso mesmo e planta, essa, que nos foi informado pela própria Câmara dois anos mais tarde, que não passava de um simples desenho sem qualquer valor urbanístico. -----

----- Porque está tudo parado, e porque o que foi feito em oito anos não é mais do que uma triste ilusão, solicitamos a quem de direito na Câmara Municipal de Lisboa que dê indicações concretas aos respectivos serviços, sobre os procedimentos a tomar em relação a este bairro, para que todo o processo avance definitivamente, caso contrário não haverá neste bairro nenhum primeiro titular da habitação para assinar a escritura, o que a acontecer, devia fazer alguém corar de vergonha. -----

----- Acresce que é por demais evidente o adiantado estado de degradação das habitações que não beneficiaram durante estes 36 anos de qualquer melhoria, sendo a Câmara Municipal de Lisboa a grande responsável ao não cumprir a sua obrigação, e por esta forma impedir os moradores de recorrer ao crédito bancário para suportar as obras na suas habitações. -----

----- Mesmo assim, e apesar de todos estes atropelos aos mais elementares direitos dos moradores, este bairro teima em reunir condições excelentes para que os habitantes destes 540 fogos, possam ter mais e melhor qualidade de vida, contribuindo para isso alguns moradores que vão realizando obras nas suas habitações, investindo aqui as suas economias mas, sempre na dúvida de quando e quem lhes atribuirá por direito e finalmente a capacidade de poder registar a propriedade da habitação em seu nome. ---

----- Chegados aqui, e passados que foram 36 anos sobre a construção das habitações, desnecessário será tecer mais considerações relativas a este lamentável caso de desleixo, pelo que, e porque continua nas mãos da Câmara Municipal de Lisboa a responsabilidade de cumprir esta necessidade dos moradores do Bairro do Vale Fundão-Marvila, e porque é evidente que esta situação não pode continuar assim por mais tempo, assiste-nos o direito, de mais uma vez e, através da Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, fazer chegar esta exigência de mais empenho e mais atenção dos Srs. Vereadores responsáveis por esta área, no sentido de nos informarem, com carácter de urgência, para quando está prevista uma reunião, que está pedida há

meio ano, com os representantes dos moradores no sentido de acertar pormenores relativos à Requalificação e Resolução Urbanística, com vista à regularização do registo predial dos 540 fogos deste bairro de Marvila. Porque é justo e porque os moradores merecem.” -----

----- Nesta altura, a **Senhora Presidente** disse que tinha que se ausentar da Mesa para receber uma delegação, ficando a condução dos trabalhos ao cuidado do Senhor Primeiro Secretário durante esse tempo. -----

----- **A Sra. D. Susana Isabel da Silva Cardoso**, moradora na Av. João Paulo II, lote 533 – 4º H, 1950-157 Lisboa, disse que mora no Bairro do Condado há 28 anos, o bairro tivera obras, pintaram-no de cores, na sua varanda puseram um andaime e quando o retiraram teve problemas de infiltração, tendo desde então reclamado junto da GEBALIS. -----

----- Essa infiltração tinha-se vindo a agravar de tal forma que neste momento chovia-lhe em toda a varanda, e o problema era que tinha o seu pai acamado com um AVC há nove anos, e também com um cancro nas cordas vocais, e a casa era extremamente húmida para ele nessa situação. -----

----- Disse que praticamente todos os meses ia junto da GEBALIS, e lá diziam que o problema não era com eles mas sim com a Câmara Municipal. Gostava que alguém fosse lá verificar. Aliás, tinha fotografias que iria fazer chegar à Assembleia durante a semana, para que efectivamente pudessem verificar que aquilo era mesmo uma situação insuportável. -----

----- De resto, tinha uma criança com três anos que neste inverno já abrira um sobrolho porque o chão estava cheio de água que a fizera cair, e gostava de saber de quem era a responsabilidade neste caso. -----

----- **A Sra. D. Filomena Freire Tavares Semedo**, moradora na Rua Vale Formoso de Cima, 286 D, 1950-275 Lisboa, disse que já intervierá uma vez na Assembleia Municipal a pedir um realojamento porque mora numa casa sem condições, e como não tinha entregue nada mandaram-lhe uma carta. -----

----- Agora soubera que a Câmara atribuíra casas na Zona J, onde ainda estavam muitas casas tapadas com tijolos. Diziam que não havia casas mas era verdade que já atribuíram ali casas a muitas pessoas. -----

----- Portanto, o que queria saber era como ficava a sua situação, até porque tem uma doença grave, e gostava de ter uma resposta da Sra. Vereadora Ana Sara Brito. -----

----- (Entregou na Mesa documentação relativa ao assunto exposto) -----

----- **O Sr. António Pinto**, morador na Rua Bento Mântua, 8 D – r/chão, 1900 Lisboa, disse que gostava de saber em que situação se encontrava a questão do Bairro da Prodac, e apelava aos responsáveis da Câmara para que resolvessem a situação o mais rapidamente possível, porquanto ela caíra num impasse que não se podia justificar. ---

----- Andavam a lutar há cerca de oito anos pelas suas casas, já foram quatro os Presidentes de Câmara que passaram, e encontravam-se ainda na mesma situação. -----

----- Portanto, pedia aos Vereadores que estavam encarregues da resolução do problema, que o fizessem de uma forma mais justificada e bem apurada, porque não podiam estar à espera que se resolvesse o caso de um terço dos moradores do bairro,

que chamavam dos viúvos, porque os outros dois terços não podiam estar a pagar pelos outros. -----

----- No seu entender, podiam ir chamando os que ali estavam a viver de raiz, cerca de 60% dos moradores, para fazerem as respectivas escrituras, porquanto queriam fazer melhoramentos nas casas e não podiam fazer pedidos de empréstimo ao banco já que não tinham um documento que justificasse a propriedade das casas. -----

----- Concluiu pedindo aos Vereadores que estavam envolvidos no processo, que o resolvessem de uma vez para sempre, deixando de empurrar de uns para os outros porque assim nunca mais chegariam a conclusão nenhuma. -----

----- **O Sr. Sérgio Pinhão**, morador na Rua Prof. Delfim Santos, n.º 3 – 6º J, 1600-610 Lisboa, disse que intervinha em representação de um grupo de artistas plásticos dos Coruchéus, a propósito do que estava agendado como ponto 2 da Ordem de Trabalhos – o Regulamento de Atribuição de Ateliers Municipais, para a reunião de hoje da Assembleia Municipal. -----

----- Disse que já tiveram uma reunião com a Sra. Vereadora Rosalia Vargas, a quem fizeram chegar uma carta, relativamente extensa, e na qual apresentavam alguns motivos de contestação ao que de fundo estava contido na proposta de Regulamento, e séria e ponderadamente propuseram algumas alternativas, nomeadamente quanto ao método de locação e atribuição do ateliers. -----

----- Basicamente, propunham três modalidades diferentes em vez de uma única, porque lhes parecia um sistema mais flexível e mais possível de ser vivido. -----

----- Referiu que a questão que lhes parecia mais gravosa naquilo que era proposto no Regulamento era o termo fixo, porque dizer a um artista que tinha um atelier que estava cheio com as suas máquinas, equipamentos, coisas pesadas, esculturas, e cheio também com os seus papeis, as suas memórias, as suas pequenas coisas que todos os dias eram usadas, e reusadas mais tarde, embora pudesse ser uma pequena garatuja que ficara guardada numa gaveta que amanhã serviria para fazer uma obra de arte, que tinha um prazo limite pelo usufruto de um ateliers e que a seguir se ia embora porque tinha que ser assim, muito sinceramente era não entender o que é o trabalho de um artista, porque um artista tinha que ter uma permanência no seu sítio. -----

----- Se como artista lhe viessem oferecer um sítio muito bom mas onde só poderia estar quatro anos, provavelmente diria: “não, muito obrigado, eu tenho um sítio que será menos bom mas é onde eu fico, porque isto ficar é importante”. -----

----- Por isso mesmo, ponderadamente propuseram à Sra. Vereadora a consideração de três modalidades diferentes: uma muito curta para bolsas de estudo, que, enfim, duraria um ou dois anos, o tempo de executar um projecto; uma outra possível, com um preço mais módico, poderia ser uma com esse limite mas sempre com a possibilidade da pessoa evoluir, porque para a si a questão chave era poder evoluir para outro sistema; e um terceiro sistema, mais caro, em que o artista era mais sério, estava mais maduro, já tinha dinheiro para pagar uma renda um pouco mais elevada e dizia que queria continuar. -----

----- E nada disso obstava a que a Câmara, como era do seu pleno direito, reconhecesse e exigisse que o artista que propunha isso tivesse que justificar de algum

modo, porque era que queria o atelier. Isto é, que fizesse prova de vida artística, que estava vivo, que trabalhava, que aquilo era a sério, que não era só para ir ali ler o jornal porque ninguém utilizava um atelier para isso. -----

----- Para além do mais, os artistas fizeram depois uma série de propostas também bastante interessantes e culturais para a Cidade de Lisboa, de colaboração com a Câmara para actividades que poderiam ter muito interesse, e para o que estariam disponíveis, pontualmente, porque a vida dos artistas não era estar a fazer essas coisas mas sim o seu trabalho. -----

----- Terminou dizendo que ia entregar na Mesa cópia da carta que entregaram à Sra. Vereadora. -----

----- **O Sr. Carlos Figueira**, morador na Rua Rosa Damasceno, n.º 15 – 4º esqº, 1900-395 Lisboa, em nome da Comissão de Artistas dos Ateliers dos Coruchéus, leu a exposição que a seguir se transcreve: -----

----- “Os signatários entregaram oportunamente carta/proposta visando contribuir para a melhoria do articulado do regulamento para atribuição dos ateliers municipais da CML. A mesma carta/proposta foi literalmente ignorada, sem merecer qualquer atenção, pelo que os utentes dos Ateliers do Palácio dos Coruchéus, contestam a proposta do novo regulamento. -----

----- Da análise da proposta apresentada pela Sra. Vereadora da Cultura ressaltam aspectos que são meras reposições do que foi apresentado no passado. A introdução da nova matéria é lesiva e pouco respeitosa para com artistas com nome firmado nas artes portuguesas. -----

----- Senão vejamos: -----

----- Na Proposta n.º 21012/2008 - Regulamento dos Ateliers Municipais para as artes - ponto 4, refere-se que “...foi detectada a ausência de desenvolvimento de projectos artísticos efectivos...” o que nos leva a questionar a legitimidade desta afirmação, já que tal situação não se aplica à generalidade dos artistas plásticos dos Coruchéus. Situações excepcionais não constituem a regra! Pelo contrário: ----

----- 1. Os ateliers têm constituído um espaço onde os artistas têm vindo a desenvolver o seu trabalho, desde 1970, e salientamos aqui que muitos deles são hoje figuras de destaque no panorama artístico nacional e internacional. Lamentamos que os responsáveis autárquicos desconheçam o seu percurso e ignorem a sua obra. Lamentamos ainda que agora, muitos em fim de vida, sejam espoliados do seu espaço de trabalho. Lamentamos ainda mais que a autarquia da capital não tenha acarinhado os seus artistas e negociado a sua obra, enriquecendo, deste modo, o espólio artístico da CM L. -----

----- 2. Não consta que tenha havido qualquer visita de “inspecção” à produção artística dos utentes, pelo que nos permitimos questionar a validade do juízo que se faz quanto ao desenvolvimento de “projectos artísticos efectivos”. Por outro lado, não se reconhece a figuras fora da esfera das artes a competência suficiente para que possam emitir um parecer deste teor, sendo certo que também questionamos os critérios usados nessa avaliação. -----

----- 3. Referimos também que este espaço proporcionou a abertura a escolas e a várias gerações de crianças e jovens que aí tiveram a oportunidade de experimentar diferentes técnicas de expressão, por iniciativa dos Serviços Culturais da CML, dos próprios artistas e da Comissão de Moradores. -----

----- 4. Estivemos também presentes, sempre que fomos solicitados pelos mesmos serviços em vários eventos, tanto em exposições como em representações culturais, conforme consta das Agendas Culturais nos anos 70 e 80. -----

----- No ponto 7 da proposta em análise “... eficácia de gestão e uma nova dinâmica na atribuição dos Ateliers Municipais, introduzindo mecanismos de transparência na sua atribuição e utilização, criando novas condições para intercâmbio de artistas...” permitimo-nos questionar a utilização de 5 ateliers devolutos ocupados pela CML para gabinetes administrativos o que levanta sérias dúvidas quanto à referida transparência e à apregoada eficácia de gestão. -----

----- É ainda referido no mesmo ponto que se pretendem criar “... novas condições para o intercâmbio de artistas, para troca de ideias e experiências e para a promoção da visibilidade e do reconhecimento internacional da criação artística nacional”. A este respeito lembramos que esta não é, de forma alguma, uma ideia inovadora, visto repetirem-se aqui os mesmos objectivos que em 1970 presidiram à criação do espaço Coruchéus. -----

----- Consideramos, contudo, inovadoras as proposta que em tempo oportuno apresentamos à CML, a saber: -----

----- 1. Criação de um espaço polivalente para a realização de diferentes tipos de actividades culturais/artísticas; -----

----- 2. Disponibilização dos artistas para a dinamização desse espaço em estreita colaboração com a CML. -----

----- Na Nota Justificativa do Regulamento dos Ateliers Municipais, na Generalidade, parágrafo 4, refere-se que se “... procura criar condições para que os ateliers municipais sejam verdadeiros espaços de liberdade artística...”, expressão que não deixa de causar alguma estranheza, pois que ateliers de artistas plásticos não poderiam ser senão isso. -----

----- Interrogamo-nos também, de acordo com o artigo 2º, Natureza da Cedência e Objectivos, de que modo a rotatividade, possível pela substituição da “...figura jurídica de cedência precária pela do contrato de arrendamento...” é “...condição essencial para a inovação artística... “Somos, pelo contrário, de opinião que uma solução deste tipo inviabilizará, isso sim, qualquer projecto artístico de qualidade, a médio e longo prazo, nomeadamente pela precariedade da ocupação do espaço e pelo limite temporal que é imposto. -----

----- Finalmente, no Regulamento de Ateliers Municipais para as Artes, no Capítulo IV - Disposições finais e transitórias - artigo 13º - Beneficiários, diz-se que “Os artistas ... poderão continuar a usufruir dessa cedência até ao termo do prazo conforme definido no termo de cedência assinado...”, pelo que nos parece pertinente perguntar: -----

----- 1. qual será a situação dos artistas mais antigos que entraram em 70, aos quais não foi feito qualquer contrato, nem estabelecido qualquer termo ou prazo? -----  
----- 2. vão ser criadas novas regras? -----  
----- 3. porque não pôr em prática este novo regulamento para novos candidatos, utilizando para tal os inúmeros ateliers que neste momento se encontram vagos? --  
----- 4. haverá tempo útil, na vigência da actual administração camarária, para pôr em prática e acompanhar o processo de implementação do novo regulamento? -----  
----- **O Senhor Primeiro Secretário**, que momentaneamente substituíra a Senhora Presidente, terminado o período de intervenção do público, declarou aberto o período de Antes da Ordem do Dia -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS NÚMEROS 61, 62, 63 e 64.** -----  
----- **O Senhor Primeiro Secretário** pôs em apreciação as referidas actas e como ninguém se pronunciara sobre o conteúdo das mesmas, submeteu-as à votação, em conjunto, tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por unanimidade. -----  
----- Depois informou que deram entrada na Mesa nove moções e onze recomendações, que já foram distribuídas aos Srs. Deputados Municipais. -----

----- **MOÇÃO NÚMERO UM** -----

----- Dia do Estudante e Dia Nacional da Juventude -----  
----- “Considerando: -----  
----- Que hoje, dia 24 de Março se assinala o Dia do Estudante, e no próximo dia 28 de Março, o Dia Nacional da Juventude, datas símbolo da luta da Juventude por uma vida melhor; -----  
----- Que a juventude representa uma força social de desenvolvimento e progresso, e que é necessário respeitar, potenciar e valorizar essa força e compreender a juventude como uma camada social que tem um papel importante no presente; -----  
----- Que o associativismo juvenil constitui um elemento essencial e motor da actividade juvenil na cultura, na arte, no desporto e na participação democrática sob diversas formas e que merece respeito e apoio, ao contrário da atitude que o Pelouro da Juventude da Câmara Municipal de Lisboa tem tido, não cumprindo esse papel no apoio ao movimento juvenil, uma vez que a juventude tem um papel importante no desenvolvimento do país e que tem direito à realização, pessoal e colectiva, profissional e a uma activa participação na sociedade; -----  
----- Que nos últimos anos não tem existido uma verdadeira política na Cidade de Lisboa e um plano de apoio ao Movimento Associativo Juvenil da cidade; -----  
----- Que passa mais um ano em que não se realiza a Semana da Juventude de Lisboa, iniciativa essa que era da responsabilidade do Pelouro da Juventude da Câmara Municipal, e que contava com a participação imprescindível do Movimento Associativo Juvenil da cidade, para assinalar o Dia do Estudante e o Dia Nacional da Juventude; -----  
----- Que foi aprovado em Sessão de Câmara, a semana passada, o Regulamento do Conselho Municipal da Juventude (proposta nº 246/2009), um regulamento

burocrático e complexo, que desvirtua o conceito do anterior (deliberação n.º 126/AM/95). -----

----- O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal, na sua reunião de 24 de Março de 2009, delibere: -----

----- 1. Saudar o Dia 24 de Março, Dia do Estudante e a luta dos estudantes pela defesa do ensino público gratuito e de qualidade, pela valorização das condições materiais e humanas, pela valorização da acção social escolar e pelo respeito pela participação democrática dos estudantes na vida das escolas; -----

----- 2. Saudar o Dia Nacional da Juventude e a luta dos jovens trabalhadores por melhores condições de trabalho, por melhores salários, contra a precariedade e pelo emprego estável e com direitos; -----

----- 3. Saudar e apelar à participação na manifestação de Dia 28 Março, jornada de luta contra a precariedade e o desemprego; -----

----- 4. Manifestar o seu desagrado pelo facto de, mais um ano, o Município de Lisboa, não assinalar o Dia do Estudante e o Dia da Juventude e pela total ausência de uma política de juventude na Cidade de Lisboa por parte da Câmara; -----

----- 5. Que o Pelouro da Juventude da Câmara Municipal de Lisboa retome o contacto e o trabalho com as associações de estudantes e juvenis, apoiando-o no respeito pela sua independência e autonomia; -----

----- 6. Dar conhecimento desta Moção à Interjovem, aos Grupos Parlamentares e ao Movimento Associativo Juvenil da Cidade de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Paulo Quaresma, do PCP) -----

#### **MOCÃO NÚMERO DOIS**

----- Por medidas urgentes contra a insegurança e a violência em Lisboa -----

----- “Considerando que, a crise económica e social que se vive, em resultado das opções políticas e económicas que têm vindo a ser tomadas pelo governo, tem como consequência o brutal agravamento do desemprego, da pobreza, da exclusão e da discriminação, verdadeiro “caldo de cultura” do aumento dos problemas de segurança, também na Cidade de Lisboa; -----

----- - Considerando que, o governo tem agravado a situação, encerrando esquadras da PSP em Lisboa, como aconteceu recentemente com o encerramento da esquadra do Rego e da João Crisóstomo; -----

----- - Considerando a ocorrência recente de explosões de violência em bairros de Lisboa, como aconteceu nas Olaias; -----

----- - Considerando que, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa é, também ele responsável pelo agravamento da situação, tendo despachado favoravelmente um pedido do Ministério da Administração Interna para a instalação da Divisão de Trânsito da PSP na Alta de Lisboa, em vez de uma força da mesma polícia vocacionada para a prevenção e o combate ao crime, destino inicialmente previsto para as instalações cedidas para esse efeito pela Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- - Considerando que, a Câmara Municipal de Lisboa tem responsabilidades directas relacionadas com o ambiente urbano, como a higiene e a limpeza urbana, a

iluminação pública, a gestão dos bairros municipais, e sobre os equipamentos de fruição pública, como os jardins, parques infantis e equipamentos desportivos; -----  
----- - Considerando que, só no dia 18 de Março passado, após muitas insistências, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa tomou a decisão de convocar uma reunião do Conselho Municipal de Segurança de Lisboa para o próximo dia 1 de Abril. -----  
----- O Grupo Municipal do Partido Comunista Português, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Extraordinária de 24 de Março de 2009, delibere:  
----- 1. Manifestar séria preocupação com a acção da Câmara Municipal de Lisboa e do governo em matéria de segurança pública; -----  
----- 2. Condenar as omissões cúmplices da Câmara Municipal de Lisboa, em face das opções do Ministério da Administração Interna, que comprometem uma acção mais eficaz das forças de segurança na Cidade de Lisboa, nomeadamente o policiamento de proximidade; -----  
----- 3. Reclamar da Câmara Municipal de Lisboa uma política nos bairros municipais, de intervenção no sentido de organizar e apoiar os moradores para a resolução das enormes carências que sentem; -----  
----- 5. Reclamar da Câmara Municipal de Lisboa uma maior intervenção social nos bairros acompanhada da instalação dos equipamentos de fruição colectiva que faltam e de apoio ao associativismo; -----  
----- 5. Reclamar da Câmara Municipal de Lisboa uma intervenção eficaz nos bairros municipais e sociais de Lisboa, nas áreas da higiene e limpeza urbana, da iluminação pública e dos arranjos e manutenção dos espaços públicos envolventes às zonas residenciais; -----  
----- 6. Reclamar do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa uma agenda de trabalho para a reunião do Conselho Municipal de Segurança de Lisboa, convocada para o próximo dia 15 de Abril, que permita a discussão da questão do encerramento de esquadras da PSP em Lisboa e as diligências a propor ao governo para se melhorarem as condições de segurança e tranquilidade dos cidadãos na Cidade de Lisboa e que sirva para, ouvindo o parecer dos conselheiros municipais de segurança, tomar decisões no sentido da elaboração de um programa efectivo nesta área, a ser acompanhado na sua execução, pelo Conselho Municipal de Segurança de Lisboa; ----  
----- 7. Reclamar da Câmara Municipal de Lisboa medidas que vão no sentido do reforço da capacidade de intervenção e do prestígio da Polícia Municipal; -----  
----- 8. Reclamar do governo uma política de passos concretos no sentido da abertura de esquadras de bairro e em zonas residenciais; -----  
----- 9. Remeter a presente moção para o Senhor 1º Ministro, Senhor Ministro da Administração Interna, 7ª Comissão Especializada Permanente de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território, Subcomissão de Administração Interna, Governadora Civil de Lisboa, Comandante Metropolitano da PSP de Lisboa e Direcção da Associação Sindical dos Profissionais de Polícia.” -----  
----- (Subscrita pelo Deputado Municipal João Saraiva, do PCP) -----  
----- **MOCÃO NÚMERO TRÊS** -----  
----- Mercado de Sapadores -----



----- “Considerando que: -----

----- 1. A degradação das instalações, por falta de manutenção, do Mercado de Sapadores tem afastado os clientes, agravando assim a situação económica dos vendedores; -----

----- 2. A falta de uma estrutura que evite a exposição de vendedores, clientes e produtos a condições climatéricas menos apropriadas, provoca desconforto e potencia a deterioração dos produtos; -----

----- 3. A falta de câmaras frigoríficas apropriadas para a fruta e produtos hortícolas, prejudica o seu acondicionamento; -----

----- 4. O elevador monta-cargas não funciona, obrigando os vendedores a esforços físicos desnecessários; -----

----- 5. A escassez de espaço para cargas e descargas, vem sujeitando os vendedores a multas sucessivas; -----

----- 6. A falta de espaço, para vendedores e clientes, adequado ao o bom funcionamento desta actividade torna o Mercado ainda menos atractivo. -----

----- O Grupo Municipal do Partido Comunista Português, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Extraordinária de 24 de Março de 2009, delibere: -

----- 1. Que a Câmara Municipal de Lisboa desenvolva os esforços necessários com vista à resolução urgente no que respeita à degradação das instalações, à falta de condições climatéricas da câmara frigorífica, avaria do elevador monta cargas e a questão do espaço para cargas e descargas; -----

----- 2. Que a Câmara de Lisboa, repense o espaço interior e exterior do Mercado de Sapadores, com vista a melhorar a actividade económica aí desenvolvida, para bem de vendedores e utilizadores.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Modesto Navarro, do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- Respostas sociais de habitação da Autarquia de Lisboa -----

----- “1. Considerando os acontecimentos verificados recentemente no bairro da Quinta da Cabrinha. -----

----- 2. Tendo em conta que autarquia tem vindo a diminuir, ao longo dos últimos anos, a sua capacidade de resposta para fazer frente às necessidades sociais de habitação verificadas em Lisboa. -----

----- 3. Considerando as intenções do executivo municipal em colocar à venda entre 500 e mil fogos municipais. -----

----- 4. Tendo em conta que face a necessidades de desdobramento apresentadas por municípios, a GEBALIS tem vindo sistematicamente a recusar pedidos de apoio, chegando mesmo a rejeitar o registo do pedido. -----

----- 5. Atendendo a que os problemas de acesso a habitação se têm visivelmente agravado ao longo dos últimos anos e que, face à situação de crise económica que actualmente enfrentamos, tenderão a gravar-se e a multiplicar-se o número de casos de pessoas sem capacidade de aceder ao mercado privado de habitação ou, até mesmo, manter o pagamento de empréstimo contraídos junto à banca. -----

----- 6. Considerando que, não obstante a situação à situação económica e social actual exigir acção dos poderes centrais, cabe às autarquias “fomentar e gerir o parque habitacional de arrendamento social” (Artº 24º da Lei 159/99, de 14 de Setembro). ----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão extraordinária de 24 de Março de 2009, delibere: -----

----- 1. Solicitar ao executivo camarário um relatório completo sobre os pedidos apresentados junto aos serviços camarários ou junto à GEBALIS, incluindo pedidos de desdobramento, e de qual o seguimento dado a esses pedidos. -----

----- 2. Recomendar ao executivo para que dê instruções claras aos serviços da GEBALIS de sentido de aceitar o registo de todos os pedidos apresentados junto aos seus serviços. -----

----- 3. Solicitar ao Executivo da Câmara Municipal de Lisboa a elaboração urgente de um Regulamento que defina claramente os critérios de acesso à habitação social.” ----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE) -----

#### **MOÇÃO NÚMERO CINCO**

----- Moção de congratulação pelo êxito da Manifestação da CGTP-IN, -----  
----- de 13 de Março -----

----- “Considerando que: -----

----- 1. Se realizou no dia 13 de Março, em Lisboa, uma grandiosa manifestação promovida pela CGTP-IN subordinada ao tema “Mudar de Rumo com mais empregos, salários e direitos”; -----

----- 2. O inegável êxito dessa manifestação que contou, segundo os próprios organizadores e os media, com cerca de 200 000 trabalhadores; -----

----- 3. Na Resolução nela aprovada se exige que a “mudança é possível, urgente e necessária”; -----

----- 4. Que na mesma resolução se indicam como imprescindíveis 10 pontos em que os principais se referem a: -----

----- 4.a. Melhorar o sector produtivo, assegurando o aumento real dos salários e das pensões para aumentar o consumo da maioria dos portugueses; -----

----- 4.b. Assegurar o direito à negociação colectiva, defender e melhorar os direitos consagrados nas convenções colectivas de trabalho, impedir práticas patronais abusivas e valorizar os sindicatos e a negociação enquanto garantes do progresso social; -----

----- 4.c. Garantir que a lei se aplica efectivamente em todos os planos e sectores, redobrando a atenção para a exigência de uma exemplar punição das actuações patronais abusivas, nomeadamente, no campo do lay-off, dos salários atrasados, dos sinistrados do trabalho, dos processos de falência e do pagamento dos créditos aos trabalhadores; -----

----- 4.d. Melhorar a Protecção Social, diminuindo os períodos de garantia para atribuição do Subsídio de Desemprego e do subsídio Social de Desemprego, para permitir o acesso dos trabalhadores com emprego precário; assegurar o prolongamento do Subsídio Social de Desemprego enquanto durar o desemprego; pôr

termo aos “falsos” recibos verdes, dado que são trabalhadores por conta de outrem e não têm protecção no desemprego. -----

----- 5. Para concretizar os objectivos atrás expostos a resolução aprovada na manifestação decide, entre outras acções: -----

----- 5.a. Saudar o 35º Aniversário da Revolução de Abril, assumindo a participação activa nas comemorações que no dia 25 de Abril se realizam por todo o país como forma de acção contra o compadrio, a corrupção e a promiscuidade entre poderes, que matam a democracia e impedem o desenvolvimento; -----

----- 5.b Realizar uma grande jornada de luta no 1º de Maio que deve ser preparada intensamente, com esclarecimento e mobilização para, de forma incontornável, expressar a afirmação dos direitos dos trabalhadores e a força dos sindicatos, manifestar o descontentamento e a indignação contra a política de direita e as posições retrógradas do patronato, assumindo um momento alto de solidariedade de todos os trabalhadores e outras camadas da população, na exigência de resposta às propostas sindicais e à mudança de política que os trabalhadores exigem e o país precisa. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 22 de Março de 2009, delibere: -----

----- 1. Saudar os trabalhadores que participaram na grande manifestação realizada na cidade de Lisboa, no dia 13 de Março, sob o lema “Mudar de Rumo com mais empregos, salários e direitos”; -----

----- 2. Apelar aos órgãos de soberania para que ouçam e ponham em execução as exigências formuladas na resolução aprovada na Manifestação; -----

----- 3. Apoiar as acções futuras propostas naquela resolução em que se destacam a participação activa nas comemorações que no dia 25 de Abril se realizam por todo o país e na grande jornada de luta do 1º de Maio; -----

----- 4. Repudiar todas as declarações que visem diminuir o êxito da manifestação, incluindo aquelas que afirmam que os trabalhadores foram vítimas de manipulação política; -----

----- 5. Entregar esta moção a todos os órgãos de soberania.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE) -----

#### **MOÇÃO NÚMERO SEIS** -----

----- Minorar os efeitos da crise nas famílias dos Lisboetas -----

----- “1. Considerando que Lisboa é uma das cidades onde é quase inexistente o mercado de arrendamento e quem necessitou de habitação teve de adquirir através de empréstimo bancário; -----

----- 2. Considerando a enorme crise económica mundial que se reflecte no nosso país, com crescimento exponencial do desemprego, com o recorde de 70.000 desempregados apenas num mês (Janeiro); -----

----- 3. Considerando as enormíssimas ajudas financeiras do Governo à banca e aos financeiros, nomeadamente o mais de um milhar de milhões de Euros injectados na CGD para esta adquirir a pré falência do BPN, ou as dezenas de milhares de milhões de Euros que o estado prestou de garantia bancária à banca privada para ir buscar capital ao estrangeiro; -----

----- 4. Considerando as recentes medidas anunciadas pelo Primeiro-Ministro de o Estado suportar durante dois anos 50% das prestações de compra de habitação a famílias que tivessem um desempregado, a serem pagas após esses dois anos com um juro bonificado; -----

----- 5. Considerando que em resposta a uma pergunta na Assembleia de República ao Primeiro-Ministro, este explicou que tinha as contas feitas e que este apoio a famílias de desempregados, custaria ao Orçamento de Estado cerca de 100 milhões de Euros; --

----- 6. Considerando que, apesar carácter positivo desta medida, fica claro a enorme disparidade dos montantes que o Estado, por ordem deste Governo, gasta com o capital financeiro e com as famílias de desempregados; -----

----- 7. Considerando que os impostos dos cidadãos, nesta enorme crise financeira devem ser em absoluto para apoiar os cidadãos e não aqueles que vivem e viveram da especulação financeira; -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda vem propor que a Assembleia Municipal de Lisboa reunida no dia 24 de Março de 2009 delibere: -----

----- A. Solicitar junto do Governo um muito maior apoio às famílias com desempregados, quer na percentagem da prestação a suportar pelo Estado, quer em libertarem esse apoio de todos os juros, quer num prazo mais dilatado, sob pena de apenas se ter adiado os problemas reais e quando as famílias de desempregados tiverem de pagar daqui a dois anos este apoio do Estado estarem mais endividadas do que já estão hoje; -----

----- B. Solicitar ao Governo que através da sua tutela sobre a Caixa Geral de Depósitos, e na qualidade de accionista único desta instituição bancária comercial pública, dê orientações ao seu Conselho de Administração para uma baixa drástica dos spreads nos empréstimos aos cidadãos para enfrentarem a crise, agindo desta forma no mercado financeiro como instituição reguladora, contra a usura dos spreads de que a Banca em geral tem estado a praticar perante a crise que toca em todas as famílias; -----

----- C. Enviar esta moção a todos os Grupos Parlamentares e ao Presidente da Assembleia da República, ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Sr. Presidente da República.”

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE) -----

----- **MOCÃO NÚMERO SETE** -----

----- Regulamento do Conselho Municipal de Juventude -----

----- “Considerando que: -----

----- - O regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude foi instituído pela aprovação na Assembleia da República da Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro; -----

----- - O supracitado diploma estabeleceu a composição, competências e regras de funcionamento dos Conselhos Municipais de Juventude; -----

----- - O Conselho Municipal de Juventude de Lisboa se encontra suspenso desde 2003; -----

----- - A reactivação deste órgão é indispensável para uma maior participação juvenil na definição de Políticas Municipais de Juventude; -----

----- - A Proposta n.º 246/2009 – Regulamento do Conselho Municipal de Juventude, aprovada em reunião de Câmara, a 11 de Março de 2009, integra as disposições impostas pela Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro; -----

----- - As diferentes forças partidárias, aprovando Moções e Recomendações, manifestaram vontade política na Assembleia Municipal de Lisboa de reactivar este Fórum privilegiado de diálogo com a juventude do concelho; -----

----- - É competência regimental da Assembleia Municipal de Lisboa proceder à aprovação do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude. -----

----- O Partido Socialista, à luz dos considerandos acima apresentados, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa delibere: -----

----- 1. Congratular-se pela aprovação em Reunião de Câmara do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude. -----

----- 2. Solicitar que a presente proposta de regulamento seja agendada para reunião de Assembleia Municipal com brevidade, para que assim possa ser reactivado um instrumento fundamental de envolvimento da juventude de Lisboa nos destinos do seu concelho.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Miguel Coelho e Pedro Pinto, do PS) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO OITO** -----

----- “O Presidente da CML, Dr. António Costa, detém o pelouro da Segurança na Cidade de Lisboa. -----

----- Infelizmente, os Lisboetas têm assistido a uma evidente incapacidade do Dr. António Costa lidar com os assuntos de Segurança na Cidade. -----

----- Pressionado que estava pela realidade concreta da insegurança, motivada pelos acontecimentos nas Olaias, o Dr. António Costa iniciou um processo de vitimização e de ataque ao Governo, procurando esconder a mais verdadeira e completa inépcia e inactividade nesta área. -----

----- Governo que, há ano e meio, o Dr. António Costa integrava, precisamente como Ministro da Administração Interna, logo com responsabilidades próprias nas políticas que, nessa matéria, vêm fragilizando a Segurança dos Lisboetas. -----

----- Pressionado, também, pelos acontecimentos, o Dr. António Costa de imediato encenou uma cena de reconciliação com o Governo, supostamente resolvendo os problemas de Segurança na cidade de Lisboa, e agendou uma reunião extraordinária da CML para tratar do tema. -----

----- Nessa reunião, apenas a Administração Central apresentou ideias sobre a Segurança para a Cidade, sem que se conheça qualquer contributo do Dr. António Costa para esse debate. -----

----- É hoje claro que o Dr. António Costa não tem qualquer Plano Municipal de Segurança para Lisboa, tendo falado a posteriori e vagamente num Contrato Local de Segurança a celebrar com o Governo, cujo conteúdo em absoluto se desconhece, em especial as especificidades da sua aplicação a Lisboa. -----

----- Estamos, uma vez mais, perante um novo *show-off* mediático do Dr. António Costa, que serve de cortina de fumo para a sua incapacidade de lidar, real e concretamente, com os problemas de segurança em Lisboa. -----

----- Acresce que, desde que tomou posse há ano meio, o Dr. António Costa continua sem reunir o Conselho Municipal de Segurança. -----

----- A segurança na Cidade exige e reclama medidas urgentes que a garantam e reforcem, e que o Dr. António Costa não é capaz de preparar. -----

----- Assim, o Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 24 de Março de 2009, delibere: -----

----- 1. Manifestar a sua profunda preocupação e censura pela incapacidade da Câmara Municipal de Lisboa, e do Dr. António Costa, em definirem uma estratégia municipal na área da Segurança na Cidade, que é cada vez mais urgente. -----

----- 2. Exigir que o Dr. António Costa apresente, na próxima sessão da Assembleia Municipal de Lisboa, o Plano Municipal de Segurança.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD) -----

----- **MOCÃO NÚMERO NOVE** -----

----- Moção de homenagem ao Santo Condestável -----

----- “Considerando que: -----

----- O Papa Bento XVI decidiu canonizar, em 26 de Abril de 2009, D. Nuno Álvares Pereira, beatificado pelo Papa Bento XV, em 23.1.1918, e a quem o povo português chama, há séculos, o Santo Condestável. -----

----- Armado cavaleiro aos 13 anos, foi treinado no culto dos grandes valores da vida; e tornou-se defensor da justiça, dos oprimidos, das viúvas e dos órfãos. -----

----- Nuno Álvares Pereira contribuiu decisivamente para a independência nacional, quer como chefe militar (Fronteiro - Mor do Alentejo e, depois, Condestável do Reino), quer como líder político, sobretudo, nas Cortes de Coimbra, de 1385. À sua coragem e determinação se devem as vitórias nas batalhas de Atoleiros (6.4.1384), Aljubarrota (12.8.1385) e Valverde (17 e 18.10.1385). -----

----- Como intérprete eminente dos sentimentos do povo português, e, especialmente, do então chamado “povo miúdo” de Lisboa, contribuiu de modo muito relevante para a consciência da nossa identidade nacional. -----

----- Com 55 anos, participou na expedição a Ceuta, com que se iniciou a expansão portuguesa pelo mundo, nos primórdios da globalização. -----

----- Promoveu a construção do Convento do Carmo, em Lisboa, um monumento nacional, que, ainda hoje, é admirável, apesar de arruinado pelo terramoto de 1755. ---

----- Depois de negociar a paz com Castela (em 31.10.1411), começou a orientar a sua vida para o convento. Tendo-lhe pertencido metade do Reino, repartiu as terras pelos netos; distribuiu todo o dinheiro, jóias, armas e roupas a cavaleiros e escudeiros e a pobres; e, desde 1423, viveu como humilde donato carmelita os últimos oito anos da sua vida, repartindo diariamente a tença real pelos pobres, à porta do convento. Ele, que fora, abaixo do Rei, o fidalgo mais poderoso do Reino (Condestável, Conde de Ourém, Conde Arraiolos, Conde de Barcelos, etc.), passou a viver numa “cela minguada, escura e solitária”, não consentindo que lhe chamassem senão Nuno, por humildade – depois, Nuno de Santa Maria. -----

----- A Crónica do Condestável diz dele que “Deus por sua mercê fez e faz muitos milagres naquele lugar em que seu corpo jaz que são denotados e manifestos”. -----

----- Foi considerado pelo historiador Oliveira Martins como “a mais nobre, a mais bela figura que a Idade Média portuguesa nos deixou”. -----  
----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 24 de Março de 2009, delibera: --  
----- 1. Aprovar um voto de congratulação pela anunciada canonização do Santo Condestável. -----  
----- 2. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que promova a colocação de um monumento a D. Nuno Álvares Pereira, no local para esse efeito preparado, no cimo do Parque Eduardo VII.” -----  
----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Brito Correia e Graça Gonçalves, do PSD) -----

### **RECOMENDAÇÃO NÚMERO UM**

----- Via Verde para o licenciamento urbano -----  
----- “Portugal atravessa uma dura crise, que é financeira, económica, social mas especialmente é uma crise de confiança. Os portugueses demonstram uma descrença crescente na possibilidade de voltarem a ter a mesma qualidade de vida que usufruíam há poucos anos. Os poderes públicos sejam nacionais, sejam locais têm por obrigação tudo fazer para atenuar os efeitos desta crise criando condições para que as empresas e as famílias utilizem as melhores ferramentas para aumentarem a sua capacidade económica e a sua realização pessoal. -----  
----- Os números com que todos os dias somos confrontados revelam uma progressão quase geométrica a caminho de uma grande depressão. É necessário que todos tenhamos consciência desta situação e independentemente das diferentes opções que possamos assumir, se não concentrarmos toda a nossa energia em encontrar soluções para aumentar a capacidade e a competitividade da nossa economia, as empresas continuarão a engrossar o número, já assustador de falências, o desemprego vai aumentando para números insustentáveis, a crise social tornar-se-á incontrolável e o caos ficará aberto a aventuras pouco democráticas. -----  
----- Como pode o Município de Lisboa contribuir de alguma forma para melhorar a situação? Tem algumas capacidades que até pelo exemplo, por ser o principal e mais importante município de Portugal, poderá levar a muitos outros por todo o País. -----  
----- Mais do que as grandes obras e grandes investimentos nas infra-estruturas que tem enorme tempo de preparação, muito capital intensivo e incorporação de importações, podem as obras de recuperação e reabilitação urbana ter um papel dinamizador, na medida em que recorrem especialmente a trabalho intensivo, muito especializado e utilizam pequenas e médias empresas, isto para além de transformarem um número cada vez maior de edifícios em ruínas, que envergonham Lisboa, em edificações recuperadas e dignas. -----  
----- A Câmara Municipal de Lisboa tem um processo de licenciamento urbano que sendo de acordo com as regras urbanísticas em vigor, é, até por força de as cumprir, um calvário para os empresários, as empresas e as famílias. -----  
----- Se simplificarmos os processos, garantimos rapidez, economia e transparência, facilitamos o trabalho de todos, valorizamos as capacidades dos agentes e dirigentes

do município e recuperamos com muito maior celeridade o nosso edificado degradado. -----

----- Com maior rapidez haverá mais economia e o valor de mercado da habitação será mais acessível, com o conseqüente aumento da população residente na cidade. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa reunida em Sessão Extraordinária em 24 de Março de 2009, recomenda à Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente ao seu presidente que estabeleça uma “Task Force”, composta por elementos de todas as forças políticas representadas nos órgãos do Município, que num prazo curto possa elaborar um projecto de simplificação do processo de licenciamento, que além de dar garantias aos cidadãos, possa diminuir drasticamente os tempos de aprovação dos projectos que venham a ser submetidos para licenciamento urbanístico, nomeadamente processos de recuperação e reabilitação urbana.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves, do PSD) -----

#### **RECOMENDAÇÃO NÚMERO DOIS**

----- Homenagem a António Livramento -----

----- “António Livramento foi um atleta de eleição numa modalidade em que Portugal teve, ao longo dos últimos 50 anos, centenas de atletas de nível mundial, ele foi o seu máximo expoente e ainda hoje é considerado o melhor de todos os tempos. -----

----- António Livramento representou Portugal ao nível de Selecções Nacionais por 220 vezes e foi várias vezes Campeão da Europa e do Mundo. -----

----- António Livramento nasceu no Alentejo, em São Manços, Distrito de Évora, mas foi em Lisboa que viveu a maior parte da sua vida e se tornou um dos mais fortes símbolos desportivos da sua época para a juventude Portuguesa. Em Lisboa representou o Clube Futebol Benfica, o Spot Lisboa e Benfica e o Sporting Clube de Portugal. -----

----- António Livramento morreu em Lisboa e repousa no Cemitério de Benfica e é ali numa campa deste cemitério que os seus familiares, amigos e um grande conjunto de desportistas, alguns campeões mundiais como ele, desejam que seja homenageado e perpetuada a sua enorme capacidade para a prática do hóquei em patins, colocando o seu busto actualmente exposto na Federação Portuguesa de Patinagem e um stick com bola que actualmente está colocado na sua sepultura nº 11705-secção 47 do Cemitério de Benfica. -----

----- O Partido Social Democrata associa-se a este desejo e espera que toda a Assembleia Municipal de Lisboa o faça na justa homenagem a quem tanto fez pelo desporto, por Lisboa e por Portugal. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que satisfaça o mais rapidamente possível, o desejo dos seus familiares, dos muitos amigos e admiradores, manifestado há mais de 8 meses, directamente ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. António Costa e Vereador, Dr. Sá Fernandes, colocando na sua campa, no Cemitério de Benfica, em cerimónia pública, o seu busto e um stick de hóquei em patins.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves, do PSD) -----

#### **RECOMENDAÇÃO NÚMERO TRÊS**



----- “Considerando que: -----  
----- Os Pátios e Vilas da cidade de Lisboa constituem um dos mais relevantes vestígios vivos do processo de industrialização da Cidade iniciado em meados do século XIX, objecto de estudo e análise por parte de grandes nomes dos campos da arquitectura, história e sociologia; -----  
----- De entre os pátios e vilas de Lisboa ainda existentes e a carecer de urgentes obras de reabilitação e de requalificação se conta o Pátio das Barracas, sito na Rua Infanteria 16, nrs. 42 a 50, freguesia do Santo Condestável, em Campo de Ourique; -----  
----- Não obstante restarem apenas dezasseis das trinta e duas habitações que originariamente compunham este singular conjunto edificado e apesar de apresentar deficiências graves que comprometem o seu uso normal, designadamente ao nível da funcionalidade, da segurança e da salubridade, é um dos mais completos e interessantes resquícios das vilas operárias existentes naquela zona da Cidade; -----  
----- Embora não conste do Inventário Municipal do Património que constitui o Anexo I do Regulamento do Plano Director Municipal de Lisboa, por não ter sido arrolado na Deliberação n.º 366/CM/1994, o Pátio das Barracas merece, face à actual conjuntura social, económica e financeira, que seja reanalisada e ponderada a sua inventariação e classificação como Imóvel de Interesse Municipal, quer à luz dos critérios genéricos de apreciação constantes do artigo 17º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural), quer na perspectiva duma nova ordem urbana das cidades; -----  
----- Nos termos dos artigos 2º, 3º e 15º, n.º 6 da Lei n.º 107/2001, integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização, constituindo um especial dever das Autarquias Locais promover o, seu conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação; -----  
----- Acresce que o Pátio das Barracas se integra, de forma harmoniosa, no desenho urbano da malha do bairro popular de Campo de Ourique, devendo ser criadas as condições para evitar a perda da respectiva perenidade e incentivar a sua reabilitação, designadamente porquanto: -----  
----- a) Uma construção nova naquele local provocaria aos edifícios confinantes, problemas de falta de ventilação, luminosidade e salubridade; -----  
----- b) O Pátio das Barracas é ainda composto por dezasseis habitações, número que dificilmente se conseguiria obter com uma nova edificação no local; -----  
----- c) A preservação e a reabilitação do actual conjunto edificado e, eventualmente, a reconstrução da sua traça original propiciaria a oferta de habitações acessíveis a jovens que queiram fixar-se em Lisboa. -----  
----- Assim sendo, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da Deliberação n.º 261/CM/2009 (Proposta n.º 261/2009, subscrita pelos Vereadores do PSD), tomada por unanimidade na reunião da Câmara Municipal de Lisboa realizada no passado dia 11 de Março, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa: -----  
----- - Que diligencie no sentido de classificar o conjunto edificado do Pátio das Barracas como Imóvel de Interesse Municipal.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Luís Graça Gonçalves, do PSD) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- Associação Cultural Palco Oriental -----

----- “Considerando: -----

----- Que a Associação Cultural Palco Oriental tem procurado, desde a sua fundação, ser uma referência viva na animação cultural da Zona Oriental de Lisboa, quer pela promoção de diversas actividades, quer pela manutenção do seu grupo de teatro, quer pela valorização de uma vivência cultural e comunitária que se enraíza nas tradições mais vincadas daquela zona antiga de Lisboa; -----

----- Que a Associação Cultural Palco Oriental acaba de receber ordem de despejo; -----

----- Que após um longo processo judicial, em que o Tribunal de 1ª Instância deu razão à referida Associação na atribuição do espaço, e agora, um acórdão do Supremo Tribunal de Justiça decidiu atribuir o edifício onde está sediado o Palco Oriental à Igreja de S. Bartolomeu do Beato; -----

----- Que dezenas de pessoas serão assim privadas de dar continuidade aos seus projectos artísticos e à livre expressão das suas vontades e ideais, e que dezenas de pessoas que militantemente se dedicaram e investiram humana e materialmente durante tantos anos neste espaço para dotar culturalmente as populações da Zona Oriental de Lisboa, são assim despejadas. -----

----- O Grupo Municipal do PCP propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 24 de Março de 2009, que recomende à CML: -----

----- Estudar, com a direcção da Associação Cultural Palco Oriental a cedência de um espaço municipal alternativo que salvaguarde a continuação da sua actividade, de preferência naquela zona da Cidade.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Modesto Navarro, do PCP) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO QUATRO-A** -----

----- Espaço para a continuação da Actividade Cultural do Palco Oriental -----

----- “O Palco Oriental é uma associação de carácter cultural que tem no seu seio vários grupos de teatro e musicais. -----

----- Desde 1975, o “Palco” estava sediado num espaço na Calçada Duque de Lafões, freguesia do Beato. -----

----- Numa recente decisão do Supremo Tribunal de Justiça, a referida associação perdeu o direito de usufruto daquele espaço, não tendo mais nenhum edifício onde possa ensaiar, representar e continuar a sua actividade cultural. -----

----- A acção cultural que a referida associação desempenha na zona oriental é importante, devendo ser preservada. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 24 de Março de 2009, recomenda:

----- 1) Que a C.M.L., em conjunto com o Palco Oriental, estude a viabilidade da instalação da referida Associação, no edifício de propriedade municipal, situado na Rua do Açúcar, junto ao Palácio da Mitra, frente ao Teatro Meridional, podendo desta forma criar um pólo cultural na zona oriental da cidade; -----

----- 2) Caso não seja possível este espaço, que a C.M.L. identifique edifícios/espaços municipais na zona Oriental, de forma a encontrar o espaço que melhor se enquadre nas necessidades culturais da zona e da Associação Palco Oriental.” -----  
----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Miguel Coelho e Hugo Xambre Pereira, do PS) -----

#### ----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO CINCO** -----

----- Acácias infestantes em Monsanto -----

----- “O Parque Florestal de Monsanto é o maior e mais importante espaço verde da Cidade de Lisboa que, enquanto espaço de lazer e fruição pública, serve a população de Lisboa e os concelhos limítrofes. -----

----- Aquando da sua criação, foram utilizadas espécies alóctones, como população pioneira na criação de solos, tais como a Acacia sp, a qual, em muitos casos, conduz à rarefacção de outras espécies, autóctones ou não. -----

----- Considerando que, na actualidade, esta espécie, após cumprida a função para a qual foi plantada, representa um infestante, que põe em causa a sobrevivência das outras espécies existentes no Parque Florestal de Monsanto, tal como é reconhecido no Plano de Ordenamento e Requalificação do Monsanto (PORM). -----

----- Considerando que não se conhece qualquer previsão de campanha de controlo e arranque desta espécie pelo município. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1 - Proceda ao levantamento, com inventário e localização, das Acacia sp existentes no Parque Florestal de Monsanto; -----

----- 2 - Estude a eficácia no controlo das espécies de Acácia presentes no Parque Florestal de Monsanto, calendarizando e dando início a um programa, no âmbito do PORM, que vise a aplicação de fitocidas selectivos não residuais e o arranque e destruição desta população de infestantes considerados supérfluos.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Sobreda Antunes e Cristina Serra, do PEV) -----

#### ----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO SEIS** -----

----- Dia Nacional da Juventude -----

----- “No dia 28 de Março comemora-se o Dia Nacional da Juventude. -----

----- Em 1947 este dia ficou marcado por uma investida do fascismo contra uma iniciativa do movimento juvenil, em que muitos dirigentes juvenis foram agredidos e presos, levantando-se um enorme e solidário movimento juvenil, demonstrando firmeza, coragem e unidade. -----

----- Hoje, e ao longo de todos estes anos, os Jovens continuam a defender a consagração e efectivação dos seus direitos e de uma melhor qualidade de vida. -----

----- Perante a actual situação económica e social que afecta a generalidade da população portuguesa e, mais específica e acentuadamente, os Jovens, que são os mais afectados devido à sua situação particularmente frágil perante, designadamente, o acesso ao ensino e ao mercado de trabalho. -----

----- Considerando que a vida de milhares de Jovens é marcada pela insegurança, pela instabilidade e, por vezes, pela degradação das suas condições de vida, quando vêm condicionado e limitado o direito à sua realização pessoal, profissional e a uma activa participação na sociedade, sendo necessário e urgente garantir estes direitos. -----

----- Considerando que a juventude representa uma força de desenvolvimento e de progresso e que só garantindo os seus direitos, presentes e futuros, será possível renovar a cidade e alcançar uma sociedade mais justa e um país mais desenvolvido. ---

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, saudar o Dia Nacional da Juventude, recomendando à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1 - Reconheça o importante papel da juventude no desenvolvimento da cidade de Lisboa e do país, assinalando o Dia Nacional da Juventude e saudando os Jovens que lutam pela melhoria das suas condições de vida e pela sua integração na vida activa; --

----- 2 - Adopte medidas que reforcem os apoios à juventude, ao associativismo e à participação juvenil na vida da cidade; -----

----- 3 - Diligencie no sentido da promoção de efectivas políticas de juventude, que permitam aos Jovens a realização plena dos seus direitos, necessidades e aspirações; --

----- 4 - Dê conhecimento desta deliberação ao Conselho Nacional da Juventude, com pedido de divulgação às associações que o compõem.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Sobreda Antunes e Cristina Serra, do PEV) -----

#### **RECOMENDAÇÃO NÚMERO SETE**

----- Promoção da Intermodalidade na Cidade de Lisboa -----

----- “A mobilidade é um aspecto determinante da qualidade de vida das populações, assim como, um factor decisivo para a promoção da coesão territorial e social. Como tal, é necessário garantir o fundamental direito à mobilidade dos cidadãos, com justiça social e sustentabilidade económica, energética e ambiental. -----

----- A redução da utilização do transporte colectivo, é uma realidade que tem vindo a agravar-se de ano para ano, por isso é urgente apostar na intermodalidade entre meios de transporte e na articulação racional entre diversos operadores, por forma a combater a dispersão e o desperdício. -----

----- Urgente é também adoptar uma política de incentivo ao transporte colectivo, no sentido de melhorar a qualidade de vida e competitividade do território da cidade de Lisboa, cumprindo os compromissos, os protocolos ambientais e as políticas de transportes e mobilidade, sendo para isso indispensável o efectivo funcionamento da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa. -----

----- Considerando que a principal vantagem do transporte intermodal consiste em combinar as potencialidades dos diferentes modos de transporte, sendo que dessa combinação resultam importantes reduções dos custos económicos, de poluição, consumo de energia, do tráfego rodoviário e aumento da segurança rodoviária. -----

----- Considerando que os cartões Viva Viagem e 7 Colinas foram criados para facilitar as viagens intermodais na região de Lisboa e supostamente poupar papel na aquisição de bilhetes ocasionais, mas que são bloqueados até que o seu período de

validade termine – duas horas no caso da Fertagus – e mesmo até inutilizados para outros operadores, como o faz a CP. -----

----- Considerando que cada utente que queira utilizar o Metro, após viajar nos operadores referidos anteriormente, tem, obrigatoriamente, que adquirir um novo cartão Viva Viagem ou 7 Colinas, pelo preço de 50 cêntimos, carregando-o posteriormente com o valor que pretende. -----

----- Considerando ser frequente encontrar cartões Viva Viagem e 7 Colinas deitados fora na via pública e às portas das estações de Metro. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1 - Informe o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações sobre as incompatibilidades do sistema de bilhética, exigindo que este seja revisto e corrigido no curto prazo, a fim de possibilitar uma efectiva intermodalidade do sistema de transportes; -----

----- 2 - Promova, em conjunto com os operadores que servem a cidade de Lisboa, campanhas de sensibilização junto dos utentes de transportes públicos, para a correcta reutilização dos cartões Viva Viagem e 7 Colinas; -----

----- 3 - Dê conhecimento desta deliberação ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e aos operadores de transportes públicos da área de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Sobreda Antunes e Cristina Serra, do PEV) -----

#### **RECOMENDAÇÃO NÚMERO OITO** -----

----- Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial -----

----- “O Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial é comemorado, todos os anos, no dia 21 de Março. A data foi instituída pela Organização das Nações Unidas devido ao Massacre de Sharpeville, ocorrido na cidade com o mesmo nome, na África do Sul. -----

----- A 21 de Março de 1960, na cidade de Shaperville ocorreu um protesto contra as leis de discriminação racial, nomeadamente a Lei do Passe, que obrigava os negros a usarem um cartão listando os locais onde estes apenas se podiam deslocar. -----

----- Este protesto juntou cerca de cinco mil manifestantes numa marcha pacífica que teve a resposta de metralhadoras por parte da polícia sul-africana, tendo morrido dezenas de pessoas e muitas outras ficaram feridas. -----

----- Como consequência, em 21 de Novembro de 1969, a ONU implementou o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, que passou a ser comemorado a 21 de Março. -----

----- Considerando que a discriminação racial continua a afectar milhares de pessoas em todo o mundo, através de exclusões, violência e preconceitos, e que essa situação é inconciliável com a dignidade do ser humano. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1 - Apoie os programas e as acções de sensibilização contra a discriminação racial, o racismo e a xenofobia, associando-se a iniciativas e campanhas contra estes ou quaisquer outros tipos de discriminação; -----

----- 2 - Promova, junto da sociedade, em geral, e nas escolas e instituições, em particular, campanhas e medidas de inclusão que valorizem a diversidade cultural e o respeito pela diferença; -----

----- 3 - Dê conhecimento desta deliberação às Associações de Imigrantes sedeadas em Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Sobreda Antunes e Cristina Serra, do PEV) -----

#### **RECOMENDAÇÃO NÚMERO NOVE**

----- “Em Junho de 2008 a Assembleia aprovou uma Recomendação, apresentada pelo Partido Ecologista Os Verdes, onde se pedia ao Governo que analisasse a situação criada pela decisão de extinguir o Hospital de Dona Estefânia e sua substituição por um serviço de pediatria no futuro Hospital de Todos os Santos. -----

----- Esta resolução do Governo tem merecido o repúdio de profissionais da Pediatria e de milhares de cidadãos, consubstanciado numa petição com 76.000 assinaturas em 2008, que foi entregue e ignorada pelos responsáveis pela situação, bem como na formação de uma “Plataforma em Defesa do Património do Hospital de Dona Estefânia e de um Novo Hospital Pediátrico para Lisboa”. -----

----- O encerramento do Hospital Dona Estefânia, considerado “O Berço da Pediatria Portuguesa” implica que Lisboa perca o seu único hospital pediátrico, com graves prejuízos para as crianças, e é considerado um retrocesso civilizacional único em capitais da Europa e do mundo desenvolvido, segundo os especialistas nesta áreas. ---

----- A substituição deste hospital por um serviço de pediatria no Hospital de Todos os Santos, ao misturar crianças e adultos, não garante àquelas o espaço adequado à sua especificidade, com utilização de equipamentos de adultos, contrariando assim a evolução dos padrões de assistência à criança defendidos nos países desenvolvidos. ---

----- Neste contexto, o Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 24 de Março de 2009, delibere: -----

----- 1 - Reiterar junto do Governo que analise a decisão de encerramento do Hospital de Dona Estefânia. -----

----- 2 - Recomendar à Câmara uma tomada de posição sobre esta matéria, que, a concretizar-se, dará a ideia de uma capital que está a regredir nos cuidados à criança. -

----- 3 - Dar conhecimento desta Recomendação ao Governo e à Assembleia da República.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Modesto Navarro, do PCP) -----

#### **RECOMENDAÇÃO NÚMERO DEZ**

----- “Fazer cidade não é apenas demolir, ou terminar simplesmente com os elementos ou usos com os quais não concordamos. Fazer cidade é perceber a cidade, cada zona

da mesma e estudar a médio e longo prazo o que queremos dela. Caso contrario estamos a construir lugares sem expressão nem significado, estamos a descaracterizar espaços e a criar vazios sem sentido. -----

----- Estando a decorrer um conjunto de acções para em definitivo se executar o Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona envolvente, com a perspectiva de tornar a Avenida da Liberdade uma zona mais vivida pelos cidadãos de Lisboa. -----

----- Tendo em conta as palavras do Sr. Vereador do Planeamento Estratégico e Urbanismo, que Lisboa precisa de mais esplanadas na cidade como fonte de vivencia da cidadania. -----

----- Não se encontrado razão aparente ou mesmo qualquer Plano de Cidade que justifique a atitude do executivo municipal em terminar definitivamente com os espaços de esplanada na Avenida da Liberdade, sem encontrar uma solução de modernização dos mesmos ou de estratégia futura para o equilíbrio da Avenida em contraste com outro tipo de oferta na área da restauração e lazer. -----

----- Tendo ainda em conta um conjunto de alertas da população, que vive e trabalha na Avenida da Liberdade. -----

----- Recomenda-se a Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. Não termine com a esplanada existente junto ao elevador da Gloria, no passeio central da Avenida da Liberdade. -----

----- 2. Que encontre uma solução arquitectónica equilibrada que permite colocar a ocupação e exploração desta esplanada em concurso público com um nível de exigências adequado aos tempos. -----

----- 3. Que se envolva neste processo dentro dos termos legais o actual concessionado, com a intenção de o tratar com a dignidade merecida, não igualado aos que não cumpriram com a Câmara Municipal de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD) -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que ia começar por se referir a uma determinada linha daquilo que foi a intervenção do público, e porque o tempo era muito curto e tinham várias intervenções, apenas queria fazer notar que havia um conjunto de questões que foram colocadas pelos cidadãos de Lisboa que tinham a ver com a incompetência e a incapacidade da Administração da GEBALIS em lhes dar resposta, remetendo-os para as Juntas de Freguesia para áreas que não eram da competência delas, mas sim da Câmara através da empresa que criara, a GEBALIS. -----

----- Referiu que noutras oportunidades voltariam a este tema, mas não queria deixar passar esta altura sem dar esta nota. -----

----- Depois, disse que lamentando a ausência do Sr. Presidente da Câmara, por razões com certeza ponderosas, porque não poderia, olhos nos olhos, responder à sua alegação de irresponsabilidade do PSD pelo chumbo do empréstimo de 36 milhões de euros para antecipar receitas do IMI, de qualquer maneira, rapidamente, em tópicos, pretendia dizer o seguinte. -----

----- Em primeiro lugar, que a Câmara apresentara ali, no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro, um empréstimo para pagar dívidas a credores no montante de

500 milhões de euros, e o Sr. Presidente da Câmara, na altura, referira que se demitia se esse empréstimo fosse chumbado pelo PSD, e o PSD viabilizara na Assembleia Municipal, através da abstenção, um empréstimo de 400 milhões de euros. Foi necessário, por razões de forma, voltar a repetir essa votação e foi necessário que o PSD, para esse empréstimo ser viabilizado, passasse da abstenção para o voto a favor, e o PSD votara então favoravelmente esse empréstimo de 400 milhões de euros. Simplesmente o Tribunal de Contas chumbara esse empréstimo pela maneira como o próprio Plano de Saneamento Financeiro estava construído. -----

----- Depois, no seguimento desse chumbo, o Presidente António Costa veio dizer que já não era necessário nenhum empréstimo porque tinha pago 180 milhões de euros devido a um grande esforço de poupança do Município, e que os remanescentes 110 milhões de euros estavam a ser renegociados com os credores. -----

----- Mas a Câmara voltara a apresentar, mais tarde, um novo pedido de empréstimo, no montante de 130 milhões de euros, para pagar a credores, e o PSD, mais uma vez, abstendo-se, viabilizara esse empréstimo. -----

----- Há um mês, concretamente em 24 de Fevereiro de 2009, no programa Dia D, na SIC Notícias, o Sr. Presidente da Câmara disse, citou: “Fizemos um esforço muito grande, conseguimos pagar as dívidas e superar essa situação. Agora estamos numa situação nova em que, felizmente, este ano já temos condições de investir.” -----

----- Portanto, não passara um mês e afinal o Dr. António Costa apresentara mais um pedido de empréstimo, no montante de 36 milhões de euros, sem que em nenhum momento da própria proposta se dissesse para que fim, apenas e só por necessidades de tesouraria. -----

----- Afinal, quem é que era irresponsável? Quem era que estava a jogar, em tempo de crise, com as expectativas dos fornecedores da Câmara para fins meramente partidários ou eleitorais? Seguramente não era o PSD, que se limitara a votar contra a contracção de mais um empréstimo para antecipação do IMI, que visava apenas resolver uma questão de dificuldade sazonal de receitas da Câmara. -----

----- E se efectivamente para a Câmara era tão essencial este empréstimo, todos notaram ali que a Câmara não se mobilizara, politicamente, para o defender. O Sr. Presidente, por razões ponderosas com certeza, não estivera na Assembleia a defender esse empréstimo, e o Sr. Vice-Presidente, estando presente, estivera ausente do debate. -----

----- Passando às questões da segurança, disse que o Sr. Presidente da Câmara tinha o Pelouro da Segurança na Câmara Municipal de Lisboa, mas tinha revelado uma incapacidade total para lidar com a segurança na cidade. Pela pressão dos acontecimentos, encenara a sua vitimização e atacara o Sr. Ministro da Administração Interna, tivera o desplante de dizer que a questão ocorrida nas Olaias era uma questão de polícia e não era uma questão de segurança, quando, efectivamente, era uma questão de segurança porque era uma questão transversal a várias situações e áreas da vida dos lisboetas. E mesmo a Polícia Municipal, bastava ir à legislação, tinha competências de coordenação com as forças policiais para manter e assegurar, prevenir e garantir a tranquilidade e ordem públicas. -----



----- Depois, em nova encenação que incluía, inclusive, a ementa do almoço, o Dr. António e o Ministro da Administração Interna fizeram as pazes. E fizeram as pazes, talvez sem que o Dr. António Costa se lembrasse que há ano e meio era responsável precisamente pela área da segurança no Governo, e responsável pelas políticas que neste momento estavam a afectar e a descredibilizar a segurança na Cidade de Lisboa.

----- A seguir, em mais uma iniciativa mediática, reunira extraordinariamente a Câmara Municipal para discutir os aspectos da segurança, mas, infelizmente, nessa reunião da Câmara ouvira-se zero. Falaram a Sra. Governadora Civil, o Sr. Director Nacional da Polícia de Segurança Pública, o Sr. Director Geral de Infra-estruturas do Ministério da Administração Interna, mas da Câmara zero sobre ideias, projectos, propostas e planos quanto a segurança para a Cidade de Lisboa. Portanto, em termos de resultados, era um *flop* completo a gestão da Câmara nessa matéria. -----

----- Onde estava o Plano Municipal de Segurança? Que contrato local de segurança ia a Câmara celebrar e que especificidades tinha esse contrato para a Cidade de Lisboa? Tudo vago, tudo desgarrado, tudo sem ideias de continuidade. -----

----- Pressionada pelos acontecimentos, vinha a Câmara agora dar umas pinceladas, falando na videovigilância. Mas em que plano, em que estratégia, isso se enquadrava? Vinha falar hoje, pressionado pela Assembleia Municipal, na concentração de certas estruturas de segurança e protecção civil em Monsanto. Para quê? Como era que isso se articulava com a actividade e com as propostas que a Câmara tinha para a segurança na Cidade de Lisboa? -----

----- Nada disso resolvia os problemas que se colocavam aos lisboetas em matéria de segurança. -----

----- Por fim, disse que continuava a saga da promessa da convocação do Conselho Municipal de Segurança, que tantas vezes, através de moções, ali foi pedida na Assembleia Municipal, e inclusive já foi objecto de uma carta em que o PSD pedira ao Presidente da Câmara que convocasse esse Conselho Municipal. Era tempo de dizerem basta nessa matéria, e se a Câmara não era capaz de andar os Deputados Municipais teriam que andar pela Câmara, pelo que no final do período de Antes da Ordem do Dia, mas em tempo de ser ainda votado, o PSD iria, nos termos do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, apresentar um requerimento para que o mesmo fosse convocado em sessão extraordinária. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, começou por dizer que só por masoquismo o PSD trouxera hoje à Assembleia Municipal os três assuntos de que o Deputado Municipal Saldanha Serra entendera falar. -----

----- Desde logo, em relação à GEBALIS, só mesmo por masoquismo se poderia referir a essa empresa municipal, depois dos tristes acontecimentos que têm vindo a público e que todos conheciam, por parte da anterior gestão, da responsabilidade do PSD. -----

----- Por outro lado, só por masoquismo o PSD poderia ali falar, pelos vistos com algum sentido de má consciência, para explicar por que foi que chumbara, na semana passada, o empréstimo de 36 milhões de euros, pedido pela Câmara, para gerir uma questão de tesouraria, empréstimo que o Sr. Vereador das Finanças se comprometera

a pagar até Agosto, e que naturalmente tinha como uma das principais vocações poder honrar compromissos com as pequenas e médias empresas fornecedoras da Câmara. --

----- Naturalmente percebiam que o PSD tivesse sobre essa matéria um grande problema e tivesse que ir ali explicar-se, porque enquanto que a sua líder andava a dizer que o importante era apostar nas pequenas e médias empresas, e o PS também estava de acordo, o PSD, na Assembleia Municipal de Lisboa praticava precisamente o contrário. Portanto, percebiam esse grande esforço para explicar o inexplicável, mas as pessoas sabiam muito bem qual era o comportamento irresponsável que o PSD tinha nessa matéria, e todos sabiam também, como ali já referira na semana passada, que o PSD só votara a proposta como votara porque perguntaram com certeza ao anunciado candidato à Câmara como era que a deveriam votar. -----

----- Em relação à segurança, disse que também só por masoquismo o PSD ali levantara o problema do Conselho Municipal de Segurança, que seguramente iria reunir, porque o PSD presidia, desde o início do mandato, à Comissão Permanente de Segurança e Protecção Civil, que apenas fizera uma reunião para tomar posse. Isso era fantástico! Por isso, sobre essa matéria o PSD deveria começar por levantar a questão e assumir as suas próprias responsabilidades pelo mau funcionamento de um órgão da Assembleia Municipal. -----

----- Disse que era um facto que o problema da segurança existia na Cidade de Lisboa, como existia no País. Era um problema que tinha que ser abordado em todas as suas vertentes, mas o PS estava seguro que, com o Sr. Presidente da Câmara, naturalmente saberiam pôr acima dos interesses partidários os interesses da cidade, como, aliás, o Sr. Presidente há dias demonstrara ao manifestar, publicamente, desacordo em relação a algumas medidas que o Governo do seu próprio partido estava a implementar. -----

----- Isso dava garantias aos cidadãos de Lisboa, dava tranquilidade às pessoas que moravam em Lisboa porque sabiam que, acima de tudo, tinham um Presidente de Câmara que estava ali para defender os interesses da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, começou por referir que enquanto, Sessão após Sessão, algumas bancadas da Assembleia Municipal se têm ocupado em lembrar episódios políticos, os Deputados Municipais do Partido Comunista Português têm centrado a sua intervenção em matérias de manifesto interesse municipal, promovendo iniciativas com vista à resolução dos problemas dos cidadãos que viviam e trabalhavam na cidade, contribuindo, dessa forma, para a dignificação da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Disse, depois, que se comemorava, hoje, mais um Dia do Estudante. Esta foi a data escolhida pela Assembleia da República para recordar a crise académica de 1962. Foram tempos em que os estudantes, principalmente os dirigentes associativos, sofreram bastante para que agora pudessem assistir e participar em manifestações livres para reivindicações dos estudantes, quer se concordasse ou não com todas elas, num ambiente democrático de respeito pelos direitos, liberdades e garantias. E que bom era poder assistir à manifestação livre das reivindicações dos estudantes! -----

----- O PCP não podia deixar de assinalar, hoje, na Assembleia Municipal de Lisboa esta data, assim como recordar o Dia Nacional da Juventude que se comemorará no próximo dia 28 de Março, e que seria, como tem sido sempre, um dia associado à luta pelos direitos individuais e colectivos dos jovens trabalhadores e por melhores condições de vida e de trabalho. -----

----- Por isso, o PCP tem afirmado, categoricamente, que é urgente mudar de rumo para uma vida melhor! -----

----- Continuando, disse que ontem em nome do défice, hoje em nome da crise, a lógica era a mesma: pôr os trabalhadores a pagar e o patronato a lucrar, sendo os jovens trabalhadores os principais prejudicados. Bastava olhar para as taxas de desemprego! -----

----- Seria bom mostrar, de forma muito clara, nestas duas datas, que os jovens não queriam continuar a ser a geração dos trabalhadores com vínculos precários, baixos salários e com menos direitos. Era por estas e outras razões que no dia 28 de Março teria lugar uma grande manifestação nacional de jovens trabalhadores. -----

----- Referiu que o PCP também não podia deixar de lamentar e denunciar a falta de uma política de juventude no Município de Lisboa. Nos últimos anos, no Pelouro da Juventude nada acontecia, nada se passava! -----

----- Mais uma vez a Semana da Juventude não existira! Mais uma vez, e sem que se ouvisse uma palavra da responsável por esta área, o Dia da Juventude não era assinalado pelo Município. Todos os dias o trabalho de promoção e de apoio ao movimento associativo juvenil deixara de acontecer! -----

----- Lisboa, capital do País, deixara de ter uma política de Juventude! -----

----- Não foi apenas a cidade que envelheceu! Infelizmente a capacidade de trabalho e de intervenção da actual maioria também perdera a sua juventude! Era por isso que também para Lisboa reafirmavam que era urgente mudar de rumo. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por saudar os munícipes que ali intervieram para apresentar as suas reivindicações e tratar dos problemas reais e concretos, que iam muito para além dos discursos enfáticos que às vezes se faziam na Assembleia Municipal. -----

----- Saudou particularmente o munícipe que falara em representação do Palco Oriental, adiantando que iam votar favoravelmente a proposta que o PS apresentara, e que já não era sem tempo porquanto a Assembleia Municipal já aprovara, há um ano, uma Moção que o BE apresentara para a resolução do problema do Palco Oriental. ----

----- Passando às moções em debate, disse que o BE apresentara uma sob o problema das famílias e sob a crise, porque a proposta que o Senhor Primeiro-Ministro apresentara na Assembleia da República não servia. Ela poderia ter capacidade para ajudar a resolver alguns problemas imediatos a alguns desempregados que compraram a casa e neste momento não tinham dinheiro para pagar a prestação. Mas se fizessem algumas contas, se estivessem atentos aos pormenores da proposta, não lhe retirando esse carácter imediato que poderia ter de ajudar alguns moradores que porque estavam no desemprego não tinham dinheiro para pagar a prestação da casa de imediato, podiam ver que o que acontecia era que eles iam ficar dois anos a não pagar 50%,

depois pagariam a prestação normal à banca, mais os 50% ao Estado e mais os juros que o Estado ia pôr sobre esse valor. -----

----- Era curioso que na Assembleia da República perguntaram ao Senhor Primeiro-Ministro se ele tinha feito contas sobre quanto custava ao Orçamento de Estado esse apoio que ele de boa-vontade estava a dar às famílias dos desempregados, e o Senhor Primeiro-Ministro respondera que andaria na ordem dos 100 milhões de euros. Mas para que não tivessem qualquer dúvida sobre para que lado pendia o Senhor Primeiro-Ministro, que se lembrassem que para salvar da pré-falência um banco o Governo injectara na Caixa Geral de Depósitos 1.800 milhões de euros. Ou seja, para a finança especulativa existiam 1.800 milhões de euros, mas para ajudar os desempregados a pagar a prestação relativa à compra de casa o Governo gastava 100 milhões de euros. Enfim, eram só 18 vezes menos! -----

----- Disse que ninguém sabia como iria ser a crise daqui a dois anos. Pessoalmente não conhecia nenhum economista que quisesse fazer uma aposta, ou que quisesse pôr as mãos no lume quanto a dizer como estaria a crise daqui a dois anos, e, portanto, o que pediam na Moção era que o Estado pagasse os 50%, que retirasse os juros desses 50% que ia dar a esses desempregados e que o prazo fosse dilatado em função da evolução da crise. -----

----- E faziam uma proposta que era clara e fundamental para os desempregados e para toda a gente na crise actual em que estavam, porque apesar do PSD ali dizer que o problema principal que tinham hoje na cidade era um problema de segurança, isso não era verdade. Eram dois problemas: o problema da habitação, que diariamente aflorava aqui, ali ou além, no Bairro Portugal Novo, na Quinta do Cabrinha, etc., e esse não era um problema de polícia, só era um problema de polícia quando as armas vinham para a rua; e, segundo, uma crise económica que estava a pôr na maior das dificuldades as famílias lisboetas. Essas eram as duas principais crises. -----

----- Naturalmente que quanto mais crise houvesse nas casas dos lisboetas, quanto mais crise houvesse na falta de habitação, desdobramentos ou o que quer que fosse, iria haver mais descontentamento e mais problemas, nomeadamente de segurança. Mas a segurança estava a jusante dos problemas que tinham que resolver, que eram os problemas sociais e económicos das famílias dos portugueses. -----

----- Portanto, nessa Moção, propunham claramente que o Estado actuasse perante a Caixa Geral de Depósitos para acabar com esses juros da usura de que a banca se estava a aproveitar para se auto-capitalizar para terem depois aqueles prémios chorudos, e, já agora, desafiar a Assembleia da República para que tivesse a coragem de fazer o mesmo que fizera o Parlamento Americano de passar a taxar com 90% os prémios de gestão que os gestores tinham nos Estados Unidos da América, nomeadamente através dos impostos que o Estado lhes dava. -----

----- Relativamente às duas moções sobre a segurança, disse que o BE não era insensível a essa matéria, porquanto, de acordo com a Constituição, o primeiro direito que qualquer cidadão tinha era a defesa da sua vida e dos seus bens, pelo que iriam votar favoravelmente a Moção que o PCP apresentara sobre a segurança, porque ela tratava do problema da segurança com cabeça, tronco e membros. Tratava dos

problemas sociais que estavam a montante da segurança, e tratava da necessidade de terem o Conselho Municipal de Segurança a funcionar. -----

----- Mas não votariam favoravelmente a Moção de censura e de segurança apresentada pelo PSD. Era tão bonito ali ouvir o Deputado Municipal Saldanha Serra falar que até parecia que era verdade, mas perguntava-lhe o que fizeram o PSD e o CDS-PP quando estiveram no Governo em matéria de segurança. Era fácil, estava nos jornais, o problema principal da segurança que trataram foi comprar dois submarinos, que custaram dezenas de milhões de euros, e que seguramente iriam fazer a maior segurança do País! O que precisavam era mesmo de dois submarinos! -----

----- Portanto, que não viesse agora o Deputado Municipal Saldanha Serra com as suas lágrimas... -----

----- A um aparte respondeu: “Não há confusão, foi o Governo do PSD que decidiu comprar dois submarinos para a segurança do País, e o que o País está a precisar para segurança era de corvetas rápidas para impedir que na costa entrasse droga, para impedir que na costa houvesse desastres, para impedir que, em defesa do ambiente, não se lavassem petroleiros à beira da costa. O que os senhores fizeram quando estavam no Governo, em termos de segurança, foi comprar dois submarinos que agora vão ter que ser pagos”. -----

----- Por conseguinte, estavam falados sobre quais os conceitos de segurança. No entender do BE era preciso polícia de proximidade. Sugeriam à Câmara, e já propuseram várias vezes, que retirasse a Polícia Municipal de todos os trabalhos burocráticos e pusesse lá funcionários do Município para que tivessem mais polícia na rua a fazer segurança de proximidade junto dos cidadãos. -----

----- Disse, ainda, que apresentaram também uma Moção sobre a grande manifestação realizada no passado dia 13, porque achavam que a Assembleia Municipal deveria saudar o conjunto dos trabalhadores que tinham clareza de que o problema central do País era o pão para a boca e o sítio onde morar. Esses eram os dois problemas da crise real que o País tem. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que ia começar por referir, mais uma vez, aquilo que vem sendo evidente na Assembleia Municipal, que era a batalha permanente do bloco central, PS e PSD, a repartirem acusações de malfetorias em termos de má administração da Câmara Municipal, mas o que não era de estranhar porque, enfim, repartiam acusações tal como repartiram o poder ao longo de todos estes anos em que têm governado a Câmara Municipal de Lisboa e o País. Não tinham governado sozinhos, era verdade, havia culpas repartidas, mas tinham sempre o coração na governação do País e em particular da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Que se visse o caso quase caricato, se não fosse grave, daquilo que se passava, que não tinha directamente a ver com a Câmara Municipal de Lisboa mas tinha a ver com o País e com todos, que era a eleição do Provedor de Justiça, que se tornara uma verdadeira novela. -----

----- Aludindo à questão dos submarinos, matéria referida pelo Deputado Municipal Carlos Marques, disse que retirando um bocadinho da demagogia porque, obviamente,

alguma coisa se fizera no capítulo da segurança e os submarinos nada têm a ver com isso, apenas lembrava – e não tinha nada a ver com o BE – que de facto o Governo que referira comprara dois submarinos, mas um senhor engenheiro, excelente pessoa que fugira do pântano, tinha comprometido três! Referia-se ao Sr. Eng.º Guterres, que foi Primeiro-Ministro, e que ao tempo era também Secretário-Geral do PS, como certamente se recordariam. Portanto, do mal o menos, apesar de tudo reduzira-se de três para dois o número de submarinos. -----

----- Não sabia se os submarinos eram fundamentais ou não. Para a segurança certamente não eram e, por isso, não teriam que vir à colação neste assunto. Mas, enfim, eram aqueles pequenos toques demagógicos que sempre faziam jeito neste tipo de debates. -----

----- Referiu que a segurança era efectivamente uma questão crucial, e preocupava-o a total ausência do Sr. Presidente da Câmara nessa matéria. De facto, nada acontecera perante aquela situação grave que se passara no Bairro do Cabrinha. Aliás, dissera mesmo que aquilo não era nada com ele e por aí fora, mas era uma verdade que não havia política de segurança. As próprias reuniões do Conselho Municipal de Segurança seriam provavelmente providenciadas agora, porque depois de insistirem todos que não havia reuniões, lá se iria fazer uma, provavelmente inútil, e dizia inútil não por desrespeito ao Conselho Municipal de Segurança mas porque não havendo iniciativas, não havendo políticas, não havendo pensamento da Câmara Municipal de Lisboa e do Dr. António Costa sobre essa matéria, o Conselho Municipal de Segurança decerto iria desfiar um conjunto de preocupações e de boas intenções, mas, obviamente, não poderia fazer muito mais que isso porque não teria matéria sobre a qual opinar e trabalhar. -----

----- Mas foram ali ditas algumas coisas muito verdadeiras em relação à segurança. Por exemplo, dava razão a alguns argumentos que consideravam que a segurança estava ligada à crise, às dificuldades económicas dos cidadãos, etc., mas a segurança, no fundamental, não tinha a ver com isso. Era óbvio que havia comportamentos que eram potenciados pelas dificuldades económicas, pelas dificuldades da vida das pessoas, mas não era dessa segurança que estavam a falar. Estavam a falar de criminalidade organizada e não do cidadão que por estar desempregado desesperava, tinha um comportamento incorrecto e por aí fora. Portanto, o crime organizado é que era a preocupação, e não outro tipo de segurança. -----

----- Por isso, nesse aspecto não poderiam concordar porque o crime organizado tinha, de facto, outra natureza, tinha outra origem, e como tal deveria ser tratado de outra forma. E quanto a isso não havia qualquer política por parte da Câmara Municipal, como, aliás, a política do PS no Governo da Nação também não era claramente adequada. Sucessivamente anunciavam-se centenas de polícias, anunciavam-se investimentos notáveis, mas o que era certo é que depois a própria Cidade de Lisboa sofria com a despromoção dos seus espaços de polícias, com pequenos truques porque se iam ocupar espaços que estavam destinados a espaços de segurança da cidade para resolver problemas do Governo central. Portanto, Lisboa tem sido sucessivamente maltratada nessa matéria. -----

----- Referiu que se dissera ali, e muito bem, uma coisa que o CDS-PP também vinha propondo há muitos anos, que era que polícia é polícia e não escriturário. Isso tanto na Polícia Municipal como na PSP e na GNR. Sabiam que esse era um drama, mas um drama de há muito que ninguém conseguira resolver até hoje. O Governo do PS não conseguira, a Câmara Municipal de Lisboa também não e já ia com ano e meio de governo socialista, fora todo o governo socialista que tivera durante doze anos. De facto, a estrutura da Polícia Municipal continuava a funcionar nesse aspecto deficiente, como eram deficientes as estruturas de apoio administrativo de todas as polícias, que dessa forma comprometiam muitos efectivos que deveriam estar no exercício da sua função de segurança. -----

----- Referindo-se à Moção do PEV sobre a intermodalidade, disse que essa era uma questão que ali tem sido sistematicamente abordada pelo CDS-PP, e com a qual concordavam até à exaustão, pois, de facto, não se compreendia que as empresas de transporte de Lisboa continuassem de costas voltadas umas para as outras, assim como não se entendia também que o Dr. António Costa nada fizesse para alterar esse estado de coisas, e nada propusesse até mesmo dada a força que certamente teria junto do Governo Central. Enfim, nada acontecia para ultrapassar os vícios efectivamente incompreensíveis na gestão dos transportes em Lisboa. -----

----- Era uma situação muito grave, não só para os cidadãos de Lisboa mas também para todos aqueles que da periferia vinham trabalhar na cidade. De facto, não se entendia essa autonomia excessiva das empresas de transportes que operavam em Lisboa, que se tornavam verdadeiras donas da política de transportes na cidade, sem que a Câmara Municipal de Lisboa tivesse qualquer interferência nessa definição. -----

----- **A Deputada Municipal Cristina Serra (PEV)**, no uso da palavra, disse que relativamente à Recomendação sobre a promoção da intermodalidade na Cidade de Lisboa, o Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes” considerava que o transporte público representava um dos pilares estratégicos para alcançar uma mobilidade sustentável nos centros urbanos, assim como nas áreas regionais. -----

----- A qualidade ambiental e a qualidade de vida da Cidade de Lisboa passava fundamentalmente pela existência e, sobretudo, pela eficiência de uma rede estruturante e integrada, quer em termos operacionais, quer em termos tarifários de transportes públicos. -----

----- E associada a essa rede estruturante de transportes públicos, a promoção da intermodalidade era igualmente importante, como forma de aumentar a procura em transporte colectivo, garantindo, assim, uma mobilidade sustentável a nível social, ambiental e económico-financeira. -----

----- Disse que o Grupo Municipal de “Os Verdes” considerava que apenas dessa forma se cumpria um dos objectivos fundamentais dos sistemas de mobilidade: servir melhor as populações e aumentar fortemente a procura de transportes públicos. -----

----- Quanto à Recomendação sobre as acácias em Monsanto, lembravam que foi em 1934 que Duarte Pacheco criara o Parque Florestal de Monsanto, e em 1938 o sujeitara ao regime florestal total, dando início às expropriações e reflorestação para criação do parque nos modelos conhecidos hoje em dia. -----

----- Referiu que aquando da sua criação, foram utilizadas espécies alóctones, com população pioneira na criação de solos, tais como a acácia, a qual, em muitos casos, conduzia à rarefacção de outras espécies. -----

----- Tal como indicado no Decreto-Lei 565/99, de 21 de Dezembro, a acácia era classificada como invasora, pelo que se sabia que essa espécie competia com a flora original do Parque Florestal de Monsanto, e que podia acabar por substituí-la. Essa espécie, ao contrário das espécies autóctones, formava normalmente povoamentos puros, impedindo o crescimento de outras plantas, reduzindo drasticamente a riqueza natural e criando condições desfavoráveis para a flora. -----

----- O controlo de plantas exóticas era feito de forma a impedir a sua disseminação, promovendo simultaneamente o desenvolvimento das espécies características das regiões, permitindo, assim, a sucessão natural da vegetação e o restabelecimento do ecossistema. -----

----- Mas no caso das acácias, sabia-se que o método de corte manual apresentava bons níveis de sucesso associados a baixos custos de mão-de-obra e reduzidos impactos negativos para o ecossistema. -----

----- Disse, ainda, que apresentaram também a esta Sessão mais duas recomendações. Uma sobre o Dia Nacional da Juventude, que se comemoraria no dia 28 de Março. Esse dia era assinalado porque no ano de 1947 o movimento juvenil foi alvo de uma investida por parte do fascismo. Muitos dirigentes juvenis foram agredidos e presos, tendo surgido um movimento juvenil que se mostrara firme, unido e solidário. Ainda hoje, e após todos esses anos, os jovens continuam a defender os seus direitos e a lutar por uma vida melhor. -----

----- Mas, como era sabido, a actual crise afectava toda a população, mais especificamente os jovens. “Os Verdes” reconheciam nos jovens uma força de desenvolvimento e progresso, e esta Recomendação visava exactamente assinalar o Dia Nacional da Juventude, reconhecendo o importante papel que a juventude desempenhava e saudando os jovens que lutavam pela melhoria das suas condições de vida. -----

----- Pretendiam igualmente que os apoios à juventude, ao associativismo e à participação juvenil fossem reforçados. Recomendavam também à Câmara que diligenciasse no sentido de promover efectivas políticas de juventude, permitindo aos jovens a realização plena dos seus direitos, necessidades e aspirações. -----

----- Quanto à Recomendação sobre o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, disse que esse dia foi assinalado a 21 de Março, tal como estabelecido pela ONU, devido ao massacre que ocorrera em Shaperville, uma cidade sul-africana, em 1960, onde um protesto pacífico, com cerca de cinco mil manifestantes, contra as leis de discriminação racial, tivera uma resposta agressiva e hostil por parte da polícia, tendo morrido dezenas de pessoas e muitas outras ficaram feridas. A discriminação racial continuava a afectar milhares de pessoas em todo o mundo, através de exclusões, de violência e de preconceitos, o que era incompatível com a dignidade do ser humano. -----



----- Por essas razões, “Os Verdes” recomendavam à Câmara que se associasse a iniciativas e campanhas contra a discriminação racial e quaisquer outros tipos de discriminação; que desenvolvesse programas e campanhas de sensibilização contra a discriminação racial, o racismo e a xenofobia; e que promovesse, junto da sociedade em geral e em escolas e instituições, medidas que valorizassem a diversidade cultural e o respeito pela diferença. -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário**, que pelas razões já referidas continuava a substituir a Sra. Presidente desde o período da intervenção do público, disse que chegara à Mesa um requerimento apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, apresentado nos termos do artigo 49º do Regimento, que tinha o seguinte teor: -----

----- **REQUERIMENTO** -----

----- “Considerando a situação de segurança na Cidade de Lisboa; -----

----- Considerando a importância de, em tempo oportuno, se promover a articulação, a troca de informações e a cooperação entre as mais diversas entidades que, no Município de Lisboa, têm intervenção e estão envolvidas nas áreas da segurança de pessoas e bens na Cidade, bem como nas componentes diversas de inserção social, por forma a prevenir e evitar situações como a recentemente ocorrida nas Olaias; -----

----- Considerando que a Cidade de Lisboa dispõe de uma entidade, o seu Conselho Municipal de Segurança, para alcançar tais objectivos, sendo essencial que o mesmo se reúna e trabalhe nesse sentido; -----

----- Considerando a omissão do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que preside ao Conselho Municipal de Segurança, nesta matéria; -----

----- Nos termos previstos no n.º 2 do artigo 8º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, aprovado pela Deliberação n.º 55/AM/99, publicada no Boletim Municipal n.º 283, de 22 de Julho de 1999, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Deliberação n.º 51/AM/2002, publicada em Suplemento ao Boletim Municipal n.º 463, de 2 de Janeiro de 2003, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 24 de Março de 2009, requer ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa a urgente convocação de uma reunião extraordinária do mesmo, tendo por objectivo, no âmbito das respectivas competências: -----

----- 1. Avaliar da situação de segurança no Município de Lisboa; -----

----- 2. Conhecer, e pronunciar-se, sobre o Plano Municipal de Segurança e sobre o Contrato Local de Segurança; -----

----- 3. Apresentar propostas na área da segurança no Município de Lisboa.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário**, finda a leitura do requerimento, submeteu à votação, nos termos do n.º 4 do artigo 49º, a sua admissibilidade, tendo a Assembleia deliberado admiti-lo, por maioria, com votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PEV, votos contra do PS e PCP, e a abstenção do BE. -----

----- Depois, aprovada a admissão, submeteu então à votação o requerimento tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por maioria, com votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PEV, votos contra do PS e PCP, e a abstenção do BE. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)** fez a seguinte declaração de voto: -

----- “Nós votamos contra porque este requerimento é uma redundância. Já está convocado o Conselho Municipal de Segurança pelo Sr. Presidente, e, portanto, apenas o entendemos como uma tentativa de *show-off* do PSD, irresponsável, aliás, porque é um partido do arco governativo, por querer, sobre uma matéria que é séria, fazer espectáculo com ela. Mas nós vamos ter que nos habituar a este *show-off* e a este espectáculo nos próximos meses.” -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “A nossa declaração de voto vai neste sentido. Já na semana passada assistimos aqui a eleitoralismo, eleitoralismo, eleitoralismo, porque as matérias constantes das duas moções que o PSD apresentou, e que nós apresentamos, sobre a questão da segurança, são, evidentemente, nesse sentido do requerimento. -----

----- Portanto, trata-se de um golpe publicitário e, de facto, nós não podemos estar de acordo com este tipo de manobras porque elas degradam a vida da Assembleia Municipal. -----

----- Falar de segurança é falar de desemprego, de péssimas condições de vida, e o PSD tem fortes responsabilidades nisso, como tem o PS, quando governam e desempregam. Ainda hoje vieram números sobre desemprego que são extremamente preocupantes, e andamos aqui a jogar com a insegurança de quem de facto vive em péssimas condições só para fazer eleitoralismo e ganhar votos. -----

----- Estamos contra isso e foi por isso que votamos contra.” -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O PSD apresentou este requerimento na ausência, durante ano e meio, de quem tinha responsabilidades de convocar o Conselho Municipal de Segurança. Procuramos sempre colocar esta questão fora do debate político-partidário, e continuamos a procurar colocá-la fora do debate político-partidário porque não estamos aqui a querer discutir nesta Casa, nesta fase, a questão da segurança. Estamos a procurar discuti-la no órgão que o Município tem, que é um órgão agregador de todas as áreas que intervêm na área da segurança, seja em termos de forças policiais, seja em termos de sindicatos, de associações de idosos, de jovens, bombeiros, Polícia Municipal. Tudo! -

----- Portanto, essa é a razão de ser deste requerimento. E é extraordinário que ao fim de ano e meio de omissão, pese embora uma, duas, três, quatro, cinco moções aqui aprovadas, por larguíssima maioria desta Assembleia Municipal, que a Câmara não convoca o Conselho Municipal de Segurança, e que quando num limite a Assembleia Municipal exercia a competência que lhe é dada pelo n.º 2 do artigo 8º do Regulamento do Conselho Municipal, que aqui aprovamos, se calhar não é do conhecimento de todos os partidos, se calhar andarão desatentos, que quando se faz uso dessa possibilidade haja aqui estas duas intervenções perfeitamente desajustadas, como declarações de voto. -----

----- Ainda bem que o Conselho está convocado, vamos esperar para ver quanto tempo demora a chegar as convocatórias, o que é facto é que até agora não chegou nenhuma convocatória a nenhum dos membros do Conselho. Mas ainda bem porque

há uma locução latina que diz: *quod abundat non nocet*, ou seja, aquilo que está a mais não prejudica. Portanto, ainda bem que Câmara e Assembleia Municipal estão em sintonia para convocar rapidamente o Conselho Municipal de Segurança. -----

----- Mais vale tarde que nunca.” -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Gostaríamos de recordar apenas duas questões muito simples. -----

----- Em primeiro lugar, foi por iniciativa do Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes” que foi aprovado, por unanimidade, nesta Assembleia, em Setembro de 2008, o pedido para a convocação de uma reunião urgente do Conselho Municipal de Segurança. -----

----- Mas, em segundo lugar, também temos obrigação de justificar que não foi exclusivamente por isso que nós votamos a favor. Mas recordar que o Conselho Municipal de Segurança tomou posse em meados de 2006, na vigência de outro Presidente da Câmara Municipal e as responsabilidades para o Conselho Municipal não ter reunido advêm não exclusivamente desta Câmara Municipal mas dos dois últimos Executivos da Câmara Municipal. Ambos os dois partidos maioritários nesta Assembleia têm culpas de não ter reunido o Conselho Municipal de Segurança. -----

----- A declaração de voto é só para explicar que votamos a favor, porque, obviamente, tínhamos apresentado uma Recomendação que foi aprovada, por unanimidade, nesta Assembleia, em Setembro de 2008.” -----

----- Nesta altura, a Senhora Presidente reassumiu a presidência da Mesa. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que o PSD, através do Deputado Municipal Saldanha Serra, manifestara ali um conjunto largo de críticas em relação à actuação do Executivo, devidamente fundamentadas. Mas no PSD tinham a impressão que quem estava mais em desacordo com o Executivo não era o Deputado Municipal Saldanha Serra mas sim o Deputado Municipal Miguel Coelho, já que quando intervinha nunca defendia o Executivo, nunca justificava qualquer atitude que o PS tomava na Câmara. A única coisa que fazia, num vazio de ideias perfeitamente alarmante para quem era líder de uma bancada, era remeter para o passado questões muitas vezes sem qualquer relação no sentido de justificar aquilo que era injustificável. -----

----- De facto, os Deputados Municipais do PS se calhar tinham muito mais razão de queixa do Executivo do que o PSD, porque nem sequer sabiam defender a Câmara, nem sequer sabiam justificar aquilo que a Câmara fazia. -----

----- Disse, depois, que o Deputado Municipal Carlos Marques também fazia uma confusão muito grande, já que confundia defesa nacional com segurança interna, confundia submarinos com a polícia. Vá lá que não confundira a nova ponte nem o novo aeroporto, porque aí também se gastava dinheiro! -----

----- Mas não, o Deputado Municipal Carlos Marques tinha saudades da coligação que tivera com o PS. De facto, desde que voltara à Assembleia verificava-se que tinha uma saudade enorme dos tempos passados, em que ele e o Sr. Vereador Sá Fernandes

faziam parte da coligação que governava Lisboa, de quando em vez fugia-lhe a boca para a verdade e agora manifestara-o mais uma vez. -----

----- Referindo-se à Recomendação por si subscrita sobre o licenciamento urbano, disse que a Câmara não tinha ideias nenhuma nem tem feito nada em matéria de reabilitação urbana. A única coisa que apontava como resultado era o trabalho de uma das SRU's, esquecendo-se que a EPUL estava parada há dois anos e que as outras duas SRU's foram desactivadas, portanto a reabilitação urbana parara na cidade. Aliás, na EPUL estavam 200 pessoas há dois anos sem fazerem absolutamente nada. --  
----- Por isso, o que o PSD pretendia com esta Recomendação era que se criasse uma via verde para o licenciamento, que se aligeirasse a forma de licenciar sem perder as garantias necessárias para que as construções e as reabilitações fossem feitas com a máxima segurança e com a máxima eficácia. De facto, o País necessitava deste tipo de investimentos, que eram investimentos que traziam muito mais-valias e muito mais emprego do que traziam os grandes investimentos, porque se a incorporação era toda nacional, a mão-de-obra era toda nacional, ia muito mais longe na defesa daquilo que era a crise que actualmente atravessavam. -----

----- Sobre a Recomendação relativa à homenagem a António Livramento, também por si subscrita, disse que o que pretendiam era que a esse grande hoquista, campeão nacional, da Europa e do Mundo, talvez o maior hoquista de todos os tempos que Portugal e o Mundo conheceram, que falecera há alguns anos, a pedido de muitos amigos e familiares, no cemitério onde se encontrava se realizasse uma homenagem e aí fosse colocada uma lápide com o *stick* de hóquei e o seu busto. -----

----- **O Deputado Municipal Hugo Xambre Pereira (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, começou por dizer que o Grupo Municipal do PS ia agora mudar um pouco o tom daquilo que foi o debate até agora, ia falar de matérias sérias e deixar de lado algum *show-off* político que vinha marcando este debate. -----

----- E começava por fazer referência à Recomendação n.º 4, apresentada pelo PCP, em relação à qual o PS não podia deixar de mostrar a sua concordância propondo também a Recomendação n.º 4-A sobre a mesma matéria, concretamente a Associação Cultural Palco Oriental, para reforçar a necessidade de se encetarem esforços no sentido de se encontrar um espaço condigno para essa associação, que se fossem concretizando soluções para o efeito de forma a conseguirem defender, como sempre fizeram, os valores da promoção cultural na Cidade de Lisboa. -----

----- Disse que o Palco Oriental é uma associação de carácter cultural que tinha no seu seio vários grupos de teatro e de música, com importância não só para a Freguesia do Beato mas também para a zona oriental. O espaço que presentemente ocupava tinha permitido a acção desses vários grupos, e qualquer espaço futuro deveria ter em atenção essas valências. -----

----- Referiu que reuniões mantidas entre a Junta de Freguesia do Beato e membros da referida associação deram para ter uma base de trabalho, que deveria também ser bem explorada e que já resultara na Recomendação n.º 4-A. -----

----- O espaço que propunham na referida Recomendação, era um edifício de propriedade municipal, situado na Rua do Açúcar, junto ao Palácio da Mitra, frente ao Teatro Meridional, que não deveria ser encarado como uma solução única mas sim como uma primeira aproximação para reuniões que necessariamente deveriam ocorrer entre responsáveis da Câmara Municipal de Lisboa e a referida associação, de forma a ver a possibilidade real que essa situação poderia ter. -----

----- Chamou a atenção que esse espaço poderia ser benéfico de forma a criar um mini-pólo cultural nessa área da Cidade de Lisboa, pois atendendo aos vários espaços culturais que já existiam na zona ao nível do teatro, da música, da fotografia, da pintura, este, a ocorrer, seria muito importante para reforçar culturalmente aquela zona Cidade de Lisboa. -----

----- **A Deputada Municipal Cecília Sales (PCP)**, no uso da palavra, disse que ia falar sobre o Bairro Bensaúde, que é um bairro de realojamento situado na zona de fronteira entre os concelhos de Lisboa e de Loures, onde viviam cerca de 1.300 pessoas, a maioria das quais de etnia cigana proveniente dos bairros das Calvanas, Vale do Forno, Quinta do Louro, Pote d' Água, e também do Bairro da Quinta das Laranjeiras, na Freguesia dos Olivais, sendo que os restantes moradores eram famílias de Moçambique, de origem indiana, que tinham habitação na Quinta da Vitória, na Portela, concelho de Loures, mesmo em frente do Bairro Bensaúde onde foram realojados em 2002. -----

----- Referiu que o bairro atravessara uma fase de difícil integração, com descatos com a polícia, problemas de adaptação das crianças às novas escolas sem o necessário acompanhamento social que deveria estar sempre presente nos realojamentos. Pensava mesmo que esse era um dos principais factores de insegurança e de dificuldades de adaptação ou integração que essas populações sofriam. -----

----- Disse que era a segunda vez que falava na Assembleia Municipal sobre a situação desse bairro, a primeira foi em Junho do ano passado, e voltava agora a falar para se referir principalmente à habitação degradada, à má qualidade na construção do blocos, dos acabamentos interiores, das escadas com esgotos tapados com pladur, os exteriores também com canalizações tapadas a pladur, pisos desnivelados, infiltrações provenientes dos canos de água, esgotos, com os consequentes levantamentos de soalhos, destruição de paredes e curto-circuitos. -----

----- Em vários blocos não existia iluminação das escadas, as caixas do correio estavam vandalizadas em quase todos, havia funcionamento deficiente dos elevadores com reparações muito demoradas por parte da GEBALIS, portanto pessoas com mobilidade reduzida não saíam de casa. Os estacionamento, que eram as garagens dos lotes, estavam fechados, as lojas existentes estavam ocupadas, na sua maioria por entidades exteriores ao bairro, designadamente várias associações, afásicos, bipolares depressivos e outras, mas em contrapartida faltavam espaços, equipamentos de lazer e cultura, principalmente para crianças e jovens. E nesses bairros de realojamento, em princípio, seria obrigatório criar esses espaços para a população. -----

----- Por outro lado, os acessos ao bairro estavam esburacados, a situação da parte lateral, a Estrada da Circunvalação, antiga Estrada Militar, junto à Quinta da Vitória,

portanto já no concelho de Loures, era digna dum cenário de guerra. Aliás, os moradores colocaram lá um cartaz indicando que aquela via era um cenário da Faixa de Gaza. De facto, o estado de abandono em que essa zona se encontrava mereceria, inclusivamente, um plano de pormenor com vista à sua requalificação. Em relação à lavagem do espaço público apenas a rua principal merecia as honras de ser limpa, e o comércio resumia-se a uma mercearia e dois cafés. -----

----- Disse, ainda, que não podia deixar de se envergonhar por uma situação que ocorria em pleno século XXI mas que era digna da idade média. É que se verificava, em todos os blocos, uma infestação de ratos a que a GEBALIS não tem dado andamento na sua resolução. E sendo que a GEBALIS tinha como objectivo principal a gestão social, patrimonial e financeira dos bairros, ela parecia não existir nestas situações e nas reclamações dos moradores. Os moradores pediam obras há mais de um ano, pediam a resolução urgente das várias situações existentes no bairro, mas não encontravam respostas. -----

----- Eram situações de saúde pública, eram problemas com as famílias, era a falta de qualidade de vida urbana que se media também pela adequação dos espaços públicos e dos equipamentos sociais às necessidades da vida dos bairros. A criação de uma rede social no Bairro Bensaúde deveria ser uma prioridade de intervenção num bairro com essas características, por forma a que as populações ganhassem autonomias próprias e essa rede seria constituída pelas várias instituições no terreno, um processo que já foi iniciado em 2005, que foi interrompido mas que poderia transformar o bairro de realojamento da Av. Bensaúde numa verdadeira comunidade. -----

----- Por fim, disse que conhecia bem de perto estas situações que acabara de relatar porque fazia parte de uma associação de reformados que tinha a sua sede no meio do bairro. Portanto sabia que estes problemas estavam por resolver há bastante tempo e era por isso que vinha denunciá-los. -----

----- **O Deputado Municipal João Mesquita (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São José, no uso da palavra, disse que fazer cidade não era apenas demolir ou terminar simplesmente com os elementos ou usos com os quais não concordavam. Fazer cidade era percebê-la, era perceber cada zona da mesma e estudar a médio e longo prazo o que queriam dessa cidade, porque, caso contrário, estavam a construir lugares sem expressão e sem significado, estavam a descaracterizar espaços e a criar vazios sem sentido. -----

----- E era isso que o Executivo da Câmara Municipal de Lisboa ainda não entendera. Por um lado, o Vereador do planeamento estratégico definia metas e traçava objectivos concretos sobre o que queria para a Av. da Liberdade e zona envolvente, por outro, o Vereador Sá Fernandes destruía usos e locais da Av. da Liberdade, e o Presidente da Câmara assistia a tudo isso sem nada dizer e sem agir. -----

----- Disse que a cidade estava a ser feita sem ser pensada. Olhando para a Av. da Liberdade, todos conheciam com certeza, uns gostariam outros não, e ao contrário do que diz o ditado pessoalmente entendia que os gostos se discutiam, mas era um facto que o Vereador Sá Fernandes destruía duas esplanadas na Av. da Liberdade sem consultar a cidade, sem pensar o futuro daquela zona, sem consultar os habitantes, os

transeuntes e quem ali trabalhava. Fizera-o apenas porque lhe apetecera e entendera que não fazia sentido aquilo ali existir. -----

----- Referiu que o Vereador Manuel Salgado fazia um acordo com a CCDR em que dizia que iam diminuir a poluição na Av. da Liberdade para lhes aprovarem o PUALZE, a seguir dava uma entrevista ao Público onde dizia que a cidade, para ser dinâmica, precisava de mais esplanadas, mas depois o que assistiam era ao desaparecimento de esplanadas! Portanto, estavam perante uma grande falta de entendimento e de estratégia para a cidade. -----

----- Por isso, o que o PSD pedia na Recomendação n.º 10, era que se olhasse para esses locais da Av. da Liberdade, que se exigisse ao Vereador que informasse qual iria ser o futuro desses espaços, e que todos pensassem, em conjunto, o que queriam para aquela zona da cidade. Se queriam uma zona para pessoas, se queriam uma zona para automóveis, ou o que era que queriam. -----

----- Lembrou que estava no PUALZE a Av. da Liberdade ser transformada numa zona mais aprazível, mas depois o Vereador do Ambiente vinha destruir tudo o que existia para que a zona pudesse continuar a ser aprazível. -----

----- Por essa razão, apelava ao Sr. Presidente da Câmara para que, de uma vez por todas, terminasse com a verdadeira trapalhada do que era construir cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Pinto (PS)**, no uso da palavra, disse que lhe cabia a si, em nome do Grupo Municipal do PS, tecer alguns comentários e fazer um pouco de análise em relação a várias moções e uma Recomendação. -----

----- Quanto à Moção n.º 1, apresentada pelo PCP, disse que o PS não se revia nos considerandos nem na parte deliberativa, e muito menos nos apelos propostos, pelo que, assim sendo, votariam contra uma vez que a preocupação do PS com a ligação ao movimento associativo juvenil era, neste momento, visivelmente uma prioridade do Executivo. -----

----- Quanto à Recomendação n.º 6, apresentada pelo PEV, disse que não concordando em absoluto com os considerandos, parecia-lhes relativamente razoável e pacífica pelo que merecia o voto favorável do PS. -----

----- Sobre a Moção n.º 7, do PS, da qual é também subscritor, disse que destacava o papel pioneiro na elaboração do Regulamento, aprovado na reunião de Câmara realizada no passado dia 11. Lisboa foi a primeira Câmara do País a aprovar esse procedimento, demonstrando, dessa forma, uma grande vontade política na reactivação desse importante fórum de debate, e referia também que a Câmara Municipal de Lisboa não pretendia substituir-se aos jovens na definição das políticas de juventude, mas sim garantir-lhes representação, auscultação e participação para que os jovens de Lisboa pudessem expressar a sua opinião livremente, sem interferências e sem mediadores. -----

----- Referiu que para o Executivo camarário a política de juventude era transversal e era permanente, não se esgotando no Pelouro da Juventude mas sendo preocupação de todos os Pelouros. -----

----- Dirigindo-se directamente ao Deputado Municipal Paulo Quaresma, disse-lhe para não confundir Lisboa com outros Municípios do País, porque mais do que um

mês, mais do que uma semana de juventude, o importante era mesmo haver juventude durante os 365 dias do ano. -----

----- Por fim, apelou a que o Regulamento fosse rapidamente agendado para que pudessem, com brevidade, reactivar o Conselho Municipal de Juventude, que estava parado desde 2003, porque era importante reactivar esse instrumento estruturante de qualquer política de juventude que se quisesse participada. -----

----- **A Deputado Municipal Luísa Vicente Mendes (PS)**, no uso da palavra, aludindo à Moção n.º 6, apresentada pelo BE, que dizia respeito ao minorar os efeitos da crise nas famílias lisboetas, disse que a pobreza, infelizmente, estava também a ser, dada a situação económica e financeira mundial que se atravessava, um problema agravado conjuntamente. -----

----- Mas não se podiam esquecer que a pobreza era, fundamentalmente, uma questão estrutural que poderia permanecer para além desta crise e que não se reduzia à simples perda de recursos económicos, uma questão que obrigava a intervir nas causas, que obrigava a apostar na educação e na formação, que era o que o actual Governo tem feito já que eram as áreas em que mais tem investido. -----

----- No entanto, não se podiam esquecer que a conjuntura actual agravava, e muito, as situações mais frágeis e mais dependentes. Que se lembrassem das portarias sobre o emprego que o Governo fizera publicar em finais de Janeiro, e também, no âmbito da segurança social, do complemento solidário para os idosos, da constituição de uma equipa de gestão da crise que respondia aos problemas que as pessoas mais debilitadas socialmente estavam a viver. -----

----- Disse que a Câmara estava no terreno com a rede social, que, recordou, tinha 216 parceiros e que potenciava competências a recursos a nível local. -----

----- No âmbito da rede social, a Santa Casa da Misericórdia abria uma linha de apoio que garantia, com urgência, atendimento a qualquer pessoa, apoio esse que poderia ir aos 100% aos mais velhos na compra de medicamentos. -----

----- E a Câmara, trabalhando em rede, tem desenvolvido respostas às pessoas sem abrigo, quer nos centros de atendimento, quer com as equipas de rua, quer no Espaço Ser Pessoa. Para as famílias mais vulneráveis, na área da infância, a abertura de mais duas creches no Príncipe Real e o início da obra da creche na Quinta Marquês de Abrantes, eram também respostas que estavam a ser dadas. -----

----- Para defender o comércio local, nas lojas de pequeno comércio nos bairros municipais as rendas iriam baixar 15%. As rendas das habitações municipais deveriam, de acordo com a regra, subir este ano 5,9%, mas o aumento foi somente de 1,2%, portanto, uma diferença, para menos, de 4,7%, o que significava que a GEBALIS iria ter menos cerca de 300 mil euros de receita. -----

----- Por outro lado, que não se esquecessem das comissões de protecção de crianças e jovens em risco, que a Câmara apoiava técnica, financeira e logisticamente. -----

----- Que não se esquecessem também da abertura de residência para idosos em Campolide, do centro de dia da Charneca, e do que estava a ser feito para que finalmente Lisboa tivesse residências assistidas. -----



----- Disse, ainda, que para aliviar a situação crítica de pessoas inscritas no Centro de Emprego, a Câmara já manifestara a intenção de se candidatar, ao abrigo da Portaria 128/2009, que se referia ao contrato emprego/inserção, para que os desempregados, inscritos no Centro de Emprego, se integrassem em actividades novas e necessárias à cidade, recebendo um acréscimo ao subsídio de desemprego de cerca de 20%, mais subsídio de alimentação, pagamento de transporte e, simultaneamente, poderem continuar a procurar um novo emprego. -----

----- Terminou dizendo que todos sabiam tão bem quanto ela que a Câmara e o Governo estavam a fazer tudo, mas mesmo tudo, para que principalmente os mais desfavorecidos, os mais vulneráveis da sociedade, pudessem transpor esta crise que a nível mundial todos estavam a viver e a sentir. -----

----- **A Senhora Vereadora Ana Sara Brito**, no uso da palavra, disse que não estivera presente no início da intervenção de um Sr. Deputado Municipal do PSD, mas transmitiram-lhe que foi por ele apelidada de irresponsável a gestão da GEBALIS face àquilo que acontecera ali no período da intervenção do público, onde alguns municípios vieram pedir desdobramentos, ou seja uma casa nova, e se queixaram de situações de atraso. -----

----- Referiu que se os Srs. Deputados Municipais estiveram com atenção, e acreditava que tivessem estado, teriam reparado que as pessoas se referiam a questões de há quatro, cinco ou seis anos atrás, ou do início de 2007, dizendo que não havia respostas. E foi apelidada a nova gestão da GEBALIS de incompetente. -----

----- Poderia falar de pobreza, poderia falar dos pobres de Lisboa ou do que acontecia nos bairros, porque durante este curto espaço de tempo, concretamente desde Agosto de 2007, tem pautado a sua actuação na Câmara Municipal de Lisboa por ajudar aqueles que eram pobres a saírem da pobreza. Aprendera desde muito pequena, nas longínquas terras transmontanas, que não se devia acabar com os ricos, o que tinham era que acabar com os pobres, isto é, a ajudar os pobres a saírem da pobreza. -----

----- Lembrou que o primeiro estudo que se fizera em Lisboa sobre a pobreza foi na década de oitenta, era então Presidente da Câmara o Eng.º Nuno Abecasis e ela própria Vereadora. Foi a Prof.ª Manuela Silva que fizera esse estudo, e que estava agora a apresentar um outro sobre “O Género Amanhã”, e “A Pobreza no Feminino”. Portanto, queria ajudar as famílias a saírem da pobreza, porque não era obrigatório serem pobres. -----

----- E quando se falava de problemas de segurança e problemas sociais, teriam que ter em conta que problemas de segurança também existiam no Restelo e nas Avenidas Novas. Só que eram diferentes e consequentemente teriam de ser analisados de forma diferente. -----

----- Disse, depois, que a Sra. Deputada Municipal Cecília Sales referira, há pouco, o que se estava a passar no Bairro Bensaúde, e era verdade. Mas estavam a trabalhar com a comunidade cigana, com a comunidade africana de origem portuguesa, com a Associação AMOCIP, com a OLGA, da Associação de Mulheres Ciganas e com os mediadores ciganos, para que 10% da população não pusesse em causa 90%. Isto, por exemplo, na Ameixoeira. E queriam que a comunidade cigana percebesse que tinha

que trabalhar e viver em conjunto com os demais, teriam que saber viver em conjunto porque em qualquer bairro, quando realojava uma família cigana num fogo, todos se revoltavam e diziam que já não queriam viver ali. -----

----- Aludindo ao Bairro da Quinta do Cabrinha, disse que era verdade que mandou desocupar e nessas circunstâncias mandaria sempre desocupar enquanto fosse Vereadora, porque aquelas casas foram atribuídas a famílias que estavam há longo tempo à espera, que só estavam a aguardar os contratos da água, da electricidade e do gás, mas quando chegaram aos fogos eles estavam ocupados. Evidentemente que qualquer um se chegasse a sua casa e a visse ocupada reagia. -----

----- Qual era a intenção? Não era facilitar a convivência no bairro, era pôr uns contra os outros. Uma família foi ter consigo, e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Campolide porque a família era do Bairro da Liberdade, e dissera-lhe que foi ameaçada e que já não queria ir para lá. Não podia aceitar, enquanto Vereadora da Habitação da Acção Social, que alguém tivesse medo de entrar num bairro, porque o bairro não era pertença só de alguns, o bairro era pertença da cidade e todos deviam poder ir à cidade. -----

----- Continuando, disse que este Conselho de Administração da GEBALIS foi apelidado de incompetência, mas incompetência, irresponsabilidade e indigência ética tinha a anterior Administração que lá estivera, dois membros do PSD e um do PS. Eram cartões de crédito de 10.000, 7.500 e 5.000 euros, portanto 22.500 euros por mês, mas a actual Administração a primeira coisa que fizera foi acabar com os cartões de crédito. Além disso, havia obras por conta que não foram realizadas: 10 milhões de euros! -----

----- Uma auditoria já tinha sido pedida antes, pedira outra, foi comprovada, mandara para a Procuradoria-Geral da República, para a Polícia Judiciária e estava um advogado a tratar dessas situações. A GEBALIS estava num caos, sem dinheiro, com obras pedidas mas não feitas, com dinheiro avançado mas não pago, com mais de duas centenas de casas degradadas, tudo arrombado, tudo destruído. -----

----- A luta era difícil, sabia que muita gente estaria contra si mas isso não a perturbava, continuaria nesta saga para que todos os que viviam em quaisquer bairro municipal não tivessem receio de viver no seu bairro. Foi ameaçada mas não se perturbara, não criara problemas, porque foi eleita para cumprir um programa e esse programa estava a ser cumprido. -----

----- Disse que o Regulamento de acesso à habitação e atribuição de habitação, era um compromisso que estava feito em colaboração com os serviços, não gastara dinheiro à Câmara a não ser na colaboração dos serviços. Estava entregue ao Sr. Presidente e iria ser apresentado em próxima reunião de Câmara, à Sra. Presidente da Assembleia já a informara que estava feito e iria entregar-lho. Iria à Câmara, haveria debate público e viria à Assembleia. Portanto, cumpria aquilo que estava prometido. -----

----- Avisou que sempre que ocupassem abusivamente um fogo, se não saíssem depois de falar com a família, depois dos serviços a contactarem, utilizaria aquilo que a Lei lhe permitia porque viviam num Estado de Direito e não queria deixar de cumprir os seus deveres. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que apenas queria fazer duas ou três referências à intervenção que ali foi feita pelo Sr. Deputado Municipal Saldanha Serra, especificamente quanto à forma como colocara a questão do empréstimo, que a Assembleia Municipal chumbara na semana passada. -----

----- Referiu então que o candidato do PSD à Câmara Municipal de Lisboa fizera hoje declarações em que de alguma forma assinalava, ou lamentava, o facto dos portugueses não ouvirem o PSD, ou pelo menos não ouvirem a líder do PSD, concordando, aliás, com afirmações que a própria tinha feito há umas semanas atrás. --

----- Que os portugueses não ouvissem o PSD era uma coisa que todos até podiam compreender, agora que o próprio PSD não ouvisse a sua líder era uma coisa que já estranhavam. E isso servia de resposta à forma como o Sr. Deputado Municipal Saldanha Serra ali colocara a questão. -----

----- Esse empréstimo tinha um carácter claramente de tesouraria para resolver um problema sazonal de forma a poderem ser pagos aos fornecedores da Câmara os seus fornecimentos num prazo de 60 dias, um prazo comercialmente aceitável. -----

----- Disse, depois, que o Sr. Deputado Municipal Domingos Pires, num momento de infelicidade que não o costuma caracterizar, foi à tribuna dizer que não havia problema nenhum que os fornecedores recebessem a 150 dias e que a Câmara também não teria que pagar juros de mora por esse atraso. Mas o PS não concordava com essa maneira de fazer política, com essa maneira de gerir o Orçamento municipal e fazer a gestão camarária. -----

----- Não concordavam com essa forma e foi por isso que apresentaram uma proposta de empréstimo para poderem pagar a horas e honrar os compromissos da Câmara. -----

----- Referiu que enquanto Vereador da Câmara preferia no fim ficar conotado, como o Sr. Deputado Municipal Saldanha Serra ali tentara fazer várias vezes sem grande eco, com a Câmara dos empréstimos, do que ficar, como ficaram os Vereadores dos anteriores Executivos, com a Câmara das dívidas. -----

----- Sobre o requerimento apresentado pelo PSD, disse que a questão da segurança era, do ponto de vista do Executivo, uma questão que merecia uma abordagem séria e fora da espectacularidade dos holofotes, pois muitas vezes quem queria apagar os fogos com gasolina acabava por aumentar os problemas em vez de os reduzir. A segurança era um problema que teria que ser tratado com seriedade e com algum compromisso entre as diferentes forças políticas, para que o resultado final não fosse pior que aquele que todos pretendiam, e a situação não piorasse em relação ao que estava antes. -----

----- Evidentemente ninguém estava à espera que a Assembleia Municipal, com a composição que tinha, fizesse dali sair qualquer manifesto ou qualquer momento de apoio ao Executivo municipal. Pelo menos o Executivo não estava à espera disso, e não acreditava que ninguém estivesse. A composição do Executivo era diferente da composição da Assembleia Municipal, o PSD tinha maioria absoluta na Assembleia, por isso as deliberações que dali saíam traduziriam sempre, necessariamente, aquela que era a vontade do PSD, pelo que o Executivo não estava à espera de apoios nem estava à espera de mimos da Assembleia Municipal. -----

----- Continuando a referir-se ao Deputado Municipal Saldanha Serra, disse que a Assembleia deveria procurar dar conteúdo útil às suas deliberações, porque ao produzir moções e deliberações inconsequentes não se respeitava a si própria. Na reunião de Câmara realizada na semana passada, dia 18, foi publicamente anunciado e noticiado que o Conselho Municipal de Segurança tinha sido convocado para o dia 15 de Abril, às 09:30 horas, pelo que o requerimento que o PSD apresentara era inconsequente e destituído de sentido útil. Ou seja, o PSD requeria ao Presidente da Câmara que convocasse um órgão que ele já convocara! Mas, como referira, da parte da Assembleia não estavam à espera de documentos que ajudassem o Executivo a resolver qualquer problema, e tinham pena que assim fosse. -----

----- Por fim, disse que a questão central da reunião do Conselho Municipal de Segurança seria a discussão do projecto de Contrato Local de Segurança, em que a Câmara tem estado a trabalhar com o Governo Civil no sentido de incrementar mecanismos de policiamento de proximidade na Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, novamente no uso da palavra, disse que naquilo que ali referira em relação à GEBALIS não colocara em paralelo uma administração com a outra. O que efectivamente dissera, e repetia, é que era de uma irresponsabilidade atroz, perante os cidadãos de Lisboa que se dirigiam à GEBALIS e perante as Juntas de Freguesia, que a GEBALIS remetesse para as Juntas de Freguesia a responsabilidade para resolver os problemas que os cidadãos ali vieram colocar, cuja competência cabia à GEBALIS resolver. Isso não era bonito, isso era irresponsabilidade! -----

----- Em relação a quem ouve quem, disse, dirigindo-se ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, que quem parecia que não ouvia ninguém era o Executivo, o PS e o Presidente da Câmara a ele próprio. É que todos ouviram o Sr. Presidente da Câmara dizer, no dia 24 de Fevereiro, há um mês, e quando o Executivo apresentara essa proposta para o empréstimo ainda nem sequer fazia um mês, no programa da SIC, “Dia D”, que as dívidas estavam todas pagas. Portanto, quem não houve quem, parecia que no PS não se ouviam uns aos outros. -----

----- Por outro lado, percebiam também que para o PS fosse simpático ser confundido ou ser apelidado de Câmara dos empréstimos, porque efectivamente com empréstimos era fácil gerir, mas sem empréstimos era bem mais difícil já que tinha que se mobilizar receita do Orçamento municipal. -----

----- Disse, ainda, que em nome do PSD desejava declarar ali que se considerava muito satisfeito com o tom conciliatório da Câmara em matéria de segurança. Não sabia que a Câmara precisava ali tanto de uma Moção de apoio ao Executivo, os tais mimos de que o Sr. Vice-Presidente falara. Mas era preciso ser muito egocêntrico porque o PSD não tinha que mimar a Câmara, o PSD tinha que mimar a cidade e mimava a cidade viabilizando ali um conjunto infindo de propostas de interesse para Lisboa, bem ao contrário daquilo que o PS, quando estava na posição em que agora estava o PSD, fizera aos Executivos do PSD que até o Orçamento chumbara em ano eleitoral. -----

----- **A Senhora Presidente**, terminadas as intervenções, iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- **Nota:** As alterações que foram sendo anunciadas pela Senhora Presidente antes da votação de cada documento, assim como aquelas que foram sugeridas ao longo do debate e aceites pelos proponentes, encontram-se já inseridas nos respectivos textos, integralmente transcritos nesta acta no início do período de Antes da Ordem do Dia. ---

----- Na **Moção n.º 1**, apresentada pelo PCP, o ponto 3 foi votado isoladamente e os restantes em conjunto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Pontos 1, 2, 4, 5 e 6 – aprovados, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Ponto 3 – rejeitado, por maioria, com votos contra PS, votos favoráveis do PCP, BE e PEV, e a abstenção do PSD e CDS-PP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 2**, apresentada pelo PCP, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 3**, apresentada pelo PCP, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 4**, apresentada pelo BE, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 5**, apresentada pelo BE, com votos contra do PS, votos favoráveis do PCP, BE e PEV, e a abstenção do PSD e CDS-PP. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 6**, apresentada pelo BE, com votos contra do PSD e PS, votos favoráveis do PCP, BE e PEV, e a abstenção do CDS-PP. -----

----- A **Moção n.º 7**, apresentada pelo PS, foi votada ponto por ponto tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto 1 – Rejeitado, por maioria, com votos contra do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, votos favoráveis do PS e a abstenção do BE. -----

----- Ponto 2 – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PS, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PSD. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 8**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, votos contra do PS, e a abstenção do BE. ---

----- A **Moção n.º 9**, apresentada pelo PSD, foi votada ponto por ponto tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto 1 – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS e CDS-PP, votos contra do BE, e a abstenção do PCP e PEV. -----

----- Ponto 2 – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD e CDS-PP, e a abstenção do PS, PCP, BE e PEV. -----

----- Terminada a votação das moções, iniciou-se o processo de votação das recomendações, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 1**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, BE e PEV, e a abstenção do PS, PCP e CDS-PP. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 2**, apresentada pelo PSD. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 3**, apresentada pelo PSD. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 4**, apresentada pelo PCP, com votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV e a abstenção do PSD e CDS-PP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 4-A**, apresentada pelo PS, com votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV e a abstenção do PSD e CDS-PP. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 5**, apresentada pelo PEV. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 6**, apresentada pelo PEV. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 7**, apresentada pelo PEV. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 8**, apresentada pelo PEV. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Recomendação n.º 9**, apresentada pelo PCP, com votos contra do PSD e PS, votos favoráveis, do PCP e PEV, e a abstenção do BE e CDS-PP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 10**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis, do PSD, PCP e CDS-PP, votos contra do BE, e a abstenção do PS e PEV. -

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Nós abstivemo-nos na Recomendação n.º 1 por algumas razões, nomeadamente porque no primeiro parágrafo esta questão de colocar que há alguns anos se vivia muito bem em Lisboa, é só, obviamente, para fazer o elogio do Governo que foi do PSD e do CDS-PP, e nisso não estamos de acordo. -----

----- Depois, no parágrafo final da página um, é um ataque também às obras que estão previstas, nomeadamente a ponte e o TGV, e, obviamente, não poderíamos estar de acordo com essas considerações. -----

----- Mas o mais importante é a parte deliberativa, porque, tal como está formulada, abre as portas a uma simplificação de processos que pode atingir aquilo que são os grandes negócios do investimento e da especulação em Lisboa, contra os quais nós estamos e estaremos. -----

----- Por isso mesmo nos abstivemos nessa Recomendação.” -----

----- **O Deputado Municipal João Bau (BE)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Venho apresentar a nossa declaração de voto relativamente a dois documentos. Em primeiro lugar, relativamente à Moção n.º 9, apresentada pelo PSD, nós votamos contra o voto de congratulação pela canonização do Santo Condestável, no respeito pelo princípio constitucional que estabelece que o nosso Estado é um Estado laico, e que estabelece também que o Estado garante a liberdade de culto. Não é competência desta Assembleia, em nosso entender, manifestar-se contra ou a favor da canonização do Santo Condestável ou de qualquer outra entidade. -----

----- Abstivemo-nos também relativamente à Recomendação n.º 9, apresentada pelo PCP, que diz respeito ao Hospital D. Estefânia. Nós somos a favor da construção do novo hospital pediátrico em Lisboa, à semelhança do que acontecerá no Porto e em Coimbra, que permita melhorar os serviços prestados às crianças, mas não concordamos com a posição do Governo que pretende extinguir um hospital pediátrico e substituí-lo por um serviço de pediatria no Hospital de Todos-os-Santos. --

----- Nós entendemos que o hospital pediátrico deve ser mantido como entidade autónoma, próxima do Hospital de Todos-os-Santos, com um funcionamento articulado com esse hospital e, portanto, não poderíamos votar a Moção do PCP

favoravelmente, nem endossar a posição do Governo sobre esta matéria, com a qual também não concordamos.” -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Em relação à Moção n.º 1, que tem a ver com o Dia Mundial da Juventude, apenas referir que nos abstivemos no ponto que apelava à presença na manifestação por uma razão muito simples. É que, de facto, não se deve apelar nem à presença nem à ausência nas manifestações. Isso é algo da liberdade individual de cada um, a manifestação é um direito de todos nós, e cada um de nós, no pleno uso da sua consciência e das suas liberdades, deve participar ou não nas manifestações que entender. -----

----- Outra questão que nos suscita dúvidas nesta Moção tem que ver com a apologia do ensino público, que obviamente é uma componente fundamental do ensino mas que não pode, no nosso entender, ser a única componente do ensino em Portugal. O ensino privado, o ensino cooperativo e muitas outras formas de ensino que não passam pelo domínio do Estado, devem ser considerados, acarinhados e têm uma importância fundamental na boa qualidade do ensino e na diversidade do ensino em Portugal. -----

----- Em relação à Moção n.º 6, do BE, que tem que ver com o apoio aos desempregados, no que respeita especificamente aos seus empréstimos para a habitação e por aí fora, não nos sentimos confortáveis com a posição do BE de intervenção do Estado na Caixa Geral de Depósitos. Nós somos visceralmente contra a presença do Estado no sector empresarial, e mesmo quando essa presença se manifesta, como é o caso, ela deve ser extremamente cuidadosa em relação à intervenção e à interferência no mercado. Somos, aliás, contra qualquer interferência mesmo que seja para salvar uma empresa que por práticas incorrectas, práticas muitas vezes criminosas, se aproximara da falência, ou da insolvência, e mesmo nesses casos a intervenção do Estado deve ser muito cuidada e não deve nunca interferir com o bom funcionamento do mercado. -----

----- Em relação à questão da via verde, portanto a Recomendação n.º 1, do PSD, apenas algum desconforto também em relação à criação de uma *task-force* porque a questão é esta: quem tem que de facto garantir a qualidade e a celeridade dos processos camarários são os seus técnicos, e, portanto, em primeiro lugar à que responsabilizar os técnicos da Câmara Municipal no sentido de elaborarem e de procurarem as medidas que permitam reduzir os prazos, que permitam reduzir a dificuldade, a morosidade e a complexidade desses processos de forma a aproximá-los e a facilita-los em relação aos cidadãos. A presença da Câmara Municipal e dos Vereadores ou até da Assembleia Municipal, deve ser no aspecto político, no aspecto fiscalizador e não na elaboração de um qualquer regulamento. -----

----- Esta é a nossa opinião, e ela aqui fica.” -----

----- **A Deputada Municipal Teresa Almeida (PS)** fez a seguinte declaração de voto:

----- “O Grupo Municipal do PS absteve-se na Moção n.º 3, sobre o Mercado de Sapadores, pelo seguinte. -----

----- Embora considerando, e consideramos, que o mercado precisa de obras, sabemos que este Executivo encontrara os mercados numa situação lamentável, não houve até agora dinheiro para tudo, e de facto não temos, como os Senhores Deputados da oposição, uma varinha de condão para resolver tudo de imediato.” -----

----- Findas as votações, a **Senhora Presidente** deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia, declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos. -----

----- **Ponto 1 – Proposta 505/2008;** -----

----- **Ponto 2 – Proposta 101/2009;** -----

----- **Ponto 3 – Proposta 132/2009;** -----

----- **Ponto 4 – Proposta 140/2009;** -----

----- **Ponto 5 – Proposta 150/2009;** -----

----- **Ponto 6 – Proposta 151/2009;** -----

----- **Ponto 7 – Proposta 152/2009;** -----

----- **Ponto 8 – Proposta 153/2009;** -----

----- **Ponto 9 – Proposta 154/2009;** -----

----- **Ponto 10 – Proposta 157/2009;** -----

----- **Ponto 11 – Proposta 177/2009;** -----

----- **Ponto 12 – Proposta 179/2009;** -----

----- **Ponto 13 – Proposta 191/2009;** -----

----- **Ponto 14 – Proposta 194/2009;** -----

----- **Ponto 15 – Proposta 208/2009;** -----

----- **Ponto 16 – Proposta 248/2009;** -----

----- Foi distribuído um aditamento com mais os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 17 – Proposta 2/2009;** -----

----- **Ponto 18 – Proposta 68/2009.** -----

#### ORDEM DO DIA

----- **O Senhor Primeiro Secretário**, que momentaneamente substituía a Sra. Presidente, informou que foi decidido na Conferência de Representantes alterar a Ordem de Trabalhos, no sentido de, em primeiro lugar, se apreciar e votar o ponto n.º 17 do aditamento, aquele que na última reunião foi adiado para distribuição de um documento, ponto esse que já foi amplamente discutido e até já foram apresentados os relatórios das três Comissões que se pronunciaram sob a proposta. -----

----- Informou também que os pontos dois e três passariam para a reunião de continuação, porquanto o ponto 2 baixava à Comissão de Administração e Finanças e à Comissão de Intervenção Social e Cultura, e o ponto 3 baixava à Comissão de Administração e Finanças e à Comissão de Urbanismo e Mobilidade. -----

----- Por outro lado, as propostas referentes aos pontos 6, 7, 8 e 9 foram retiradas pelo Executivo, o ponto 11 também descia à Comissão de Urbanismo e Mobilidade e já tinha relatório da Comissão de Administração e Finanças. Os restantes pontos seriam discutidos pela respectiva ordem, com excepção do ponto 17, como já referira. -----

----- **PONTO 17 – PROPOSTA 2/2009 – APROVAR O CONTRATO-PROGRAMA PARA FINANCIAMENTO DO PROJECTO DE**



**REABILITAÇÃO URBANA E AUTORIZAR A “LISBOA OCIDENTAL, SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, E.M.” A CONTRAIR UM EMPRÉSTIMO JUNTO DO IHRU, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA R) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.**

----- PROPOSTA 2/2009 -----

----- Lisboa Ocidental, SRU: Contrato-programa com CMLisboa e contrato de financiamento com IHRU. -----

----- Pelouros: Vereador Manuel Salgado -----

----- Vereador Cardoso da Silva -----

----- Serviço: DMF -----

----- “Considerando que: -----

----- A) A reabilitação de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e de reconversão urbanística foi considerada um imperativo nacional que, reconhecidamente, impõe uma intervenção do Estado, tendente a acabar com a degradação das condições de habitabilidade, salubridade, estética e segurança; -----

----- B) O Decreto-Lei nº 104/2004, de 7 de Maio, criou um regime jurídico excepcional com a finalidade de reabilitar as zonas históricas e áreas críticas de recuperação e de reconversão urbanística, nos termos do qual foi concedida aos municípios a possibilidade de constituírem sociedades de reabilitação urbana; -----

----- C) O Município de Lisboa aprovou, através da Deliberação nº 309/CM/2004, ratificada pela Deliberação nº 64/AM/2004 e ao abrigo desta legislação, a criação da Lisboa Ocidental, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M. (Lisboa Ocidental), na qual detém a totalidade do capital social; -----

----- D) A Lisboa Ocidental tem como objecto social promover a reabilitação urbana da sua Zona de Intervenção, que o Decreto nº 9/2005, de 23 de Março declarou como Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística, declarando também a competência e responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa em promover as acções e processos para a sua recuperação e reconversão urbanística; -----

----- E) Cumprindo a missão, estratégia e objectivos aprovados pela Câmara Municipal de Lisboa, a Lisboa Ocidental aprovou, entre Abril e Outubro de 2007, 12 Documentos Estratégicos, tendo iniciado, nos termos da Lei, a dinamização dos respectivos procedimentos de reabilitação urbana, com vista à assunção pelos proprietários da responsabilidade de reabilitação; -----

----- F) Estando em curso os processos de reabilitação de edifícios por via de acordo, torna-se necessário iniciar os procedimentos por intervenção forçada por parte da Lisboa Ocidental, nos edifícios onde não foi possível acordo; -----

----- G) Também na sequência da aprovação dos Documentos Estratégicos e em estreita colaboração com os Serviços Municipais, a Lisboa Ocidental iniciou o Projecto de Reabilitação do Espaço Público das Unidades de Intervenção com Documentos Estratégicos aprovados, cujo estudo prévio foi submetido à apreciação desses Serviços, encontrando-se em elaboração o projecto de execução; -----

----- H) Dada a natureza não comercial da missão e da actividade da Lisboa Ocidental, a empresa não dispõe dos recursos financeiros necessários ao financiamento da execução dos procedimentos referidos em F) e das obras de reabilitação do espaço público referidas em G); -----

----- I) O Banco Europeu de Investimento, tendo em consideração o mérito dos projectos da Lisboa Ocidental, disponibilizou, através do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), 16,1 milhões de euros, para financiamento, da operação de reabilitação do Espaço Público da Zona de Intervenção da Lisboa Ocidental e dos procedimentos referidos em F) que se destinem ao mercado de arrendamento. Esta linha de crédito apresenta condições excepcionais, nomeadamente, em termos de taxa de juro, de prazo de pagamento (30 anos) e de período de carência de amortização (10 anos); -----

----- J) É de todo o interesse para o Município apoiar a realização e concretização do conjunto de acções desenvolvidas pela Lisboa Ocidental no âmbito da Reabilitação Urbana, atento o primordial interesse em incentivar este objectivo da maior relevância para a Cidade. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

---- Nos termos do disposto no número 1 do artigo 32º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de Junho, em conjugação com a alínea d) do nº 7 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e com os artigos 21º e 23º da Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro: -----

----- 1. Submeter à Assembleia Municipal a aprovação de um Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Lisboa e a Lisboa Ocidental, conforme minuta que se junta e que faz parte integrante da presente Proposta, com a finalidade de dotar a empresa dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das obrigações emergentes do Contrato de Financiamento referido no ponto seguinte; -----

----- 2. Autorizar a Lisboa Ocidental a celebrar com o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana o Contrato de Financiamento Sob a Forma de Abertura de Crédito, conforme minuta que se junta e que faz parte integrante da presente Proposta, após aprovação, pela Assembleia Municipal, do Contrato-Programa objecto do ponto anterior e do correspondente Visto do Tribunal de Contas.” -----

----- **A Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade** apresentou, já na reunião anterior, o Relatório que a seguir se transcreve: -----

#### RELATÓRIO

----- “Por solicitação da Mesa da Assembleia Municipal a Comissão Permanente de Urbanismo Mobilidade reuniu no dia 13 de Março de 2009 a fim de apreciar a proposta em epígrafe tendo para o efeito solicitado a presença do Sr. Vereador Arquitecto Manuel Salgado que se fez acompanhar pela Sra. Presidente da SRU Ocidental Dr.ª Teresa do Passo e pelo administrador da mesma SRU Arquitecto Catarino que igualmente desempenha o lugar de Director Municipal, todos amavelmente se disponibilizado a prestar as necessárias explicações melhor compreensão da proposta. -----

----- A Dra. Teresa do Passo fez uma longa explanação do trabalho desenvolvido pela SRU Ocidental de que é a principal responsável, bem como os princípios da sua actuação no terreno justificando o empréstimo de 16 milhões de € negociado através do IHRU com o BEI pela necessidade de a SRU intervir na melhoria do espaço público e proceder à expropriação de alguns edifícios degradados na sua área de intervenção cujos proprietários não têm disponibilidades financeiras para proceder à sua reabilitação. -----

----- A SRU Ocidental tem neste momento: -----

----- 29 Edifícios em obra - 7.557m<sup>2</sup> no valor estimado de 529.912 € -----

----- 33 Edifícios já reabilitados - 10.840m<sup>2</sup> valor (inf. dos proprietários) 320,936€-----

----- 22 Edifícios com processo em curso - 12.205 m<sup>2</sup>, valor estimado de 2.428.446€ -

----- O empréstimo de 16,6 milhões a 30 anos com 10 anos de carência, sendo mobilizado à medida que for necessário. -----

----- O Sr. Vereador arquitecto Manuel Salgado foi ainda questionado sobre qual o critério que, por um lado, presidia à extinção da SRU Oriental e vontade de extinguir a SRU da Baixa Chiado e, por outro, assumia um tal vultoso empréstimo para a SRU Ocidental sem ainda sequer ter reestruturado a EPUL como tinha sido prometido. -----

----- A resposta pode-se resumir: “não acredito e não concordo com a forma institucional das SRU’s, mas neste caso estamos em presença de um bom trabalho que se deve aproveitar.” -----

----- A proposta n.º 2/2009 está em condições de ser discutida e votada, não assumindo no entanto a CPUM qualquer orientação de voto.” -----

----- **A Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico** apresentou, já na reunião anterior, o Relatório que a seguir se transcreve: -

----- **RELATÓRIO** -----

----- “A Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, reunida em 25 de Fevereiro de 2009, para análise das Propostas n.ºs 2/2009, 67/2009 e 68/2009, da CML, com a presença da Directora da SRU Lisboa Ocidental, Dra. Teresa do Passo, para apresentação e esclarecimentos relativos à Proposta n.º 2/2009, deliberou: -----

----- 1. Que as Propostas n.ºs 2/2009 e 67/2009 se encontram aptas a discussão e votação em Sessão Plenária da AML, nos termos legais e regimentais aplicáveis. -----

----- 2. Agendar audiência com o Vereador Marcos Perestrello, no sentido de reunir mais informação relativamente à Proposta n.º 68/2009 e, subsequentemente, elaborar o necessário relatório.” -----

----- **A Comissão Permanente de Habitação, Reabilitação Urbana e Bairros Municipais** apresentou, já na reunião anterior, o Relatório que a seguir se transcreve: -

----- **RELATÓRIO** -----

----- “A Comissão Permanente de Habitação, Reabilitação Urbana e Bairros Municipais, reunida a 25 de Fevereiro de 2009, deliberou emitir o seguinte relatório sobre a Proposta n.º 2/2009: -----

----- 1º - A Proposta em causa prende-se com a autorização de actos à SRU Ocidental, respectivamente as duas deliberações em causa, matéria que não pode ser dissociada

do debate, ainda não encerrado, sobre tais sociedades. Recorde-se a este propósito o Parecer desta Comissão, atinente à Proposta nº 601/2008, de 22 de Setembro de 2008, no qual esta Comissão alertou para o facto do Executivo não ter uma política clara sobre tais sociedades pois, em virtude de juízos negativos de desempenho dos titulares dos órgãos sociais optou pela extinção, faseada, da SRU Oriental e da Baixa Chiado, facto que não se verificou no caso da SRU Ocidental, precisamente pelo bom desempenho do seu Conselho de Administração. Esta indefinição suscita-nos dúvidas, designadamente por não ser clara uma linha política de actuação, pois fica-se sem perceber se o erro estaria nos titulares dos órgãos sociais e não nas instituições propriamente ditas. -----

----- (Ponto aprovado pelo PSD, PCP, PEV e BE. Voto contra do PS). -----

----- 2º - A Proposta apresenta um objecto meritório e relevante, pois perspectiva a reabilitação de espaço público e de imóveis, sendo estes destinados ao mercado de arrendamento. Constitui, assim, um instrumento de relevo na prossecução de uma política de reabilitação da cidade, em especial da sua zona ocidental, pelo que materialmente visa um melhoramento apreciável da capital, conduzido pela dinâmica equipa da SRU Ocidental. -----

----- (Ponto aprovado por unanimidade). -----

----- 3º - O ponto 1 da deliberação da proposta prende-se com a aprovação de um Contrato-Programa entre o Município e a SRU que, em cuja cláusula 8ª, são referidos dois anexos como parte integrante de tal contrato-programa. Ora, sucede que só foi distribuído com a proposta o anexo I, o qual serve de base ao ponto 2 da deliberação desta Proposta, não tendo assim chegado a ser distribuído o citado anexo II que integra o mencionado contrato-programa. Contudo, devido às simpáticas diligências da Sra. Presidente da SRU Ocidental foi possível obter cópia de tal anexo que, insiste-se, é mais do que um documento de consulta, pois é parte integrante da proposta. Nestes termos a Comissão alerta para tal facto, principalmente em sede instrutória de apreciação para o debate em Plenário, que sem dúvida é um dos objectivos deste relatório. -----

----- (Ponto foi aprovado por unanimidade) -----

----- 4º - Tal como se referiu em 2, o objecto desta proposta é meritório, designadamente a opção pelo destino do arrendamento. Assim, já para além do fim imediato desta proposta, esta Comissão entende recomendar ao Executivo que do conjunto global de fogos destinados a tal fim – arrendamento – estes sejam contemplados nas suas diversas valências, designadamente o vector jovem e social. ---

----- (Ponto aprovado por unanimidade).” -----

----- **O Senhor Vereador Cardoso da Silva**, no uso da palavra para apresentação da proposta, disse que a primeira questão que ia referir dizia respeito ao célebre problema das SRU's. O actual Executivo tinha intenção de integrar parte da requalificação urbana na EPUL, mas houve uma divergência, normal, em relação a certos aspectos dos Estatutos da EPUL. -----

----- A um aparte respondeu: “Em relação a certos aspectos? Não, a emenda é boa, e acho que estou a ser suficientemente delicado. Houve uma divergência que está a ser

resolvida correctamente e estamos agora na parte final para podermos voltar ao tema dos Estatutos da EPUL”. -----

----- Depois, continuando, disse que, assim sendo, não faria sentido fazer nenhum movimento em relação às SRU’s, porque das três que existiam, como todos sabiam – ainda iria ser agora mais delicado que o que costumava ser – tirando a que estavam a discutir, as outras foram um completo desperdício. E desperdício porque aconteceram duas coisas: num caso, porque não foram atribuídos os poderes que permitiriam à SRU respectiva exercer o próprio poder; e, noutro caso, a SRU Pombalina passara a ter como único objecto – que não era para isso – desenvolver quatro prédios que lhe foram dados como capital. -----

----- O que foi que resultara? Resultara que houve necessidade de reduzir drasticamente os gastos e o Executivo cometera uma falta, da qual assumia a responsabilidade, enfim uma falta virtuosa, mas era uma falta. Neste momento estavam a corrigi-la de modo a que se pudesse extinguir essa SRU. A SRU Oriental estava extinta, a SRU Pombalina iria ficar em condições de poder ser extinta, e restava uma única SRU, a Ocidental, que tinha trabalho. -----

----- Disse que quando o Executivo chegara a estes temas, a SRU Ocidental tinha desenvolvido um pedido de empréstimo ao BEI - Banco Europeu de Investimentos, basicamente para a requalificação do espaço público da zona onde se inseria e para a requalificação de prédios urbanos, principalmente para arrendamento. -----

----- E como tem feito isso de forma muito competente, o Executivo entendera que seria um exercício de não inteligência, para não lhe chamar de outra maneira, não aprovar o empréstimo. -----

----- Portanto, o empréstimo foi aprovado em Câmara, já foi explicitado e mostrado às diversas Comissões onde iria ser aplicado, e, independentemente do futuro da SRU que seria equacionado após a aprovação dos Estatutos da EPUL, entendiam que deveriam aprovar este empréstimo, porque ele além do mais tinha a característica da sua utilização não se consumir neste mandato. -----

----- Concluiu dizendo que considerava que era uma utilização correcta, adequada e economicamente saudável para melhorar a Cidade de Lisboa, pelo que pedia a aprovação desta proposta. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que era lamentável que perante uma proposta destas, que era mais um empréstimo, não estivesse presente aquele que era o primeiro responsável por aquilo que era o interesse deste empréstimo, concretamente o Sr. Vereador Manuel Salgado, que realmente tinha obrigação de estar ali a defender esta proposta. Aliás, também deveria estar presente o Sr. Presidente dado tratar-se de uma proposta de bastante interesse para a Câmara. ----

----- No entanto, a intervenção do Sr. Vereador Cardoso da Silva era a demonstração de uma realidade absoluta: a Câmara Municipal de Lisboa não tinha a mínima ideia sobre uma estratégia de reabilitação urbana. Era um vazio completo. -----

----- E porquê? Como se viu, era para ser a EPUL, não é para ser a EPUL, era para extinguir as SRU’s, não é para extinguir as SRU’s, afinal este empréstimo era para uma SRU. Afinal em que ficavam? As SRU’s eram interessante ou não para o

desenvolvimento de um projecto de reabilitação urbana? As SRU's tinham ou não tinham interesse? Se não tinham interesse por que era que se dava este empréstimo a uma SRU? Se era para integrar na EPUL e os Estatutos da EPUL já eram para ter vindo à Assembleia Municipal há mais de seis meses, em que é que ficavam? -----

----- Esta, disse, era a noção clara da impotência desta Câmara relativamente a um dos principais problemas que afectavam a Cidade de Lisboa. Estavam talvez a falar neste momento, daquela que, a seguir ao PER, seria a maior preocupação de Lisboa e dos lisboetas, mas, contudo, não havia uma política, não havia uma ideia. -----

----- Recordou que o Sr. Vereador Manuel Salgado dissera na Comissão de Urbanismo, como ele próprio transmitira ali na leitura do Relatório na última reunião, que não tinha grande confiança nas SRU's porque elas não tinham o controlo democrático já que podiam licenciar sem a Câmara e a Assembleia intervirem. Mas elas foram criadas pelo Governo exactamente para acelerarem, com eficácia, os planos de reabilitação! Por isso, as SRU's criaram zonas de reabilitação e depois planos estratégicos, e também teriam que ter planos de pormenor quando fosse necessário. -----

----- Portanto, elas definiam um plano estratégico para uma determinada área, de acordo com a definição de uma área crítica de recuperação e reabilitação urbana, que era a primeira coisa que faziam, a seguir estabeleciam planos e pormenor se fosse necessário, e actuavam com celeridade como se verificava pela SRU Ocidental, que tem feito um trabalho meritório exercendo a sua acção competente junto dos privados no sentido de eles reabilitarem os seu próprios edifícios. E tem tido êxito como era referido na proposta. -----

----- Mas depois vinha a própria Câmara dizer que não tinha confiança nas SRU's, e o Sr. Vereador dizer que ainda não acabaram com as SRU's porque a EPUL ainda não estava reestruturada. -----

----- Bom, o único problema, a única pecha, a única dificuldade que as SRU's tinham era não terem meios financeiros para exercerem as suas actividades, porque o único capital que tinham era aquele que a Câmara lhes concedia, e isso criava-lhes bastantes dificuldades. -----

----- Era por isso que o PSD compreendia e aceitava este empréstimo de 16 milhões de euros para que a SRU Ocidental procedesse não só à requalificação da via pública, mas também pudesse exercer o direito de expropriação sobre determinados edifícios para os reabilitar, nomeadamente aqueles que, por incapacidade, os próprios proprietários não tivessem condições para fazer isso. -----

----- Disse que este era um empréstimo de 40 anos que se sabia exactamente qual era o fim a que se destinava. Ao contrário, o empréstimo de 36 milhões de euros tinha um fim bastante difuso, dizia-se que era um reforço de tesouraria, que era para pagar a fornecedores, mas era um facto que não havia lista nenhuma de fornecedores a quem se ia pagar. Dizia-se também que era para pagar até ao dia 31 de Agosto, mas então questionava onde estava na proposta que era até 31 de Agosto. O que estava na proposta é que era até ao fim do ano, e se era esse o prazo que estava na proposta e a ideia da Câmara era que fosse até 31 de Agosto, por que era que não puseram essa

alteração na proposta? Bom, teriam que ter algum formalismo, isso não era propriamente uma brincadeira de crianças. -----

----- Se a Câmara, como entidade responsável, queria que um determinado empréstimo fosse saldado até uma data, escrevia essa data na proposta que apresentava à Assembleia. Até porque sabiam quais eram os cumprimentos financeiros da Câmara, por exemplo como foi que a Câmara agira em relação às Juntas de Freguesia, em que prometera uma data, outra, outra e outra, e depois no último dia do ano ainda não tinha todos os seus compromissos assumidos, como era o caso da Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém. Poderiam acreditar na palavra, na boa intenção de uma Câmara destas? -----

----- Referiu que reconhecia ao Sr. Vereador Cardoso da Silva, que era uma personalidade com a qual simpatizava imenso e de quem era amigo há mais de 30 anos, mas isso não chegava porque estavam ali a tratar de questões com alguma formalidade. -----

----- Esta proposta que estavam a apreciar, ao contrário da outra tinha um fim, a reabilitação do espaço público e a reabilitação de edifícios. Ela só tinha um defeito, a Câmara estava contra ela! É que este Executivo apenas tolerava a existência da SRU Ocidental, já que tinha a intenção de o mais rapidamente possível acabar com ela tal como acabara com a SRU Oriental. -----

----- Bom, e o argumento que as pessoas que estavam na SRU Oriental não tinham capacidade não servia, porque se não tinham capacidade substituíam-nas. Então lá porque as pessoas não tinham capacidade a entidade tinha que morrer? Se assim era esta Câmara já se teria ido embora, perante tanta incapacidade ela já teria deixado de existir. -----

----- Repetiu que o PSD viabilizaria este empréstimo, através da abstenção, e que reconhecia uma substancial diferença entre este e o outro empréstimo. A Câmara tinha uma forma muito eficaz de mobilizar a comunicação social, nomeadamente o canal onde o Sr. Presidente tinha bastante influência, mas não havia resposta pública a isto, não havia contraditório. E o contraditório era este: esta proposta fazia sentido, a outra não fazia nenhum. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que percebiam a má consciência do PSD sobre o chumbo do pedido de empréstimo de 36 milhões de euros, e tanto tinham má consciência que para discutir um outro empréstimo sobre um assunto diferente tiveram que justificar o chumbo que deram a um empréstimo que era necessário para que a Câmara pudesse antecipar uma receita que iria ocorrer ainda este ano, com o compromisso de honra do Sr. Vereador Cardoso da Silva de o liquidar até 31 de Agosto. -----

----- Portanto, percebiam a má consciência do PSD, pois o próprio PSD fazia uma campanha a favor das pequenas e médias empresas a nível nacional, mas achava muito natural que na Cidade de Lisboa as pequenas e médias empresas ficassem à espera mais de 150 dias para receberem da Câmara. -----

----- Mas quando se inscrevera para falar era só para dizer ao Deputado Municipal Victor Gonçalves que ele ou esteve distraído na semana passada, ou então tivera um

lapso qualquer, pois esta proposta já foi discutida até à exaustão na reunião da semana passada. E nessa altura o Sr. Vereador Manuel Salgado estivera presente, defendera e explicara a proposta, que só não foi votada porque houve dúvidas se um documento, que tinha sido apresentado e discutido nas respectivas Comissões, e foi até ali dito pelos representantes das Comissões que não tinham problemas nenhuns nem dúvidas nenhuma em votar naquele dia esta proposta. -----

----- A um aparte respondeu: “Não percebo a indignação do Sr. Deputado Municipal Saldanha Serra. Estou a falar sobre um ponto concreto da Ordem de Trabalhos.” -----

----- Depois, repetiu que a proposta só não foi votada porque não teria sido eventualmente distribuído um documento, como realmente não tinha, a todos os Deputados Municipais, e muito bem a Sra. Presidente entendera adia-la. Mas era um facto que o Sr. Vereador Manuel Salgado estivera ali a explicar a proposta, e por isso pensara que hoje apenas a votassem porque a discussão já tinha sido feita. -----

----- Portanto, não fazia sentido que se estivesse agora a criticar a ausência do Vereador Manuel Salgado. Isso realmente não percebiam. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que apenas queria recordar, a bem da memória, que o que se passara ali na discussão desta proposta na reunião anterior, foi que aquando do momento da apresentação, por parte dos Presidentes das Comissões dos respectivos relatórios, o Presidente da Comissão de Habitação, Reabilitação Urbana e Bairros Municipais, Deputado Municipal Pedro Portugal, não estava ainda na Sala, foi o Deputado Municipal Rui Coelho, membro dessa Comissão, que fizera a apresentação do Relatório e suscitara a questão da falta do estudo de viabilidade económica e financeira, e a Sra. Presidente manifestara a preocupação com o facto um documento tão importante para a apreciação da proposta não ser do conhecimento atempado do Plenário, embora fosse do restrito núcleo de elementos das Comissões. -----

----- Até o Sr. Vice-Presidente da Câmara fizera uma pequena intervenção junto da Sra. Presidente, e gerara-se ali algum contraditório com intervenção de alguns dos vários partidos, e nomeadamente o PSD dissera que ainda que o estudo de viabilidade económica e financeira não fosse do conhecimento do Plenário, que na reunião preparatória ficaram a conhecer esse estudo e que estavam em condições de discutir e votar a proposta. -----

----- Outros Grupos Municipais falaram, o PCP não concordara, julgava que o CDS-PP também não, enfim isso era irrelevante, e então a Sra. Presidente, com as competências e responsabilidades que tinha, entendera adiar a proposta. -----

----- Era verdade que o Sr. Vereador Manuel Salgado estava presente, mas que tivesse falado para apresentar a proposta francamente não tinha visto. Mas pedia que o esclarecessem se foi assim ou não, porque se estivesse enganado teria que pedir ao seu colega de bancada, médico, que rapidamente o medicasse porque alguma coisa se passava com a sua sanidade mental. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, novamente no uso da palavra, disse que o Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho, além de não ter ideias sobre quase nada, também estava ausente da própria Assembleia já que via coisas que mais



ninguém via. É que, de facto, esta proposta não foi minimamente discutida, foram lidos os relatórios e foi adiada por intervenção da Sra. Presidente por considerar que faltava distribuir à Assembleia um documento importante. -----

----- Era por isso que hoje a proposta estava a ser discutida e cada partido apresentaria os argumentos que sobre ela tinha para apresentar, já que embora tivessem representantes nas Comissões esses argumentos não ficaram vertidos nos relatórios, embora pudessem concordar com eles. -----

----- Portanto, esta intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho era uma demonstração de alheamento e de incapacidade perante aquilo que ali se passava. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que a análise desta proposta desencadeava uma cascata de interrogações que se podiam agrupar em dois grupos: -----

----- A balcanização crescente da Cidade de Lisboa, em termos de planeamento, com o multiplicar de entidades cada qual com o seu território, os seus critérios de ocupação do solo, de desenho urbano, de concepção arquitectónica, e até, no caso presente, beneficiando de linhas especiais de financiamento. Eram SRU's, restos de SRU's, empresas públicas, grandes empreendedores imobiliários, empresas municipais, o porto, o aeroporto, os quartéis, os antigos hospitais e os antigos colégios, numa pulverização de decisões que eram prejudiciais à cidade. -----

----- A divisão gerava segregação: a Baixa, frente ribeirinha, Lisboa ocidental, todos a cobiçavam, mas a Charneca ou a Ameixoeira, o Alto do Pina e toda a coroa periférica degradada e sobrepovoada eram parentes pobres enjeitados. -----

----- Nesse conjunto de dúvidas e interrogações, outro conjunto seria o das dúvidas e interrogações, simétrico desse, em que procuravam saber a cidade que queriam no sentido da cidade de todos. Seria Lisboa uma cidade competitiva em relação a outras cidades da Europa, como já ouviram, com tudo de ambíguo o que essa palavra encerrava? Era uma cidade de bairros, como também já ouviram? Seria compactada no seu corpo actual, favorecia a expansão e cuidava-se da recuperação? Seria densa e frenética, ou tranquila e amável? Nos quadros de equipamentos figurariam os índices e as características numéricas que conformavam a cidade contemporânea? -----

----- As respostas estariam no PDM, que tardava. Passara-se Março e não havia novas do desejado! -----

----- Poderiam ser aliciantes e vantajosas as condições do empréstimo a contrair e que agora estava em discussão, mas, ao fim e ao cabo, esse empréstimo seria pago pelo Município, seria pago por todos os lisboetas, e, assim sendo, seria justo que, em vez de localmente considerado, ele beneficiasse o maior número dos reconhecidamente carenciados. -----

----- Nesse quadro, disse a terminar, o sentido de voto do PCP constituía uma recomendação para que a cidade fosse encarada como um todo, e que os benefícios de viver em comum, portanto o exercício de cidadania, fossem repartidos com equidade e na base de um plano que lhes fornecesse a ideia da cidade global, que tardava, como referira, em lhes ser apresentada. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que esta proposta tinha vários aspectos positivos, quer do ponto de vista dos objectivos a que ela se propunha, nomeadamente procurando recuperar e privilegiar o arrendamento numa zona da cidade, quer do ponto de vista formal como foi negociado o empréstimo para conseguir os meios para a SRU Ocidental poder desenvolver com êxito esse plano. -----

----- Mas, sendo isso verdade, o BE ia votar contra. Lamentava entristecer o Sr. Deputado Municipal Victor Gonçalves, mas iam votar contra. E votavam contra porque não estavam de acordo que existissem SRU's, não estavam de acordo com o centrão que criou as SRU's. -----

----- Disse que as SRU's foram criadas no Município de Lisboa por um acordo entre o Dr. Santana Lopes e o PS, para as deixar passar na Assembleia Municipal como todos sabiam, dando, na altura, dois lugares ao PSD e um ao PS em cada Conselho de Administração. E o BE não estava de acordo com o princípio que os Deputados Municipais do PSD e PS defendiam, porque era o princípio da pescadinha de rabo na boca. Os Deputados da Assembleia da República criavam quinhentas dificuldades para os Municípios poderem actuar com agilidade e rapidez, e criavam, ao lado, uns institutos chamados empresas municipais, com conselhos de administração, administradores, BMW's, volvos, assessores, secretários, telefones, etc. -----

----- Referiu que já que no Congresso do PS o Sr. Presidente da Câmara tivera a amabilidade de dizer, perante as televisões todas, que a prática do BE no Município de Lisboa era de parasita. Bom, ao que já dissera poderia acrescentar nomes, locais e horas de membros de conselhos de administração, incluindo alguns colegas Deputados Municipais, com BMW's novinhos em folha, à frente de SRU's. Quando entendessem diria aquilo que quisessem saber, porque tinham uma resma de papel para falar sobre os parasitas na Cidade de Lisboa. -----

----- Disse que o dirigente do PS, sua segunda figura nacional, não tinha um caso para apontar ao BE. Se o Deputado Municipal Miguel Coelho tiver lembrança, porque como ele estava na Assembleia Municipal há muitos anos, lembrar-se-ia com certeza que saíra um título no Diário de Notícias, no tempo do Dr. João Soares, dizendo: "O PS tem um lugar guardado, para Vereador do que quiser – para a UDP da altura – ao Sr. Deputado Municipal Carlos Marques". Não aceitaram! E quantas vezes não lhes foram propostos lugares em vários sítios!? Mas queriam que lhes apontassem um único lugar de um conselho de administração de uma empresa municipal que algum dia tivessem aceite. -----

----- Portanto, dizer perante as televisões que o BE era parasita na cidade, e fomentar, por um lado, as empresas municipais com conselhos de administração usando essa dualidade de na Assembleia da República retirar poderes aos Municípios e, por outro lado, se criarem empresas municipais, essas sim ágeis. Mas não era os mesmos Deputados que faziam as duas leis? -----

----- Não podiam estar de acordo. Por isso, quando assinaram um compromisso político com o PS estava escrito que era para acabar com as empresas municipais. Acabaram-se com algumas, mas não se acabaram com todas. -----

----- Por conseguinte, este trabalho, politicamente justo e correcto, com um empréstimo que lhes parecia bem negociado e certo, deveria ser feito pela EPUL que era a entidade única que achavam que deveria existir na Cidade de Lisboa, para a tarefa estratégica, central, prioritária, e tarefa das tarefas, a reabilitação e a recuperação da cidade. Não estavam de acordo com empresas municipais. -----

----- Depois, dirigindo-se ao Sr. Vice-Presidente, disse-lhe que gostaria que transmitisse ao Sr. Presidente da Câmara, com a maior seriedade e olhos nos olhos, como ele próprio já lhe dissera pessoalmente, que se o que dissera foi na emoção de um Congresso, seria bom que o retirasse porque foi dito para todas as televisões, porque lhe queria fazer uma proposta concreta e objectiva. -----

----- Há vários anos, na Assembleia Municipal, foi criada uma empresa municipal chamada LIS-Desporto, contra a opinião do BE e até contra a posição do Sindicato dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa. A seguir veio o Dr. Santana Lopes que acabara com essa empresa, decisão que aplaudiram porque aplaudiam sempre aquilo que era justo e sério, independentemente de quem vinha. Mas depois veio o Prof. Carmona Rodrigues e criou uma nova empresa chamada LX-Desporto, empresa que não existia em capital, não existia em património e não tinha trabalhadores. Aliás, já foi inclusivamente uma proposta do Conselho de Administração à Câmara Municipal de Lisboa, no tempo do Prof. Carmona Rodrigues, e foi rejeitada. Portanto, não havia nenhum problema para se revogar essa decisão. Ver-se-ia quem tinha prática para acabar com os espaços do parasitismo na cidade. -----

----- Podia escrever a proposta, mas para já a pergunta que fazia ao Sr. Vice-Presidente era se estava disposto a apresentar na próxima reunião de Câmara, uma folhinha A4 a dizer apenas “A Câmara Municipal de Lisboa revoga a sua deliberação de criar uma empresa chamada LX-Desporto”. Depois, da mesma forma, proporia à Assembleia Municipal a mesma revogação da deliberação. É que era verdade que a empresa não estava a funcionar, mas havia a hipótese de quem quisesse a pôr a funcionar no futuro, porque a autorização para isso estava dada, quer pela Câmara, quer pela Assembleia Municipal. -----

----- Portanto, estavam de acordo com o objecto desta proposta, isto é, com o empréstimo, mas já não estavam de acordo com quem a iria pôr em prática, porque achavam que deveriam ter uma posição clara e precisa no sentido de lutar contra o parasitismo na Cidade de Lisboa. Ou seja, como nos demais Municípios do País lutar contra a esmagadora maioria das empresas municipais, porque, como já ali referira e não queria agora repetir as mesmas contas, eram milhões de euros que se gastavam, só em quatro anos, para custear os conselhos de administração dessas empresas municipais que não foram eleitas em sítio nenhum. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que ouviu a intervenção do Deputado Municipal Carlos Marques com toda a atenção, por quem aliás tinha muito respeito e consideração e sabia que isso era recíproco, mas como líder da bancada do PS não podia deixar passar em claro uma

afirmação que ele fizera, na generalidade, porque isso, porventura, tocava em concreto pessoas que estavam ali sentadas. -----

----- Disse que seu camarada, Deputado Municipal José Rosa do Egipto, em determinada altura entendera aceitar um convite que lhe foi feito pelo anterior Presidente da Câmara, do PSD, para administrador de uma empresa municipal, e desde logo a primeira posição que assumira, na primeira reunião do Conselho de Administração, foi rejeitar o cartão de crédito que lhe foi oferecido. E, tanto quanto sabia, nunca tivera nenhum BMW nem nenhuma dessas marcas que o Deputado Municipal Carlos Marques referira. -----

----- No entanto, como generalizara dizendo que havia ali Deputados Municipais que isso fizeram, pondo em causa todos aqueles que pertenceram a administrações de empresas municipais, sentia-se na obrigação de lhe dar este esclarecimento, e o Deputado Municipal Carlos Marques porventura teria também o dever de falar com o Deputado Municipal Rosa do Egipto e dizer-lhe: “ó Zé, isto não era para ti”. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, novamente no uso da palavra, dirigindo-se directamente ao Deputado Municipal Rosa do Egipto, disse que não se referia a ele, que nunca o viu em nenhum carro da empresa municipal. Mas porque o Deputado Municipal Miguel Coelho perguntara, ele explicava. -----

----- Na Assembleia Municipal de Lisboa, aprovaram um dia, por proposta do BE, irem reunir com o Secretário de Estado do Ambiente, ou o Ministro do Ambiente, já não se lembrava bem, na Rua do Século, para onde se deslocara muito cedo até com medo de estacionar porque ali era complicado. E uma vez lá chegado encontrara um colega jovem, Deputado Municipal do PS, a quem perguntara se, uma vez que tinha chegado tão cedo, teria ido de táxi porque de carro para ali era complicado estacionar, e a resposta foi: “não, tenho ali o meu carro e o meu *chauffeur*”. Era mesmo do conselho de administração de uma SRU! -----

----- Portanto, foi claro, preciso e objectivo, mas se o Deputado Municipal Miguel Coelho quisesse continuar a perguntar, poderia continuar a dizer. -----

----- Quanto ao Deputado Municipal Rosa do Egipto, repetiu que nunca dissera dele nada sobre isso. Tinham opiniões diferentes sobre o seu mandato na Assembleia Municipal, mas essa referira-a frontalmente e com toda a clareza. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que registara alguma coerência na intervenção do Deputado Municipal Carlos Marques que se calhar não teria ficado mal à Câmara, porque, de facto, não se entendia a posição do Município nesta matéria. -----

----- Ouviram os argumentos que levaram à extinção das outras SRU's, a da zona oriental já formalmente, a da Baixa Pombalina ainda estava no limbo, mas de facto confundira-se o desempenho dos conselhos de administração, tanto quanto entendera pelas declarações, ao tempo, para justificar a extinção dessas entidades. E, por contraponto, a SRU Ocidental, pelo bom desempenho, fazia sentido manter. -----

----- Portanto, isso revelava a confusão ou precipitação com que a Câmara avançara neste processo, sem ter a montante criado as condições na EPUL para poder então dar desiderato a esse objectivo programático que tinha no seu manifesto eleitoral. -----

----- Por isso, a meia dúzia de meses do fim do mandato, a Câmara estava com uma situação de impasse sem se perceber, do ponto de vista orgânico/institucional, o que entendia para a reabilitação na Cidade de Lisboa. -----

----- Disse que uma SRU, porque tinha um desempenho relevante e porque entretanto negociara um empréstimo era de manter, havia outras que porventura numa apreciação subjectiva dos respectivos titulares tiveram um mau desempenho, e então extinguíam-se, extinguíam-se as pessoas colectivas! Isso era um absurdo! -----

----- E foram prejudicar outras zonas da cidade, porque, no limite, também a zona oriental estaria carecida de empréstimos para a sua requalificação, e então também poderiam ter dado uma oportunidade, num outro desempenho a outros profissionais dessas mesmas entidades, para contrair empréstimos aproveitando ou monitorizando a experiência da SRU Ocidental. -----

----- Portanto, coarctaram a parte da cidade com um instrumento, não criaram uma forma de complementar isso, e acabaram por desequilibrar a cidade do ponto de vista da sua distribuição geográfica, ou seja, não tiveram uma posição de coesão nessa matéria. -----

----- Referiu que como foi anunciado o PSD iria abster-se na votação, o empréstimo do ponto de vista do seu objectivo naturalmente era meritório, mas não havia dúvida que do ponto de vista do sujeito contraente, concretamente a SRU Ocidental, entendia perfeitamente a intervenção do Deputado Municipal Carlos Marques, porque essa sim era coerente, ao contrário da posição da Câmara. É que o Deputado Municipal Carlos Marques levava até às últimas consequências o raciocínio relativamente aos sujeitos, considerava relevante a proposta mas votava contra em função desse impasse. E o PS ficava aí nessa indecisão e consequentemente desequilibrara a cidade e coarctara-a de um instrumento que poderia ter proliferado por ela. -----

----- Mas aguardariam para ver qual era a posição do PS, do ponto de vista institucional, relativamente à orgânica para a reabilitação da cidade. -----

----- **O Senhor Vereador Cardoso da Silva**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, disse que pensava ter sido muito claro na sua intervenção para apresentação da proposta, e havia uma coisa que nunca faria em público, que era a apreciação de desempenhos de pessoas. E no caso de uma SRU as pessoas que lá estiveram não tiveram culpa nenhuma, porque a verdade era que criaram uma sociedade que não tinha objecto. Não foi ele que criara a SRU Pombalina, que não poderia desempenhar as suas funções porque não existiam os instrumentos de gestão urbana para o fazer. -----

----- Se quisessem redacções fazia redacções, mas isto era muito simples: tinham três SRU's, uma que tinha trabalho, que tinha um empréstimo que já vinha do anterior Executivo, e isso para si era claro. Talvez fosse um problema seu, estudara um ano nos Estados Unidos, portanto não era capaz de fazer estas redacções que as pessoas gostavam. -----

----- O que era importante, basicamente, era que havia ali um instrumento que era a obtenção de um empréstimo numa altura em que era difícil obter capitais para

empréstimos. Não foi negociado por si, portanto estava completamente à vontade, mas estava bem feito. -----

----- Concluiu dizendo que gostava de dizer que não percebia qual era a relação deste empréstimo com o empréstimo de tesouraria, mas também não era isso que agora estavam a discutir, pelo que não usaria mais tempo à Assembleia. -----

----- **A Senhora Presidente**, dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 2/2009, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PS, votos contra do PCP, BE e PEV, e a abstenção do PSD e do CDS-PP. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O PSD viabilizou esta proposta porque acredita na viabilidade do funcionamento das SRU’s desde que devidamente organizadas, devidamente constituídas, e acredita na reabilitação urbana. -----

----- O Sr. Vereador não tem que nos convencer a nós da bondade da proposta, tem que convencer é o Executivo a que pertence da sua bondade. Porque tudo aquilo que foi dito nos vários fóruns, e aquilo que foi a prática da Câmara nos últimos tempos, levam à conclusão que esta proposta nunca devia ter sido sequer solicitada à Câmara e à Assembleia. -----

----- Portanto, a única entidade que está de acordo e que quer viabilizar esta proposta, porque ela constitui uma mais-valia no interesse da defesa e da reabilitação de zona histórica importante, é o PSD.” -----

----- **PONTO 4 – PROPOSTA 140/2009 – APROVAR ISENTAR A CAMINHO DA DIVULGAÇÃO DO LIVRO E DA LEITURA, S.A DA TAXA APLICÁVEL À REALIZAÇÃO DA FEIRA DO LIVRO MANUSEADO, NA PRAÇA DA FIGUEIRA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 140/2009 -----

----- “Considerando que, -----

----- A Feira do Livro Manuseado é realizada anualmente desde o ano 2000, na zona da Baixa Pombalina, com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- A Feira do Livro Manuseado é promovida pela Caminho Divulgação do Livro e da Leitura, S.A. para proporcionar ao público livros a preços muito reduzidos, de diversas temáticas e géneros literários, essencialmente fundos de catálogo e livros que estiveram em exposição nas livrarias; -----

----- Este certame constitui uma oportunidade de acesso a bens culturais e um estímulo à leitura, permitindo a aquisição a baixo custo de inúmeras obras literárias para todas as idades e públicos diversificados; -----

----- No presente ano a IX edição da Feira do Livro Manuseado decorrerá na Praça da Figueira, no período compreendido entre 21 de Fevereiro e 16 de Março de 2009, com o apoio do Município de Lisboa; -----

----- A disponibilização do espaço público para a realização deste evento de promoção do livro e da leitura tem como consequência a tributação de taxas municipais nos termos legais; -----

----- Revela-se, assim, necessário o cumprimento da competência dos órgãos municipais em matéria de apoio a actividades de interesse municipal, mediante a isenção das correspondentes taxas municipais; -----

----- O interesse público municipal desta iniciativa da Caminho Divulgação do Livro e da Leitura, S.A., em colaboração com a CML, justifica, como tem sucedido ao longo dos anos, a isenção das taxas municipais. -----

-----Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: -----

----- Ao abrigo das disposições conjugadas da alínea a) do n.º 6 do artigo 64º e da alínea e) do n.º 2 do art. 53º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, revista e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e ainda do n.º 2 do artigo 12º da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal isentar a Caminho Divulgação do Livro e da Leitura, S.A. da taxa aplicável à realização da Feira do Livro Manuseado, na Praça da Figueira, prevista na alínea a) do n.º 17. do Artigo 24 (Ocupações Diversas) da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.” -----

----- **O Deputado Municipal Nelson Coelho (PSD)**, na qualidade de Secretário da Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, apresentou o Parecer que a seguir se transcreve, comum às propostas nele enunciadas, que na parte que à proposta 140/2009 dizia respeito, referia o seguinte: -----

#### ----- **PARECER** -----

----- “A Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, da Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 23 de Março de 2009, deliberou nos seguintes termos, dar os seguintes pareceres relativos às proposta n.º 68/2009, n.º 132/2009, **n.º 140/2009**, n.º150/2009, n.º 151/2009, n.º 152/2009, n.º 153/2009, n.º 154/2009, n.º 157/2009, n.º 177/2009, n.º 191/2009, n.º 194/2009, n.º 208/2009 e n.º 248/2009, todas apresentadas pela Câmara Municipal de Lisboa: -----

----- **c) Proposta n.º 140/2009:** -----

----- I. A proposta está apta a ser apresentada e discutida em sessão da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- II. No entanto, entende a comissão que a valorização dos montantes de isenção das taxas deveriam ser calculados e constarem na proposta. -----

----- III. A comissão salienta ainda a necessidade de se estabelecerem critérios uniformes para a atribuição das isenções de taxas. -----

----- IV. O parecer foi aprovado por unanimidade com os votos do PPD/PSD, PS, PCP, Bloco de Esquerda e CDS/PP. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que a Feira do Livro Manuseado tinha meritoriamente em vista a venda de espécies bibliográficas a preços mais reduzidos, e que a sua realização na Praça da Figueira ia já na sua IX edição. -----

----- Não constituía, por isso, novidade para a Câmara, nem lhe seria de todo transcendente, prever a calendarização do evento e marcar antecipadamente a cedência do espaço, que neste ano se previa decorresse até 16 de Março, o que, aliás, acabara por acontecer até ao passado domingo, programando a sua apresentação à Assembleia Municipal, para votação, antes do prazo da realização do evento. Mas não foi isso o que a Câmara fizera. -----

----- E era exactamente neste ponto que a Câmara voltava, inexplicavelmente, a falhar. É que por mais estranho que pudesse parecer, numa questão tão simples como esta a Câmara voltava de novo a trazer, para aprovação na Assembleia, uma proposta fora de prazo, pior ainda, já após a própria conclusão da Feira, o que para “Os Verdes” era inconcebível. -----

----- E se agora a Assembleia Municipal deliberasse, maioritariamente, não aprovar a solicitada isenção de taxas? O que pediria em troca a Câmara à Editora organizadora da Feira? Como reverteria essa situação? -----

----- Outro pormenor era que já em momentos anteriores, sempre que a Câmara procurara conceder isenção de taxas, nunca apresentava à Assembleia Municipal um valor estimado do montante a isentar, pelo que continuavam sem saber qual foi a estimativa do montante em causa que foi isentado. -----

----- Disse que nada tinham contra a realização desta ou de qualquer outra Feira do Livro, mas também nada existia que os permitisse estimar quanto iria ser isentado, nem lhes assegurasse que o Executivo, para próximas realizações desta ou de outras feiras, se comprometia a enviar futuras propostas antecipadamente à Assembleia Municipal. -----

----- Assim sendo, e embora concordando com a Feira, não iriam votar favoravelmente a proposta, apenas para que ficasse mais uma vez expresso este repetido protesto. -----

----- **O Deputado Municipal João Bau (BE)**, no uso da palavra, disse que encaravam favoravelmente esta proposta de isenção de taxas para este evento. No entanto, consideravam que tinha que haver critérios que fossem aplicados ao conjunto das entidades que amanhã estivessem interessadas em desenvolver actividades similares. -

----- E a pergunta que deixava à Câmara, era se anteriormente houve pedidos do género por parte de outras entidades, e se no futuro houvesse pedidos para eventos semelhantes a este, qual seria a posição que a Câmara iria adoptar. -----

----- **A Senhora Vereadora Rosalia Vargas**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, disse que este era um evento conhecido de todos porquanto já tinha nove anos de funcionamento na Cidade de Lisboa. Era uma feira muito especial, que tinha que ver com obras de fundo de catálogo que estavam acessíveis a um público que, porventura de outra forma, teria dificuldade em as adquirir. -----

----- Referiu que o pedido para a isenção de taxas foi apresentado em Sessão de Câmara no dia 4 de Fevereiro, portanto antes da realização do evento na Praça da Figueira, mas era um facto que quando aparecia agora na Assembleia Municipal já não estava tanto de acordo com o prazo em que a feira decorreria. -----



----- Por essa razão, só podia dizer que acolhia positivamente as sugestões dadas no sentido de fazer com que proximamente os serviços pudessem, de uma maneira mais célere, fazer chegar à Assembleia Municipal estes pedidos atempadamente. -----

----- Relativamente ao quantitativo estimado do valor em causa, disse que também já foi dada a indicação aos serviços para agirem nesse sentido. -----

----- **A Senhora Presidente**, dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 140/2009, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PS, PCP e BE, e a abstenção do PSD, CDS-PP e PEV. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “A nossa declaração de voto é para louvar esta proposta e a sua aprovação, e é também para chamar a atenção quanto a duas possíveis propostas que virão a esta Assembleia, referentes a pedidos de isenção de taxas para a realização de iniciativas na noite do 25 de Abril. -----

----- Creio que haverá dois pedidos de isenção, um na zona oriental, outro na zona ocidental. Já aqui falamos desses pedidos, já aqui isentamos algumas vezes, conviria que viessem atempadamente a esta Assembleia esses pedidos e essas propostas.” -----

----- **PONTO 5 – PROPOSTA 150/2009 – APROVAR A AUTORIZAÇÃO DA ALIENAÇÃO, SOB A FORMA DE HASTA PÚBLICA, DO EDIFÍCIO MUNICIPAL, PALÁCIO BRAAMCAMP, DESTINADO EXCLUSIVAMENTE AO USO DE UNIDADE HOTELEIRA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 150/2009 -----

----- Pelouro: Vereador José Cardoso da Silva -----

----- Serviços: DPI -----

----- “Considerando que: -----

----- Compete à Câmara, como Órgão de gestão do Município, proceder a uma correcta definição do uso dos bens móveis e imóveis de sua pertença; -----

----- A alienação dos activos dispensáveis para o exercício das competências que lhe são cometidas por lei, constitui uma medida adequada, podendo contribuir através da sua reutilização para a revitalização sócio-económica das áreas onde se integram. -----

----- Existem vários imóveis municipais, edifícios notáveis, de valor arquitectónico acrescido, que se encontram em fase de evidente degradação física, actualmente sem ocupação, ou com ocupações parciais e desadequadas, os quais, dada a sua localização privilegiada, são passíveis de alienação. -----

----- A utilização destes imóveis como unidades hoteleiras, é potenciadora do seu valor patrimonial, permitindo através do investimento privado, a sua recuperação e valorização, bem como a fruição pública destes espaços. -----

----- A alienação por hasta pública favorece os princípios gerais da concorrência, da igualdade, da imparcialidade e da transparência da actividade e do procedimento administrativo. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 64º, n.º 6, alínea a) e 53º, n.º 2, alínea i), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal: -----

----- A autorização da alienação, sob a forma de hasta pública, do seguinte edifício municipal destinado, exclusivamente, ao uso de unidade hoteleira: -----

----- - Palácio Braamcamp – trata-se de um prédio urbano sito no Pátio do Tijolo nº 25 e Travessa do Conde de Soure nº 22, com uma área total de 1.684,00 m2, demarcado à cor verde na cópia da Planta nº08/068/02 do Departamento do Património Imobiliário, descrito na 8ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o nº 619 da freguesia das Mercês e inscrito na matriz predial urbana da mesma freguesia sob o artigo nº 662. -----

----- A determinação, como preço base de licitação, o seguinte valor: -----

----- - Palácio Braamcamp sito no Pátio do Tijolo nº 25 e Travessa do Conde de Soure nº22 - €1.884.000,00 (um milhão oitocentos e oitenta e quatro mil euros) -----

----- Devendo a alienação respeitar as Condições Gerais e Especiais constantes do documento anexo, que constitui parte integrante desta Proposta; -----

----- 1. O condicionamento da eficácia da presente proposta à verificação da autorização do procedimento de alienação em hasta pública pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P. (IGESPAR, I.P) nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas dos artigos 35º, 37º e 113º, n.º 2 da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural), e dos artigos 4º a 7º do Decreto n.º 20:985, de 7 de Março de 1932; -----

----- 2. Caso a Câmara venha a aprovar projecto que contemple aumento de edificabilidade do prédio alienado, em relação às condições da presente hasta pública, haverá lugar a ajustamento do preço que dela resulte, através da aplicação de um valor que terá por base o valor unitário/m2 nesta praticado, actualizado de acordo com o coeficiente resultante da Portaria de desvalorização da moeda, vigente ao tempo da emissão da respectiva licença. -----

----- Processo Privativo: - Palácio Braamcamp – n.º 29/DPI/08.” -----

----- **O Senhor Vereador Cardoso da Silva**, no uso da palavra para apresentação da proposta, disse que depois de um processo de consenso propunham à Assembleia Municipal que se discutisse e aprovasse apenas a alienação do Palácio Braamcamp, e oportunamente, após o resultado desta alienação, trariam uma nova proposta de alienação de outro palácio. Mas excluíram desta fase, até porque havia aspectos a esclarecer, o edifício onde nascera São João de Brito. -----

----- Referiu que esta proposta tinha como fim resolver dois problemas. Por um lado, criar mais oferta hoteleira no que dizia respeito aos hotéis de charme, e, por outro, era uma maneira de a Câmara, de uma forma que pessoalmente considerava inteligente e

que tivera sucesso nas pousadas, preservar algum património de uma forma que não ficasse extremamente dispendiosa. É que, por vezes, com o entusiasmo de preservar património, adquiriam coisas e depois deixavam-nas degradar. E havia pousadas que eram um bom exemplo, pois conjugava-se a preservação do património com a rentabilização, porque era justamente essa rentabilização que permitia a preservação. -

----- Disse, ainda, que foram seguidos os critérios que definiram em Câmara, foram feitas duas avaliações, tinham um valor de base para a hasta pública, e a pedido de um grupo municipal, que agora não se recordava qual, foi vertido na própria proposta o uso para hotelaria, porque isso antes estava nas condições do caderno de encargos para a hasta pública, mas não estava na proposta. -----

----- **O Deputado Municipal Nelson Coelho (PSD)**, na qualidade de Secretário da Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, apresentou o Parecer que a seguir se transcreve, comum às propostas nele enunciadas, que na parte que à proposta 150/2009 dizia respeito, tinha o seguinte teor: -----

----- **PARECER** -----

----- “A Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, da Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 23 de Março de 2009, deliberou nos seguintes termos, dar os seguintes pareceres relativos às proposta n.º 68/2009, n.º 132/2009, n.º 140/2009, **n.º 150/2009**, n.º 151/2009, n.º 152/2009, n.º 153/2009, n.º 154/2009, n.º 157/2009, n.º 177/2009, n.º 191/2009, n.º 194/2009, n.º 208/2009 e n.º 248/2009, todas apresentadas pela Câmara Municipal de Lisboa: -----

----- **d) Proposta n.º 150/2009.** -----

----- I. A proposta está apta a ser apresentada e discutida em sessão da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- II. O parecer foi aprovado por unanimidade com os votos do PPD/PSD, PS, PCP, BE e CDS/PP. -----

----- Finda a leitura, disse ainda que numa primeira vez, uma outra proposta que englobava uma série de palácios já tinha sido apresentada à Comissão Permanente de Finanças, portanto já tinha havido um primeiro Parecer, esta segunda proposta tinha algumas pequenas alterações, nomeadamente a que o Sr. Vereador referira da hotelaria, essas pequenas *nuances* foram consideradas e o Parecer foi emitido em como a mesma se encontrava em condições de ser apreciada e votada pela Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que a Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade não fizera relatório sobre esta proposta na medida em que houve uma negociação com o Sr. Vereador Cardoso da Silva sobre a necessidade que sentiam de que nesta época, nas circunstâncias de recessão e de abrandamento da procura hoteleira talvez não fosse a melhor altura para colocar em hasta pública todos os palacetes que a Câmara se propunha vender, porque dessa maneira poderia resultar algum prejuízo para a Câmara. -----

----- Entenderam, e chegaram a acordo com o Sr. Vereador, que nessas circunstâncias valeria a pena pôr em hasta pública apenas um dos palácios que a Câmara escolhesse, porque era indiferente desde que não fosse aquele onde nascera São João de Brito.

Portanto, este palacete vinha à Assembleia, fazia-se a hasta pública e depois logo se veria o que ia acontecer a seguir, dependendo disso da resposta que tivesse esta hasta pública. -----

----- A Câmara entendera aprovar todos em propostas autónomas. Recordavam-se com certeza que antes estavam todos numa única proposta, depois sendo seis foram postos em seis propostas, a Câmara aprovava-as e agora, conforme combinado, apresentava à Assembleia apenas uma que era a relativa ao Palácio Braamcamp. -----

----- Portanto, era esta a proposta que estava em discussão, a oportunidade não era a melhor, em relação à hotelaria e em relação à preservação do património havia aí que distinguir, já que tinham uma prática de hotelaria e preservação do património bastante longa com a ENATUR, que durante muitos anos desenvolvera uma prática de preservar os palácios, palacetes e, simultaneamente, ter uma oferta de alta qualidade em termos turísticos/hoteleiros. -----

----- Com a passagem da ENATUR para o Grupo Pestana sentira-se mais o pendor comercial que o pendor da preservação do património, já que enquanto com a ENATUR o lucro, como era uma empresa pública, não era praticamente o seu objectivo principal, com o Grupo Pestana a situação estava bem diferente, a qualidade em termos gastronómicos da maior parte das unidades baixara significativamente. -----

----- Neste caso, a qualidade da oferta hoteleira também iria depender da entidade que viesse a gerir este e outros espaços. Tinham fé que fossem geridos por quem tivesse competência, por quem quisesse fazer uma oferta de qualidade naquilo que era a relação que existia entre a terminologia de hotéis e a resposta da oferta que esse tipo de hotéis tinha, porque só assim seriam competitivos, e aguardariam pelo resultado da hasta pública – o PSD iria viabilizar a proposta com a abstenção – e depois logo se veria, esperando que fosse bom e que pudessem vir à Assembleia as outras propostas.

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que o BE não iria votar a proposta favoravelmente, não porque tivessem alguma questão de princípio para não votar a venda de algum património que a Câmara tinha por necessidade do seu investimento, até porque na Assembleia Municipal já votaram alguns casos, mas porque não estavam de acordo com o conceito que estava em torno desta proposta. -----

----- Isto porque esta proposta foi gizada há mais de meio ano, e voltava agora, num acordo entre o PS e o PSD, mais uma vez para não se tornar diferente a situação, pondo em hasta pública palácio a palácio, um a um com a condição de depois de se ver um logo se verificar como era com os outros. Mas quando ela foi gizada, pensada e analisada para depois ser apresentada à Câmara, vir a seguir à Assembleia Municipal, e era uma proposta que vinha com todos os palácios e agora vinha com um de cada vez, não estavam na situação em que estavam hoje, e tinham que atender à situação em que agora estavam. -----

----- Já ali afirmaram na última reunião da Assembleia Municipal que colocar como questão obrigatória que tinha que ser para hotelaria na situação actual, era uma coisa que sinceramente não dava para entender. Eventualmente, alguns dos presentes teriam noção de qual era a situação da crise, conheceriam alguns dados que eram públicos,

sabiam que havia hotéis em Lisboa com processos de despedimentos colectivos eventualmente para fechar, saberiam também com certeza, porque foi público, que numa determinada altura o Hotel Ritz tinha 32% de taxa de ocupação. -----

----- Por outro lado, o Hotel Sheraton, procuraram informar-se pelos meios estatísticos naturais, estava com sérias dificuldades porque os grandes clientes para a sua ocupação resultavam dos contratos que tinha com a BMW, a Volkswagen e a Mercedes, quando vinham a Lisboa fazer os congressos, apresentação dos seus automóveis, etc., que foram todos cancelados porque as multinacionais estavam a cancelar despesas já que estavam perante uma crise nacional e global. Mas a verdade era que queriam vender um palácio que tinha que ser um hotel! -----

----- Por isso, ao fazerem esta proposta esqueceram-se que de repente se entrara numa crise global, em Portugal essa crise estava a fazer o turismo sofrer imenso, mas a proposta dizia que iam vender desde que fosse para hotelaria. Não entendiam! -----

----- Referiu que na Comissão Permanente de Finanças foi dito que era preciso dinheiro e os palácios podiam-se degradar. Era verdade, só que, lamentavelmente, fizeram-se dois mamarrachos encostados ao Tejo, junto do Cais do Sodré, um para tratar dos oceanos e outro para tratar da toxicodependência, quando tinham esses palácios exactamente para vender para esses fins. Isto só para dar um exemplo. Ou seja, tratava-se de um problema de opções políticas e como as tomavam. -----

----- Era por isso que iriam votar contra, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que a Câmara acabara de reestruturar a proposta nº 1266/2008, através da qual tencionava alienar meia dúzia de edifícios públicos, alguns de notável valor arquitectónico, a maior parte deles palácios, para criação de hotéis ditos de charme, afirmando que, através do investimento privado, ficaria garantida a fruição pública. Como, é que não sabiam. -----

----- Aliás, a Câmara corria assim o risco de perder para sempre um importante conjunto patrimonial para a especulação imobiliária, seguida de eventual adulteração dos seus traços arquitectónicos. Talvez a Câmara preferisse ver nascer novos “Conventos dos Inglesinhos”. -----

----- Recordou que na altura, na especialidade, a Comissão de Reabilitação Urbana já alertara para esse facto, reconhecendo-se que o chumbo merecera a concordância da quase totalidade dos representantes partidários, tendo sido unânime a posição de que a Autarquia deveria rever o projecto e reformulá-lo. -----

----- Voltando ao caso específico da proposta nº 150/2009, em debate, disse que a intenção de alienação em hasta pública recaía sobre o Palácio Braamcamp, na zona do Príncipe Real, Freguesia das Mercês, o qual, estranhamente, continuava há meses a aguardar a verificação da autorização de procedimento pelo IGESPAR. -----

----- Segundo referia a Câmara, o dito palácio situava-se em terrenos do sítio do Moinho, que pertenciam aos condes de Soure, com vista para o Tejo, e que após sucessivas transacções foram adquiridos pela família Braamcamp para ali edificarem a sua residência. Após a morte de Anselmo José Braamcamp, outro estadista – Fontes Pereira de Melo – ocupara o palacete. Em 1917, o imóvel foi vendido ao Governo

francês, que trouxera para Lisboa a École Française, a qual até meados do século XX tivera aí as suas instalações. O imóvel foi então adquirido pela Câmara em 1945, tendo-o disponibilizado em 1962, para sede da sua Caixa da Previdência e Serviços Sociais, que aí permanecera até 2008. -----

----- Referiu que estava inicialmente previsto, numa avaliação externa contratualizada pela Câmara, que o Palácio Braancamp deveria ir a hasta pública por um valor-base de licitação entre os 2,3 e os 2,5 milhões de euros. No entanto, a actual proposta referia como base de licitação o valor de 1.884.000 euros, pelo que perguntava se perante a actual conjuntura económico-financeira desfavorável, não parecia assaz difícil surgirem ofertas suficientemente boas – para o Município, evidentemente – na venda de tão precioso património. -----

----- Era nesse contexto que questionavam se não seriam preferíveis soluções alternativas à irreversível alienação deste ou qualquer outro património, tais como o arrendamento deste e dos restantes palácios ou a sua cedência a instituições, mas mantendo a Câmara a sua propriedade efectiva. -----

----- Ou até dar-lhe outro uso mais funcional para o próprio Município. Por que não criar ali um novo pólo cultural? Por exemplo, a escassas centenas de metros, mais a sul, situava-se a Hemeroteca Municipal, instalada no antigo Palácio dos Condes de Tomar, mesmo em frente da Igreja de São Roque, num edifício cuja cobertura chapeada se mantinha “temporária”, já lá iam talvez mais de dez anos. Apesar da evidente importância patrimonial, este segundo imóvel apresentava sinais preocupantes de degradação, que poderiam constituir motivo mais que suficiente para justificar a reinstalação do seu recheio, nem que fosse temporária, exactamente no Palácio Braancamp, à semelhança do que acontecia com o Palácio Galveias, no Campo Pequeno. -----

----- Disse que “Os Verdes” pretendiam demonstrar à sociedade que outras soluções eram claramente viáveis. Mas aí a Câmara não tugia nem mugia: ou deixava degradar ou alienava em hasta pública a privados. Era a velha “estória” patrimonial de que se iam os anéis e os dedos juntamente com eles. -----

----- Em segundo lugar, parecia-lhes que de todas as recomendações sugeridas pelas Comissões da Assembleia sobre essas alienações, apenas teria sido introduzida na Cláusula VII a salvaguarda, meramente preferencial, de que o palácio em causa seria direccionado para o ramo da hotelaria. Mas não era líquido que, cedo ou bastante mais tarde, não pudesse ali inclusive nascer um novo condomínio fechado. -----

----- Aliás, a título de exemplo, recordava que, em 2005, a Câmara vendera o Palácio da Rosa por um preço irrisório, sem que ali tivesse chegado a ser instalado qualquer charmoso hotel. -----

----- Mais: o que era que caracterizava um hotel dito de charme? Qual a sua definição e tipologia? Quais os seus componentes característicos? Depois, estando previstas obras de beneficiação e/ou reabilitação, poderiam os promotores adulterar ou destruir parte do edificado? Estavam previstas medidas de salvaguarda? Foi feito algum inventário do recheio ou descrição das características arquitectónicas do interior do

imóvel? Integrava a carta de património municipal do PDM? Sobre isso nada sabiam, porque esta proposta nada previa e pouco mais lhes dizia. -----

----- Mas para “Os Verdes” o alarmante era a Câmara apenas visionar a venda dos seus haveres histórico-culturais com o objectivo imediatista de equilibrar as suas finanças. Então, por que não alienar também, um dia destes, em hasta pública, a própria sede do Município? -----

----- Terminou dizendo que era por esses motivos que o Grupo Municipal de “Os Verdes” não hesitava nem arriscava qualquer votação de sentido favorável. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que não podiam analisar esta proposta, independentemente das que se lhe seguiam, tal como o conjunto lhes foi apresentado. -----

----- Era sempre penoso alienar património, quer ao nível pessoal, familiar ou da cidade, sobretudo quando se vendia a granel ou em desespero, quando se aceitava com resignação o princípio de que se iam os anéis mas ficando os dedos, principalmente quando os anéis já eram os últimos e os dedos não eram saudáveis. Mas acima de tudo quando o dinheiro era para gastar e não se vislumbrava que fosse para reinvestir ou comprar o património de amanhã. Isso seria encaminharem-se para a pobreza, sem retorno. -----

----- E parecia ser esse o quadro que se configurava nas propostas que analisavam. Portanto, passe o exagero e só para facilidade de expressão, diria que se assistia a uma espécie de saldo de imobiliário municipal. Foram postos a monte, e com o mesmo leiteiro, “vende-se”, para exclusivo uso de actividades hoteleiras seis edifícios propriedade do Município, mal atendendo à sua especificidade e dirigidos para uma única e restrita função. -----

----- Disse que a sábia sugestão de uma Comissão da Assembleia, foi retirar do lote um edifício com carga histórica, relacionado com a vida de um santo lisboeta, reservando-lhe um destino mais digno do que um trivial hotel. Mas a especificidade caía igualmente sobre os outros imóveis em causa, e podia isso antever um mau negócio para todos eles destinando-lhes o mesmo uso. -----

----- Se o Palácio Braamcamp, que já foi residência, estabelecimento de ensino e equipamento social, pela sua localização na cidade, usufruto de vistas e o próprio desenho do edifício surgia vocacionado para um determinado tipo de hotel, já o edifício Pancas Palha, ainda recentemente recuperado pela mão do Mestre Frederico Jorge, de difícil acesso, em local intranquilo por estar sobranceiro a uma gare de caminhos-de-ferro, privado de vistas próximas sobre o rio e em relação ao qual se encontra separado por vias rápidas e por um porto, parecia indiciar outro destino. Ou o Palácio Benagazil, que foi um equipamento singular por ter sido uma creche funcionando 24 horas por dia, por exigência dos trabalhadores da actividade aeroportuária. Eram, portanto, situações diferentes que exigiam atitudes diferentes. ---

----- Referiu que Lisboa tem uma larga e segura tradição de recuperação e reutilização de edifícios, edifícios que lhe eram legados pelo passado. Que olhassem para o Convento de São Francisco, que já foi convento e igreja famosa, e albergara uma

Biblioteca Nacional, uma Escola e uma Academia de Belas Artes, um Museu de Arte Contemporânea, o Governo Civil e caserna de Polícia. -----

----- E recentemente o Convento das Bernardas, que de cadáver edificado passara para um edifício vivo. E os Banhos de São Paulo, e os Armazéns do Bacalhau! Não haveria, pois, neste quadro, associações, fundações, ou mesmo cooperativas de habitação ou empresas interessadas nesse património? A proposta de uma única e estreita via programática poderia não ser a mais vantajosa para a cidade. -----

----- Por fim, disse que, nesse quadro, o sentido de voto do PCP constituía um desafio ao Executivo para procurar soluções mais imaginativas que viessem a fazer confluir interesses financeiros e benefícios sociais, que não correspondessem à alienação total e pudesse ter recursos a parcerias, a reparações e concessões, a direitos de superfície, etc. Enfim, como se gritava em Maio de 68, a imaginação ao poder! Não a sujeição a uma única via, mas, sobretudo, que se desse garantia de uma prática de gestão saudável que destinava ao investimento, prioritariamente, o lucro da venda do património. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, disse que julgava ter já visto na revista “Turismo de Lisboa” qualquer coisa como uns painéis, em inglês, castelhano e português, a dizer “Lisboa Capital do Charme”, ou qualquer coisa do género, que depois viu também numa informação escrita, mas o Sr. Presidente da Câmara ao apresentá-la saltara essa página. -----

----- Isto apenas para dar um exemplo que lhe fazia lembrar aquela proposta que há pouco discutiram, relativamente à SRU, de como se partia para as coisas, e se avançava, como este Executivo fazia, dando-se como consumadas determinadas situações e depois era o que se via. -----

----- De uma proposta inicial com seis imóveis, um deles ficava já de lado, e entretanto apresentava apenas um numa lógica experimental, portanto numa lógica piloto para fazer essa alienação. -----

----- Disse que quando o Sr. Vereador referira que vinha trazer novos elementos, estava à espera que não fosse só uma cisão da proposta, ou cindindo a mesma, e nomeadamente saber qual era o número de camas que existiam na hotelaria, em que termos foi fundada a proposta, qual a perspectiva da aposta na hotelaria de charme por parte do Executivo, e não uma mera alienação de património imobiliário. O Sr. Vereador referira que foi a pedido de um Grupo Municipal, não sabia, mas pelo menos a Comissão a que presidia aprovara, por unanimidade, que de facto ficasse inscrito o uso exclusivo de hotelaria, que depois foi vertido na proposta. -----

----- Portanto, nesse ponto reconhecia o andamento positivo que o Sr. Vereador fizera olhando para o Relatório que a Comissão apresentara, relativamente à proposta que apresentava os seis imóveis em bloco. -----

----- Mas ficava muito por explicar, ou quase tudo, relativamente à tal “Lisboa Capital do Charme” e essa opção estratégica do ponto de turismo. Falta de fundamento como referira o Deputado Municipal Carlos Marques, porque também não conhecia dados sobre o número de unidades de alojamento e de camas na Cidade de Lisboa, que



justificaria essa opção de fundo, que não então apenas uma alienação meramente para obtenção de receita por outra via que não a do empréstimo. -----  
----- Concluiu dizendo que o PSD iria viabilizar a proposta nesta lógica experimental, mas a Câmara podia ao menos retirar os logótipos em castelhano e inglês porque realmente parecia-lhe que ficavam com menos charme com esta proposta. -----  
----- **A Senhora Presidente**, visto que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 150/2009, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PS e PCP, votos contra do BE e PEV, e a abstenção do PSD e CDS-PP. -----  
----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 2 de Março de 2006, inserida a páginas 40 da respectiva acta (acta n.º 6). -----  
----- **A Senhora Presidente**, seguidamente, submeteu à votação a prorrogação desta Sessão Extraordinária por mais uma reunião, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----  
----- Depois, deu por encerrada os trabalhos, informando que a Sessão prosseguiria, em segunda reunião, no dia 31 do corrente mês de Março, pelas 15 horas. -----  
----- Eram 19 horas e 30 minutos. -----  
----- E eu, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segundo Secretário, \_\_\_\_\_.  
----- A PRESIDENTE -----